

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**DO DISCURSO POLÍTICO INTERPARTIDÁRIO NOS PRIMÓDIOS
DE CARATINGA-MG:
contenda verbal produzida em suporte jornalístico por
“Caranguejos” x “Bacuraus”**

Maria Izabel Araújo Faiçal Ribeiro

**Belo Horizonte
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Maria Izabel Araújo Faiçal Ribeiro

**DO DISCURSO POLÍTICO INTERPARTIDÁRIO NOS PRIMÓDIOS
DE CARATINGA-MG:
contenda verba produzida em suporte jornalístico por
“Caranguejos” x “Bacuraus”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,
como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre
em Lingüística e Língua Portuguesa

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vanda de Oliveira Bittencourt

Belo Horizonte
2008

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

R484d Ribeiro, Maria Izabel Araújo Faiçal
Do discurso político interpartidário nos primórdios de Caratinga-MG: contenda verba produzida em suporte jornalístico por “Caranguejos” x “Bacurus” / Maria Izabel Araújo Faiçal Ribeiro. Belo Horizonte, 2008.
165f. : Il.

Orientadora: Vanda de Oliveira Bittencourt
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras.

1. Discurso político. 2. Partidos políticos – Caratinga (MG). 3. Imprensa e política. 4. Imprensa político-partidária. I. Bittencourt, Vanda de Oliveira II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDU: 82-5

Dissertação defendida publicamente no Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e aprovada pela seguinte Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Amédís Germano dos Santos – Centro Universitário de Caratinga

Prof.^a Dr.^a Jane Quintiliano Guimarães Silva – PUC Minas

Prof.^a Dr.^a Vanda de Oliveira Bittencourt – PUC Minas
Orientadora

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2008.

Prof. Dr. Hugo Mari
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Letras da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

À minha mãe Glorita,
exemplo de vida.

Aos meus amores Nelson, Frederich e Manuela,
que, com desprendimento, compartilham meus sonhos.

Às minhas irmãs Ana, Nenês e Dodora,
amigas incondicionais e companheiras de toda hora.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Professora Dr.^a Vanda de Oliveira Bittencourt, intelectual brilhante e mestra erudita, que me acolheu com toda paciência e boa vontade.

Ao Professor Msc. Antônio Fonseca da Silva, Magnífico Reitor do Centro Universitário de Caratinga – UNEC – e Diretor Executivo da Fundação Educacional de Caratinga – FUNEC –, que, desenvolvendo política de valorização e aperfeiçoamento dos docentes, concedeu –me (como aos demais docentes da instituição) todo o apoio para a realização de meu curso de Mestrado.

Ao Professor Celso Simões Caldeira, Pró-Reitor de Ensino do Centro Universitário de Caratinga – UNEC –, pela manifestação de apreço e pela confiança depositada em mim durante minha trajetória como docente do Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Letras, e durante o período do Curso de Mestrado na PUC Minas.

Aos Professores do Departamento de Letras do Centro Universitário de Caratinga, por seu incentivo e sua solidariedade.

À Coordenação, Professores e Funcionários do Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pela orientação acadêmica e pelo apoio e gentileza constantes.

Ao Revm.^o Mons. Raul Motta, que viabilizou o meu acesso ao Museu da Catedral de São João Batista, da cidade de Caratinga, permitindo-me consultar, sem nenhuma restrição, o acervo constituído pelos jornais que serviram de suporte para a contenda política aqui examinada.

O discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscara. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano.

(CHARAUDEAU, 2006, p. 8)

O jornal [...] é agente e um lugar de operações de produção de sentidos e é justamente por causa das ações dos seus dispositivos que a noticiabilidade vem se transformando, deixando de ser o que para alguns é apenas um processo linear que envolve produtores e receptores, ou ainda uma transação de falas entre fontes e jornalistas, circunstâncias em que os jornalistas estariam apenas a serviço da missão de revelação e representação de discursos que circulam na sociedade. Pelo contrário, a noticiabilidade é cada vez mais associada e permeada por processos de fabricação que envolvem operações dos dispositivos industriais-organizacionais e operações simbólicas.

(FAUSTO NETO, 2006, p. 96)

RESUMO

O presente trabalho procura examinar o discurso político interpartidário tal como desenvolvido nos primórdios da formação do município de Caratinga – cidade mineira situada no Vale do Rio Doce –, fase essa correspondente à da chamada República Velha, ou, mais especificamente, no período que vai do ano de 1892 (data da instalação da Comarca) ao ano de 1925 (vésperas da instauração do Estado Novo). Nessa época, assiste-se à primeira e mais célebre disputa política entre duas facções inimigas, batizadas, popularmente, com os nomes de “Caranguejos” (“Partido Conservador”) e “Bacuraus” (“Partido Liberal”). Produzida, verbalmente, em “arroubos de rhetorica roceira”, na qual cada uma das facções atacava a outra em forma de “torpes verrinas tão insolentes e atrevidas quanto insulsas e desprezíveis” (**Echo da Matta**, n. 52, 2 de junho de 1904), essa rixa acabou agraciando os eleitores caratinguenses com cerca de dezessete jornais, que, de duração diferenciada, circularam durante quase trinta e cinco anos na região.

À luz de modelos teóricos voltados para o “fazer linguageiro”, de um modo particular, para o processamento da atividade enunciativa em si e para a construção do aparato argumentativo destinado a obter a adesão do interlocutor – no caso em pauta, do (e)leitor –, procurou-se evidenciar os recursos de que se valeram os porta-vozes dos dois Partidos em suas operações retórico-argumentativas de ataque, defesa e contra-ataque. Para tanto, levaram-se em consideração a atividade interlocutória com o seu aparato actancial, referencial e polifônico, bem como algumas das armas retórico-argumentativas utilizadas pelas duas correntes inimigas, com o fito não só de vencer uma à outra, mas também angariar a simpatia (votos) da população caratinguense.

Linha de pesquisa: Enunciação e Processos Discursivos

Palavras-chave: Discurso político interpartidário; Primórdios de Caratinga – MG; Guerra verbal em imprensa jornalística; “Caranguejos” x “Bacuraus”; Ação enunciativa; Operação argumentativa; Genologia discursiva.

RÉSUMÉ

Ce travail essaie d' examiner le discours politique entre les factions locales depuis la formation de la ville de Caratinga, Minas Gerais, Brésil, dès la Vieille République, surtout de 1892 (date de son installation comme "Comarca"), jusqu' à 1925 (veille de l' instauration de l' État Nouveau). Il se passe de violentes discussions entre les deux factions opposées – connues par le peuple comme "Caranguejos" et "Bacuraus" – qui, dans un dialogue constitué de "farpas", publient dans la presse locale une compétition épouvantable, envisageant le pouvoir.

Em basant sur les théories fondementées dans la prouction langagière, comme, par exemple, celle de la Théorie Énonciative et de l' Analyse du Discours (ligne française), on évidencie les outils desquels ils se sont servis les représentants des deux Partis dans ses interventions réthoriques et argumentatives de l' attaque et de la défense et de la contre-attaque.

Pour cela, on a envisagé l' activité interlocutoire avec ses recours linguistiques et polyphoniques des agents du discours, aussi bien que quelques armes réthoriques e argumentatives employées par les deux factions politiques avec le but de vaincre l' ennemi representé par chacune et, ainsi, conquérir la bienveillance de la population de Caratinga à ce temps lá.

Ligne de Recherche: L' Énonciation et les Processus Discoursifs

Mots-clés: Le discours politique entre deux Partis ennemis; Caratinga (MG – Brésil) de jadis; Le combat verbal dans la presse; "Caranguejos" x "Bacuraus"; L' action énonciative; L' opération argumentative; Les genres du discours.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

QUADRO 1 Listagem e Distribuição Interpartidária e Cronológica dos Jornais Constitutivos do <i>Corpus</i>	24
QUADRO 2 Situação Governamental Vigente no Caratinga de Antanho.....	38
QUADRO 3 Tipologia e Caracterização dos Gêneros Textuais Arrolados por Aristóteles..	62
QUADRO 4 Gêneros Textuais do Domínio Jornalístico.....	66

FIGURAS

FIGURA 1 Célula Básica da Atividade Enunciativa Protagonizada por “Caranguejos” e “Bacuraus”	89
---	----

ESQUEMAS

ESQUEMA 1 Gêneros Textuais Vigentes no <i>Corpus</i>	84
ESQUEMA 2 Trama Vocal Tecida pelos Partidos Oponentes no Processamento da Atividade Enunciativa	128
ESQUEMA 3 Vozes Intertextuais Incorporadas no Discurso dos Dois Partidos Oponentes	130

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: DA GUERRA POLÍTICO-INTERPARTIDÁRIA NA E PELA IMPRENSA JORNALÍSTICA DO CARATINGA DE ANTANHO.....	12
1.1 Delimitação do objeto de estudo e justificativa	13
1.2 Categorias de análise	20
1.3 Objetivos do estudo	21
1.4 Metodologia	22
1.4.1 <i>Relativa ao corpus</i>	22
1.4.1.1 <u>Procedimentos de coleta e seleção dos exemplares dos jornais</u>	22
1.4.1.2 <u>Procedimentos de seleção dos artigos dos jornais</u>	25
1.4.1.3 <u>Procedimentos de seleção, catalogação e registro dos dados</u>	26
1.4.2 <i>Relativa à fundamentação teórica da análise</i>	28
1.5 Estrutura do trabalho	30
2 NOTÍCIAS BREVES DO QUADRO POLÍTICO INICIAL NO CARATINGA: DE “UMA PAZ LUMINOSA” A UMA “PURULENTA DISCÓRDIA”.....	32
2.1 Introdução: uma “peia ao progredimento” do Caratinga	33
2.2 São João do Caratinga: “o riso e o verme; a flor e o punhal; o beijo e a calúnia”.	35
2.2.1 <i>Entre “risos e vermes”</i>	35
2.2.2 <i>Entre “flores e punhais”</i>	37
2.2.2.1 <u>Primeiro round: “Conservadores” 3 x “Liberais” 1</u>	38
2.2.2.2 <u>Segundo round: “Bacuraus” 2 x “Caranguejos 0</u>	44
2.2.2.3 <u>Terceiro round: “Caranguejos 1 x “Bacuraus” 1</u>	48
2.3 “O começo do fim”.....	53
2.4 Conclusão: “O balancete”.....	56
3 “ENTRE ‘AFAGOS E FOGOS’”: FARPAS GENÉRICAS E ENUNCIATIVO-ACTANCIAS LANÇADAS POR “CARANGUEJOS” E “BACURAUS”...	58
3.1 Introdução: “Questão magna”.....	59
3.2 Gêneros e tipos textuais: “um <i>pandemonium</i> ” a acertar.....	61

3.2.1 As “manhas” dos gêneros e tipos textuais: considerações teóricas.....	61
3.2.2 As “manhas” dos gêneros e tipos textuais: aplicação ao corpus	70
3.2.2.1 <u>“No eito” do discurso jornalístico</u>	70
3.2.2.2 <u>“No eito” do discurso político</u>	80
3.3 Jogo interacional: “um entrevero” a destrinçar.....	85
3.3.1 As “manhas” da enunciação: considerações teóricas.....	85
3.3.2 As “manhas” da operação enunciativa: aplicação ao corpus.....	90
3.3.2.1 <u>Primeiro “regimento”: a instância da produção</u>	91
3.3.2.2 <u>Segundo “regimento”: a instância da recepção</u>	97
3.4 Conclusão: “De farpa a argumento”.....	105
4 “OLHO POR OLHO, DENTE POR DENTE”: FARPAS DELOCUTÁRIAS E INTERTEXTUAIS LANÇADAS POR “CARANGUEJOS” E “BACURAUS”.....	110
4.1 Introdução: “ <i>In cauda venenum</i> ”.....	111
4.2 As “manhas” da delocução e da intertextualidade: considerações teóricas.....	113
4.2.1 <i>A esfera da delocução: “Quem é elle?”</i>	113
4.2.2 <i>A esfera da intertextualidade: “Hodie mihi, cras tibi.”</i>	115
4.3 As “manhas” da delocução e da intertextualidade: aplicação ao corpus.....	117
4.3.1 <i>Primeiro contingente: a instância do referido</i>	117
4.3.1.1 <u>Considerações preliminares</u>	117
4.3.1.2 <u>Desdobramentos vocais</u>	118
4.3.1.2.1 <i>O contingente participante</i>	120
4.3.1.2.2 <i>As funções assumidas</i>	123
4.3.2 <i>Segundo contingente: vozes intertextuais</i>	126
4.4 Conclusão: “De farpa a argumento”	137
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: “FIM DA NOSSA MISSÃO”.....	146
REFERÊNCIAS	156
ANEXOS	163

**1 INTRODUÇÃO:
DA GUERRA POLÍTICO-INTERPARTIDÁRIA NA E PELA
IMPrensa JORNALÍSTICA DO CARATINGA DE ANTANHO**

O fato de o ser humano preferir viver entre ódios e vinganças, desafeição e crueldade resulta da falta de atenção à função dos seus sentidos. Passar pela vida, sem descobrir o lado repleto de delícias que tem cada um dos sentidos, embrutece definitivamente o ser humano. [...] Só um cara que raspou de seu ser toda possibilidade de perceber as sensações físicas pode achar que tem graça sair por aí se explodindo.

(ZIRALDO, 2005, p. 255-256)

1.1 Delimitação do objeto de estudo e justificativa

No presente trabalho, propus-me investigar o embate verbal levado a termo na imprensa jornalística de Caratinga, cidade mineira situada no Vale do Rio Doce, por suas duas primeiras grandes facções políticas rivais. “Inimigas juradas” uma da outra, são elas conhecidas até hoje por seus nomes de guerra, inicialmente pejorativos, de “**Caranguejos**” e “**Bacuraus**”, que, no quadro político então vigorante no Brasil, correspondiam, respectivamente, aos Partidos “Conservador” e “Liberal”.¹

A opção por um tipo de estudo comprometido com o resgate da memória de minha cidade natal era, e ainda é, extremamente significativa para mim, que sempre alimentei o sonho de realizar uma pesquisa científica de âmbito interdisciplinar que me permitisse vasculhar o sótão que guardava — no caso, a sete chaves — material remanescente de um quadro histórico, político, econômico, sociocultural e lingüístico que imperava nos primeiros anos de vida da cidade então denominada São João do Caratinga. Afinal, mesmo tão menina, ela conseguira se impor em grande parte do leste mineiro, exercendo uma liderança sobre outras localidades mais, também em fase embrionária. Esse estado de coisas pode-nos ajudar a compreender a honraria que lhe foi concedida por seu povo e por seus admiradores, que não titubearam em lhe conferir o título de “Princesa/Rainha da Matta”.

Consciente de que muitas histórias acerca do período alvorecente do Caratinga permanecem na lembrança de muitos de seus habitantes atuais, descendentes de famílias que vivenciaram aqueles tempos, percebi logo o quão difícil seria reconstituí-las, valendo-me, conforme desejava, de matéria oral a ser obtida através de gravações de entrevistas planejadas, ou de conversas espontâneas de fins-de-tarde. Essas últimas, que continuam, no presente, a marcar a diferença entre as cidades interioranas e os grandes centros citadinos, exerciam um fascínio tão grande sobre mim, que foi difícil deixá-las de mão.

Tal dificuldade se justifica, dentre outras coisas, pelo fato de que os caratinguenses, bons mineiros que são, se mostravam desconfiados, arredios e inseguros diante da iminência de rememorar um passado que ainda os perturba e que, forçosamente, faria vir à tona a lembrança da famosa pendenga política ocorrida no início de vida de sua cidade. Mais do que inaugurar oficialmente a prática política em Caratinga, sabem eles que ela serviu para instaurar uma guerra interpartidária de duração e proporções tais, que acabou dividindo os

¹ Esses cognomes depreciativos, conforme detalhes fornecidos no capítulo a seguir, nasceram da rivalidade instalada, na região do Rio Doce, com o estabelecimento de imigrantes estrangeiros — alemães, italianos, franceses e sírio-libaneses —, mal vistos pelos seus habitantes locais.

seus moradores em dois grandes blocos antagônicos, que se deixaram contaminar pelo veneno contido no ódio: o bloco dos “Caranguejos” — Partido “Conservador” — e o dos “Bacuraus” — Partido “Liberal”. Tamanho foi o ímpeto dessa dissensão política, que, pelo que pude constatar, mesmo passados tantos anos depois do seu esmorecimento causado pela eclosão, entre nós, da chamada “Revolução de Trinta”, mesmo ocorridas, posteriormente, tantas mudanças no quadro político brasileiro, ela ainda se deixa mostrar, na contemporaneidade, na reminiscência da separação que se observava entre as famílias caratinguenses que, num passado já remoto, tiveram seus ascendentes envolvidos nessa pendência.

Em razão, pois, desse silêncio provocado pelo receio da reabertura de uma ferida ainda de todo não cicatrizada no coração de alguns meus concidadãos, não me foi possível contar, na realização da presente pesquisa, com fontes documentais orais, procedimento metodológico reconhecido, hoje, como de grande eficácia para o desenvolvimento de investigações realizadas em áreas de conhecimento.

Todavia, esse “vácuo testemunhal” não foi suficientemente forte para me fazer abandonar um projeto destinado a rever o modo como foi conduzida, verbalmente, nos primórdios de Caratinga, a “primeira grande guerra política” entre duas facções que disputavam, a um só tempo, o poder do mando e o voto do eleitor.

Ao contrário, os entraves da primeira hora, que me impediram de trabalhar com testemunhos orais, foram vencidos com o acesso a fontes escritas de caráter primário que me propiciaram a oportunidade de lidar com um gênero discursivo — de rixa política realizada no interior do discurso jornalístico — ainda pouco explorado entre nós, apesar dos subsídios que pode fornecer a tantas áreas do conhecimento: a História, a Política, a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e, naturalmente, a Lingüística.

Um testemunho importante a respeito do valor desse tipo de “ferramenta” nos é dado pelas duas historiadoras brasileiras, Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado (1980), que se basearam, empreendendo pesquisas em sua área, em fontes primárias constituídas de exemplares do jornal republicano **O Estado de São Paulo**:²

*Os estudos históricos no Brasil têm dado pouca importância à **imprensa** como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação. A presente pesquisa ensaia uma nova direção ao instituir o jornal **O Estado de S. Paulo** como fonte única de investigação e análise crítica. A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por*

² Para a confirmação da importância documental da imprensa periodística, consultem-se, trabalhos como os de Gomes (2004), De Luca (2005), Martins (2005), Seabra e Sousa (2006), Bittencourt (2005), Paiva (2006) e outros mais ligados a diferentes áreas da lingüística e do conhecimento.

entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se [sic], pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO; PRADO, 1980, p. xix; grifos meus)

Impulsionada ainda pelos resultados de trabalhos como o das duas especialistas supracitadas e de outros estudiosos mais e amparada nas notícias breves que me foram dadas por alguns concidadãos de boa-vontade a propósito da situação que imperava nos tempos primevos de Caratinga, passei a enfrentar o segundo desafio que me esperava: o da constituição do *corpus*. Naturalmente, tratava-se de uma tarefa que demandava uma seleção criteriosa dos exemplares e das seções dos jornais que faziam referência, com a devida representatividade, aos fatos que me propus examinar.

Conforme era de meu conhecimento, boa parte (ou, quem sabe, o conjunto todo) dos jornais que serviram de suporte para os ataques, defesas e contra-ataques de uma ala contra a outra fora preservada tanto por uma instituição pública de Caratinga quanto por mãos privadas de alguns de seus cidadãos.

Mais uma vez, porém, me foi interposto um novo empecilho: a dificuldade de acesso a esse material que, independentemente de sua limitação numérica, abriria para mim as portas para o estudo e revelação de alguns dos ardis lingüísticos utilizados, em campo de batalha midiático, pelas duas correntes políticas oponentes, bem como para a obtenção dos devidos dados relativos ao contexto geral vigorante, na época, nesse município da Mata.

Insistindo na busca de fontes primárias que subsidiassem um estudo que já deveria ter sido feito há muito tempo, logrei receber de um clérigo de grande erudição, consciência do valor da ciência e, principalmente, de boa vontade, o Reverendíssimo Monsenhor Raul Motta, permissão para exame, no Museu Histórico da Catedral de São João Batista, do acervo jornalístico que, apesar de incompleto, pôde me propiciar a análise de vários números de diferentes jornais caratinguenses editados durante o período de 1898 a 1925, prazo de duração da pendenga interpartidária entre “Caranguejos” e “Bacuraus”. Já na primeira página de cada um deles lá estavam “arquivados” os textos que serviram de armas aos dois partidos políticos responsáveis pela primeira desavença política interpartidária deflagrada no Caratinga.

Com base nas primeiras informações que consegui obter, pude certificar-me da importância do papel exercido pelos jornais editados pelos dois partidos para a deflagração e sustentação do conflito por eles protagonizado. Que o diga a enorme quantidade de seções dedicadas, via imprensa, à condução desse entrevero político. De gênero variado, elas tanto se

caracterizavam como de cunho político quanto jornalístico, com seus editoriais, noticiários, crônicas, obituários, cartas ao/do leitor, comentários próprios às colunas sociais, matéria cômica, crônicas, etc., muitas vezes anunciados metalingüisticamente no título, ou, no próprio corpo do texto. Sem dúvida nenhuma, essa variação genológica própria aos dois gêneros discursivos — político e jornalístico — e/ou decorrente de sua conjugação, contribuía para a apreensão e delineamento de um quadro histórico, político e sociocultural suficientemente representativo da situação vigente não só no município de Caratinga *per se*, como também em outras cidades do interior mineiro, dentre as quais, Catas Altas, Ipanema, Juiz de Fora, Manhuaçu, Manhumirim, Matipó, Mutum, Raul Soares, etc., ou em vilarejos como Bom Jesus do Galho, Inhapim, Barra da Figueira, Entre Folhas, Santo Antônio do Gramma e outros, mencionados nos jornais dos dois partidos.

Vencida a primeira batalha que me permitia o acesso a exemplares desses periódicos, pude constatar, tão logo passei a lê-los, que a guerra política neles e por eles travada chegou a um nível tal de subjetividade, que acabou ultrapassando o plano da razão e das idéias, para culminar no da esfera pessoal. Daí o grande número de seções como as de abaixo, em que se veiculavam notícias de credibilidade questionável, críticas desrespeitosas, ataques iníquos, ou infâmias levantadas contra os políticos e seus familiares da ala oposta, quase sempre configurados, discursivamente, como seres empíricos:

(1) a- **Crítica ao líder e ao próprio Partido dos “Caranguejos”**³

“Ao Antero”⁴

[...]

Antonio da Silva Araújo é o chefe de uma corja de vadios e velhacos, de entes desprezíveis e repugnantes, pelos dotes moraes que lhes circundam. É um canhão assestado, dando fogo só quando delle se aproxima o morrão favorito, que é Antero; é o motor primo e fundamental do desenlace da tão funesta quão brutal tragedia de 28 de Março p. p.; é o manipulador das sinistras receitas do medico Antero.

Antonio Silva é capaz para tudo, excepto para praticar o bem e deixar de ser tão cobarde! [...]

VADEMECUM.”

(**O Povo**, n. 2, 18 maio 1912; grifos meus) – Jornal do Partido dos “**Bacuraus**”

³ Para melhor distinção visual entre os exemplos transcritos do *corpus* e os trechos teóricos citados dos autores consultados, optei por reproduzi-los, os primeiros, em fonte comum e, os segundos, em itálico. Além disso, por razões operacionais e de ordem prática, decidi reiniciar a sua ordenação numérica a cada novo capítulo apresentado, fornecendo, entre parênteses, na medida do possível, os seguintes dados bibliográficos: nome do jornal, número do exemplar referido, data de publicação e o nome do Partido responsável pela publicação. Quanto à forma, procurei manter a original, mesmo tendo que enfrentar as “correções” feitas pelo computador, que não foi comunicado de que se tratava de uma modalidade do português usada em tempo diferente do nosso.

⁴ Trata-se do Promotor de Justiça Dr. Antero Rodrigues Chaves, que, transferido para Caratinga, foi, posteriormente, daí expulso, nos idos de 1912.

b- Crítica a um membro e ao próprio Partido dos “Bacuraus”

“As manhas do farçante [sic]

[...]

Estas notas são escriptas a proposito da attitude que vem assumindo, na politica local, o **pharmaceutico João Coutinho**, que se intitidou, de um momento para outro, o chefe do partido decahido [dos “Bacuraus”], que primou tanto, durante o seu tempo de poder, na RAPINAGEM e no SAQUE.

Quem não conhece o **pharmaceutico** ha de se illudir com aquelle seu modo blandicioso e **hypocrita**, que **elle** usa no convivio diario.

Mas em pouco cãe a mascara, bastando para isso a primeira opportunidade para **elle mostrar as garras.**

Mestre em intriguinhas e *disses me disses*, para attingir os seus fins, os mais illicitos possiveis, elle não recúa nunca deante de meios.

Indesejavel em qualquer facção politica, basta o seu nome figurar no conjuncto de um partido, para a derrota lhes cahir logo em cima. [...]

(Renascença, n. 73, 4 abr. 1920; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Bem ao gosto popular, esse tiroteio produzido às custas de ofensas que beiravam a sordidez, e de “fofocas” de cunho pessoal, que punham em dúvida a honra e o caráter da vítima (ou, o seu *ethos*), acabou acarretando não só o aumento, nos suportes periodísticos, de seções destinadas a esse fim, como ainda o próprio número de tiragens dos jornais pertencentes às duas alas políticas rivais — as grandes beneficiadas em termos publicitários e financeiros. Com isso, o gênero “fofoca”, tão a gosto de todos nós, teve ampliado o seu espaço nos jornais caratinguenses da época, a partir do aumento do número de tiragem dos exemplares e do número de suas páginas, bem como do acréscimo de novas seções, genologicamente diferenciadas.

De posse dessa documentação original, passei, imediatamente, a selecionar os exemplares que melhor ilustrassem os fatos ocorridos na época, compondo, assim, um *corpus* por amostragem, constituído dos textos que me pareceram mais representativos da disputa verbal em questão. No correr desse processo — descrito com maiores detalhes na parte referente à Metodologia —, o conhecimento prévio da fase inicial da história da minha terra ajudou-me a estabelecer uma relação mais exata entre a rixa interpartidária levada a efeito na mídia jornalística caratinguense e a disputa instaurada desde a fundação do município, no ano de 1848, entre coronéis alçados, posteriormente, a cargos políticos, fato assim criticado no primeiro número de uma das gazetas dos “Bacuraus”:

(2)

“O nosso programma

[...]

Ao encetarmos a nossa jornada, só nos pesa uma circumstancia que é dolorosamente um facto: — é o de termos de lutar com **uma gente sem gente**, com **um elemento sem elemento**, —

com uma força que não é força, porque não tem força. Politiqueiros consumados querem ser políticos a todo transe [...]. E é pela política que tudo querem enredar, que tudo querem abater, que tudo querem supplantar!"

(*O Povo*, n.1, 5 maio 1912; grifos meus) – Jornal do Partido dos “*Bacuraus*”

Em palavras mais precisas, a alteração produzida verbalmente, via imprensa, por “Caranguejos” e “Bacuraus” não só se justificava pelo desejo de conquista e/ou de manutenção do comando político, administrativo e econômico de nossa cidade/região por parte de seu coronelato, como ainda servia para dar prosseguimento a velhas rixas interfamiliares. Por intermédio dela, os chefes ou os membros dos clãs antagonistas entre si procuravam mostrar a sua força de mando e, desse modo, defender e ampliar o seu patrimônio que, por sinal, já era uma chancela de seu poder.

O uso da imprensa escrita ⁵ como suporte para a efetivação da luta se deu, primeiramente, em termos particulares, com a inauguração, no ano de 1884, pelos dirigentes do “Partido Liberal” — posteriormente, cognominado “Bacuraus” — do órgão **O Combate**. Contudo, somente em 1893, pouco tempo depois da instituição da Comarca e quase dez anos depois da instalação desse jornal, a imprensa passou a ser instrumento “oficial” do entrevero bélico político interpartidário, com a criação do órgão **O Caratinga**, pelo Partido “Conservador”, mais tarde dos “Caranguejos”. O prosseguimento, por cerca de trinta e cinco anos, da circulação de jornais das duas facções políticas de ideologia e pensamento tão diferentes uns dos outros, embora coincidentes em seus “interesses pessoais”, resultou numa herança de valor incalculável, tanto para Caratinga, quanto para a Região da Mata, o Estado de Minas Gerais e, até mesmo, o Brasil. Isso sem falar na comunidade científica que, com esse legado documental, tem condições de proceder a uma reconstituição mais segura e fidedigna não só da desavença política, em que se matava por atos e palavras, mas também de

⁵⁵ Para ilustrar como era concorrida a imprensa local, relaciono os títulos dos jornais publicados nesse período: *O Combate* (fundado em 1884; proprietários: Lázaro do Val e José Maria Fernandes); *A Voz do Caratinga* (fundado em 1899; proprietários: Irmãos Rutigliano); *Echo da Matta* (fundado em 1901; proprietário: Lázaro do Val); *O Caratinga* (primeiro jornal oficial, fundado em 1893 pelo Partido Republicano Municipal, depois dos “Caranguejos”); *Voz da Matta* (fundado em 1908; proprietário: Nestor Campos P. Coelho); *O Povo* (fundado em 1912; proprietário: Joaquim Motta); *O Povo de Caratinga* (fundado em 1914; proprietário: Joaquim Motta); *O Phanal* (fundado em 1916; redator: João Lemos); *O Repórter* (fundado em 1916; redator: Colombo Arreguy); *O Entre-Folhas* (fundado em 1916; redatores: Pe. C. Corrêa e Christino Junior); *Renascença* (órgão do PRM, fundado em 1918; diretores políticos: até 1920, Coronel Antônio da Silva Araújo, dos “Caranguejos”; depois, Agenor Ludgero Alves, da “Aliança Municipal”); *O Missionário* (fundado em 1919; diretor: Cônego Aristides Marques da Rocha); *A Época* (fundado em 1924; diretor: Coronel Antônio da Silva Araújo); *Novidades* (fundado em 1921; redatores: Waldemar Pereira e Colombo Arreguy); *O Município* (fundado em 1927; proprietário: Leonel Fontoura de Oliveira); *Cidade de Caratinga* (fundado em 1929, proprietário: Aparício Costa); *A Comarca* (fundada em 1930; proprietário: Iguatimozy Cataldi de Souza).

uma fase da nossa história, em que se deu a substituição do regime político imperial pelo regime político republicano.

Transpostas essas barreiras investigativas acima referidas, restava-me, por fim, encetar a terceira etapa da investigação, qual seja, a de detectar e analisar, a partir dos dados recolhidos de artigos encontrados em periódicos editados pelos dois Partidos, as armas lingüísticas utilizadas por “Caranguejos” e “Bacuraus” com o fito de “tirar de cena” o inimigo, empecilho natural para a conquista de um poder tão ansiado. Para fazê-lo de um modo mais objetivo e eficaz, procurei distribuir o material computado de acordo com o Partido responsável pela publicação de cada um dos jornais, o período de sua circulação e a data de sua publicação. Tal procedimento permitiu-me ter uma idéia global da macrooperação enunciativa produzida, muitas vezes, de uma forma metalingüística, pelos redatores, profissionais ou amadores, representantes das duas partes em litígio. Logo no início, dei-me conta do conjunto variado de técnicas — gramaticais, lexicais, semânticas, pragmáticas, discursivas e textuais — utilizadas por eles com a dupla intenção de abalar a imagem (*ethos*) do rival e, com isso, enaltecer a sua, na busca de conseguir para si o beneplácito dos (e)leitores caratinguenses, a ser demonstrado concretamente nas urnas.

Desmembrado, pois, o *corpus* em dois blocos — compostos, respectivamente, de jornais de uma e outra facção política —, voltei-me para a análise propriamente dita, procurando examinar, preferentemente, o teor e a força bélica de operações relacionadas com os gêneros discursivos explorados, com a atividade enunciativa, considerada tanto em suas instâncias actorial e não-actorial (do referente), como nas vozes outras nelas hospedadas, com o fito de ajudá-las a sustentar e vencer a luta que lhes cabia levar adiante. Com esse rumo dado à análise, foi possível estabelecer um confronto entre as espécies de armas utilizadas pelas duas partes, a sua força argumentativa e os efeitos obtidos em relação ao alvo visado.

Com a execução dessa última empreitada — que tanto deixou a desejar —, pude reconstruir, mesmo que parcialmente, uma fase da história política de minha cidade, na qual a força da palavra se viu testada e demonstrada num contexto de guerra efetuada em “ringue” jornalístico.

Em suma, parece-me claro que a empolgação e a carga de subjetividade — tidas como inadequadas para o discurso acadêmico — manifestadas no relato acima não são gratuitas. Na verdade, nada mais são do que o reflexo do surpreendente tipo de material contido em periódicos que, embora tenham dito tanto a respeito do passado de minha terra, foram silenciados em razão do que disseram. Tendo conseguido escapar dessa proibição, espero que o trabalho aqui empreendido possa contribuir para a sua divulgação, assim como para a

demonstração da multifuncionalidade dos gêneros textuais, da ação enunciativa, objetos de estudo desta dissertação, que se configuram, em si mesmos, como recursos argumentativos.

1.2 Categorias de análise

Conforme mencionado acima, a análise de textos jornalísticos utilizados como veículo da guerra política travada entre os dois primeiros grandes partidos do Caratinga — de “Caranguejos” e de “Bacurau” — ateve-se, basicamente, à forma como foram realizados, no interior de um domínio discursivo “hospedeiro”, a operação enunciativa protagonizada pelas duas facções inimigas, devidamente apoiadas por todo um aparato vocal multifacetado e multifuncional, o preenchimento e o funcionamento da instância do referido, bem como a força argumentativa dessas categorias, caracterizadas, no caso, como táticas de guerra. Uma idéia mais concreta do uso dessas categorias como instrumental bélico nos é fornecida por dados como o de abaixo, no qual, os vitupérios, as denúncias, as reclamações, os protestos contra o adversário são expressos em forma de poesia, o que, certamente, deve ter provocado maior impacto no (e)leitor, então enredado por esse “canto de sereia” (cf. qualificação utilizada por CAMPOS, 1987, para o discurso publicitário). Trata-se de um soneto publicado num dos jornais dos “Caranguejos” que, numa crítica clamorosa contra o partido oponente, tem prenunciado, iconicamente, em seu próprio título, o tom de comicidade, de galhofa que predomina em todo o texto. No caso, a partir da menção apenas de seu primeiro elemento, esse título reproduz o velho provérbio latino, segundo o qual *“Ridendo castigat mores”*. Inserido nesse novo contexto, ele serviu para traduzir, à guisa de ataque, a frustração e o sentimento de rancor dos “Caranguejos” em relação a um de seus líderes, Dr. Agenor Ludgero Alves, que se bandeou, interesseiro, para a ala rival, que depois substituiu, criando um novo partido: o da “Alliança Municipal”.

(3) Crítica a um dos líderes políticos bandeado para o partido inimigo

“RIDENDO...

Foi ‘Bacurau’, foi ‘Caranguejo’, e, atualmente,
É dos temperos da salada da ‘Alliança’;
E já jurou que, se houver qualquer mudança,
O credo novo abraçará, cinicamente!

Camaleão guindado à vice-governança,
Causa até nojo vê-lo, infatigavelmente,
Trocar a masc’ra p’ra agradar a toda gente,
E aceitar em qualquer farsa um papel pança!...

A um tipo assim, devia ser obrigatorio
 Trazer na cara este aviso escrito a fogo:
 — ‘Isto aqui é o portão de um mictorio,

Que em dobradiça de mola se adaptou;
De qualquer lado que se empurra elle abre logo ...
... Mas a vergonha por cá nunca passou! ...’

MARIMBONDO”

(**A Epoca**, n. 48, 19 abr.1925; grifos do redator) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Em síntese, na análise do embate verbal levado a efeito pelos primeiros partidos políticos do Caratinga, foram levadas em consideração algumas das principais armas por eles empunhadas na produção do jogo enunciativo, com suas vozes protagonistas (polifonia interna) e tomadas a terceiros (polifonia externa), idéias e ideologia discordantes umas das outras. Obviamente, no seu estudo, não se deixou de levar em conta a munição argumentativa que as alimentou e que ajudou a fortificar a ação ambiciosa de ambos os partidos. Desejosos de conquistar ou de manter o poder, eles não titubearam em implantar o desassossego, o desespero, o ódio, a desunião entre os habitantes de uma pacata cidade, “a florescente e futura Caratinga, esta perola ridente e fecunda de Minas Gerais [...]” (**Echo da Matta**, n. 50, 4 nov. 1906).

1.3 Objetivos do estudo

O gênero discursivo aqui investigado compreende, na verdade, conforme mostrado em capítulo posterior, uma miscigenação entre discursos de domínios diferenciados — político, jornalístico e, até mesmo, o publicitário. Para melhor abordagem do objeto de estudo aqui proposto, tal como inserido no interior dessa mescla, optei por me concentrar numa das operações da ação discursiva capazes de revelar o que se pretendia: o modo de realização da guerra verbal, veiculada em diferentes jornais, entre os dois primeiros Partidos rivais de Caratinga. A operação escolhida foi a do jogo interacional que, no caso em pauta, foi regido e vivenciado por actantes inimigos um do outro — o que trouxe à tona cenas de combate da maior concretude possível.

Para o desenvolvimento adequado da tarefa aqui efetuada, tive sempre em mente os seguintes objetivos especiais:

a) refletir acerca da noção, tipologia e funcionamento dos gêneros e tipos textuais, ainda não consensuais entre os analistas do discurso de vertentes distintas;

b) averiguar, em modo específico, as peculiaridades e desdobramentos dos discursos político e jornalístico, alvos principais do presente estudo;

c) descobrir e examinar, a partir de índices presentes no enunciado, a forma como "Caranguejos" e "Bacuraus", na qualidade de protagonistas da ação enunciativa, combateram um ao outro, a partir do cruzamento desses dois gêneros de base — político e jornalístico —, bem como de vários outros neles incorporados;

d) levar em conta a extensão dada a essas instâncias enunciativo-actanciais, com o seu preenchimento de naipes vocais distintos, tanto em termos políticos e socioculturais, quanto em termos individuais;

e) mostrar a força bélica do tratamento diferenciado — digno e indigno — conferido pelas duas alas oponentes à instância da delocução, na qual se abrigaram, respectivamente, de um lado, vozes co-partidárias, e, de outro, contra-partidárias;

f) examinar a operação de aproveitamento, no espaço da delocução, de vozes terceiras emprestadas de figuras célebres em diferentes áreas sociais, políticas e culturais;

g) considerar, sobretudo com base no teor argumentativo do armamento lingüístico empregado pelos dois partidos, a intenção-mor subjacente à sua luta, qual seja, a de conquistar o maior número possível de eleitores;

h) contribuir para a formação de um banco de textos e de dados suscetível de fornecer subsídios para a realização de pesquisas não só no campo de estudos da linguagem, como em outros mais que reconhecem a importância da reconstituição da memória dos povos.

Naturalmente, a esses objetivos, mais voltados para a pesquisa em si, acresçam-se aqueles de implicação pedagógica, que revelam a minha preocupação, ou, melhor dizendo, a de todos nós, em utilizar material discursivo como o aqui examinado, capaz de contribuir para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem de nossa língua e de dialogar com outras áreas do saber.

1.4 Metodologia

1.4.1 Relativa ao "corpus"

1.4.1.1 Procedimentos de coleta e seleção dos exemplares dos jornais

Com base em sua reconhecida experiência de historiador, Carlos Bacellar nos adverte do seguinte fato acerca do material que costuma ser usado como documento de arquivo em diferentes áreas do saber:

A pesquisa em arquivo nos reserva surpresas. Entre os imprevistos mais comuns está a qualidade da documentação, que pode surpreender pela riqueza de informações inesperadas. Mas, também, não é incomum a decepção, seja pela má qualidade das fontes, seja pelo pequeno número de casos encontrados. (BACELLAR, 2005, p. 61)

Durante o desenvolvimento do presente estudo, tive a oportunidade de experienciar dois tipos de sensação, sendo um deles referido pelo autor supracitado: um, de surpresa, diante da abundância de informações constantes dos textos jornalísticos consultados, bem como das armas usadas por seus Partidos representados no intento de demolir um ao outro; outro, aqui já mencionado, de frustração (antecipada), diante da iminência de esse material — perfeitamente adequado de acordo com os termos acima — não me chegar às mãos, impedindo-me, pois, de executar as tarefas pretendidas.

Vencida a batalha da obtenção dos jornais, procurei, antes de uma primeira leitura dos exemplares conseguidos, inteirar-me do quadro histórico, econômico, político e sociocultural em que se iniciara e se desenrolara a “famigerada” disputa interpartidária entre os dois primeiros Partidos “oficiais” do Caratinga: de “Caranguejos” e “Bacuraus”. Para tanto, foram-me preciosos estudos como o de Álvaro Denizart do Val (s/d) e o de Monir Ali Saygli (1998), caracterizados como fontes documentais indiretas, ou secundárias — o que não lhes diminui o valor.

Num segundo momento, ative-me à leitura das fontes diretas, constituídas, então, de todos os exemplares de jornais que consegui reunir, sendo uma parte editada por uma das partes litigantes, e outra, pela ala inimiga.

Durante a realização dessa empresa, atentei-me, de um modo particular, para o material editado no período que vai de 1892 — data em que Caratinga adquiriu o *status* de Comarca — até 1925, quando já se observa o decréscimo do prestígio da política até então vigente na região. Em termos mais claros, dir-se-ia que, se, antes, certos partidos políticos vigentes em cidades e vilas da região da Mata puderam contar, inicialmente, com o apoio de Presidentes do Estado como o Dr. Arthur Bernardes, o Dr. Raul Soares e o Dr. Mello Vianna, que se sucederam, não o puderam mais, depois da posse do Presidente de Minas Dr. Antônio Carlos de Andrade, ocorrida em 1926. Como essa mudança afetou a continuidade da guerra verbal até então sustentada por “Caranguejos” e “Bacuraus”, acabei restringindo a pesquisa

aqui efetivada à documentação que se configurava como mais representativa, qual seja, a que abarcava o período acima referido, de 1892 a 1925.

Dessa empresa, resultou a constituição do seguinte conjunto de periódicos, de que, certamente, não foram examinados todos os exemplares:

JORNAIS SELECIONADOS			
DO PARTIDO DOS “CARANGUEJOS”		DO PARTIDO DOS “BACURAUS”	
Título	Período Contemplado	Título	Período Contemplado
Renascença (Transferido, posteriormente, para o Partido dos “Bacuraus”)	De Maio de 1919 a Fevereiro de 1924	O Combate	Março de 1892 Abril de 1894
		A Voz do Caratinga	Outubro de 1898
		Echo da Matta	De: Outubro de 1898 A: Dezembro de 1906
		Voz da Matta	De: Outubro de 1907 A: Maio de 1908
A Epoca	De Maio de 1924 a Maio de 1925	O Povo	De: Maio de 1912 A: Novembro de 1914
		Povo do Caratinga	De: Janeiro de 1916 A: Dezembro de 1918
		Renascença (Então, já transferido das mãos do Partido dos “Caranguejos”)	De: Março de 1924 A: Novembro de 1925

Quadro 1: Listagem e distribuição interpartidária e cronológica dos jornais constitutivos do *corpus*
Fonte: Dados da pesquisa

Depois de conhecidos os dados contextuais e selecionados os periódicos consultados, passei, num segundo momento, à seleção e registro dos diferentes gêneros de seção neles explorados como arma verbal de uma batalha que reflete, até hoje, na vida dos descendentes de quem a viveu.

1.4.1.2 Procedimentos de seleção dos artigos dos jornais

Conforme dito anteriormente, os artigos aqui examinados foram selecionados dos diferentes jornais envolvidos na briga política interpartidária levada a termo, durante quase quatro décadas, num Caratinga ainda criança. Apresentando uma variação genológica e temática respeitável, eles podem ser considerados, sem dúvida nenhuma, como representativos do *corpus* de que fazem parte. Prova disso é que: a) abordam os diferentes assuntos, fatos, acontecimentos, eventos ocorridos na época, procurando identificar os seus respectivos personagens, etc.;⁶ b) revelam, explicitamente, as suas funções primordiais de ataque, resposta e contra-ataque à facção política oponente; c) fazem referência direta ao adversário afrontado — Partido, líderes ou sectários; d) refletem, mesmo em seqüenciação interrompida, uma coesão interna entre os diferentes jornais editados pelos dois partidos litigantes envolvidos, assim como uma coesão externa, relativamente aos exemplares publicados pelos inimigos.

Do material a escolher numa primeira empreitada, selecionaram-se, provisoriamente, cerca de quatrocentos artigos — o que, em termos de estatística e de tempo a mim concedido, ia além do número exigido para o tipo de trabalho a desenvolver, de caráter qualitativo e não quantitativo. Ciente disso, procedi a outra “garimpagem”, buscando compor um *corpus* por “amostragem” que, diversificado partidária, cronológica, temática e genologicamente, teria condições de nos fornecer um retrato fiel da guerra verbal a ser examinada. A propósito dessa tarefa, gostaria de esclarecer que o projeto inicialmente previsto era apresentar os dados em forma de conjuntos de células dialogais produzidas pelos dois partidos, um em resposta ao outro. Contudo, isso não foi possível, porque, com raríssimas exceções, os exemplares a que tive acesso não se encontravam numa sucessão cronológica ininterrupta, mas, sim, numa seqüência de datas entrecortada de espaços que distanciavam uma da outra.

Entretanto, mesmo diante desse quadro, foi possível obter uma amostra com um número suficiente de artigos, distribuídos por mim em três grandes blocos, segundo as principais fases da história política do município, a saber:

a) um **primeiro bloco** que, constituído pelos jornais editados a partir da instalação da Comarca de Caratinga, no ano de **1892**, e encerrado no ano de **1904**, reporta-se ao período em que se torna evidente a rivalidade entre os dois Partidos, conforme documentado nos próprios jornais das duas facções, fundados, justamente, com essa intenção;

⁶ Confirmam essas informações tanto os periódicos em si quanto as fontes secundárias consultadas.

b) um **segundo** que, composto de jornais publicados nos anos de **1905** a **1917**, corresponde à fase (de quatorze anos) em que Caratinga esteve sob o domínio político dos “Bacuraus”, cujas medidas e ações aumentaram a turbulência da luta, conforme se pode comprovar em quase todas as seções dos diferentes jornais pertencentes às duas alas;

c) um **terceiro** que, durante o período de circulação de seu jornal, iniciado em **1918** e findo em **1925**, passou por uma perda, no ano de 1921, em razão do rompimento entre dois líderes do Partido dos “Caranguejos”, o Cel. Antônio da Silva Araújo e o ex-Promotor Dr. Agenor Ludgero Alves, do que resultou na transferência do jornal **Renascença** das mãos dos “Caranguejos” para as mãos dos “Bacuraus”, tornado, depois, Partido da “Alliança Municipal”. Desprovidos de sua já consagrada arma, os “Caranguejos” se municiaram de uma nova somente no ano de 1924, com a criação de um novo periódico denominado **A Época**.

A respeito de todo o entrevero ocorrido, esse novo órgão assim manifestou, em seu primeiro número, a sua disposição de manter aceso o duelo verbal com o inimigo:

(4) “**ALMENARA**

O aparecimento de um jornal de feição independente – as columnas abertas e francas a todas as reclamações e aos pedidos de justiça do povo – deve sempre ser recebido com jubilo e natural satisfação.

Em um meio como o nosso, onde nada ha feito e o progresso póde ser symbolizado pelo rotineiro carro de bois – vehiculo local de communicações e transporte – muito póde fazer uma folha bem orientada, com um programma são e honesto, visando o interesse da collectividade para o engrandecimento moral e material da terra que habitamos.

[...]

A lucta será renhida e entibiará os menos fortes, quando for necessario combater o despotismo, apontar as violencias, profligar os erros, condenar as iniquidades.

[...]

E que a sympathia do povo – que tem no novo jornal um defensor destemido dos seus direitos e das suas necessidades palpitantes – saiba agradecer e retribuir o trabalho herculeo que a nova folha vem lhe prestar.

SCIPIÃO.”

(**A Época**, n. 1, 11 mar. 1924) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Foi, pois, a partir do estabelecimento dessa distribuição tríplice que pude proceder, com mais segurança e objetividade, à escolha dos artigos aqui examinados.

1.4.1.3 Procedimentos de seleção, catalogação e registro dos dados

A seleção dos dados, como já visto, deu-se, fundamentalmente, a partir das seções que se configuravam, em sua essência, como armas empregadas pelos dois partidos rivais, em

franca disputa pelo domínio político da cidade. De gêneros variados, muitas delas deixavam antever, metalingüisticamente, em seu título, o tipo e o grau de virulência de sua ação. Testemunham-nos tal procedimento títulos como: “Desaffronta”, “Tendes a palavra... convosco não se pode ser generoso!”, “Ainda os Calumniadores”, “Um protesto do povo do Caratinga”, “Farça e Calúnia!”, “Ao Chavêta”, etc., encontrados em jornais dos “Bacuraus”, e “Como *elles* andam”, “Esperemos janeiro!”, “*Res non verba*”, “A farça eleitoral em Veadinho”, “Ignominia”, “Judas”, “Agenoradas”, “A basofia do deputado” (esses quatro últimos dirigidos ao ex-Promotor e ex-caranguejo, Dr. Agenor Ludgero Alves); “Alto lá!...”, e outros mais, do Partido dos “Caranguejos”.

Obviamente, tal concentração em artigos de teor bélico não implicou, de minha parte, o descuro de outros gêneros correspondentes a outros tipos de seção constantes dos jornais examinados. Embora peculiares ao domínio discursivo jornalístico, grande parte deles trazia, de um modo mais ou menos sub-reptício, a mesma palavra de guerra expressa em artigos mais específicos. É o que se verifica, por exemplo, nos textos que dão notícias de fatos corriqueiros como nascimento, batizado, casamento, falecimento, viagem, etc. de cidadãos do Caratinga ou da região circunvizinha, bem como eventos comemorativos de caráter religioso, social, cultural, político promovidos na terra. Exemplo:

(5)

[Sem título]

“Como noticiou esta folha em seu passado numero, partiu para a capital mineira o Cel. José Antonio Ferreira Santos prestigioso chefe politico do partido dominante [dos “Bacuraus”] e presidente e agente executivo da camara municipal do Caratinga.”

(**O Povo**, n. 4, 20 jul. 1913) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Esse mesmo comportamento norteou a tarefa de catalogação, realizada com base no grau de representatividade do material selecionado, nas categorias eleitas como objeto de estudo e no tipo de munção utilizado pelas duas correntes políticas, tanto em suas ações de ataque, quanto nas de defesa e/ou contra-ataque.

O registro dos exemplos foi feito via informática numa distribuição pautada em critérios como: Partido político envolvido, jornal porta-voz, fase da história de Caratinga em que se deu a publicação do periódico, *status* genérico-editorial (textos reproduzidos de instituições governamentais e textos redigidos por profissionais ou amadores), etc.

1.4.2 Relativa à fundamentação teórica da análise

Na tentativa de descobrir e revelar, mesmo parcialmente, a ideologia, os estratagemas e as verdadeiras intenções determinantes da guerra verbal travada pelos dois partidos que inauguraram oficialmente a política em Caratinga e determinaram o seu modo de interação como participantes — encorpados por vozes outras — da atividade enunciativa, procurei alicerçar-me em linhas que concebem a língua não apenas como um conjunto de enunciados, mas também como uma ação efetuada num contexto de troca social. Conseqüentemente, o compromisso aqui assumido foi o de desvelar, na materialidade lingüística do *corpus* selecionado, as ações e contra-ações languageiras monitoradas por esses dois Partidos no âmbito da enunciação, desavença essa veiculada em suporte .midiático.

Para tanto, levei em conta princípios e pressupostos da Teoria da Enunciação e da Análise do Discurso de linha franco-suíça, coadjuvadas pelas lições da Nova Retórica, que tem procurado aproveitar, com as devidas alterações e renovações, as da Velha Retórica, cujo maior representante é Aristóteles (século IV a.C.).

A propósito dessa associação trinitária, é bom lembrar que todas se batem pelo enfoque da linguagem/língua como uma atividade humana que compreende uma interação verbal constitutiva de uma prática social interindividual de força argumentativa. A esse respeito, que falem por mim as seguintes palavras de Ingedore G. Villaça Koch, um dos expoentes da Lingüística Textual, corrente de estudo que, afim com as duas acima referidas, encara a linguagem

como atividade, como forma de ação, ação interindividual finalisticamente orientada; como lugar de interação que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes. (KOCH, 1997, p. 9)

Os autores que me forneceram os devidos subsídios para a realização da análise pretendida são alistados abaixo, numa distribuição que leva em conta a linha teórica por eles abraçada:

a) da Teoria da Enunciação, inaugurada, no território da Lingüística, por Benveniste (1988, 1989), que se alicerçou, por sua vez, nos estudos realizados pelo pensador russo Mikhail Bakhtin (1927/1986, 1972/1981, 1979/1997). Além dos dois, foram também importantes os estudos empreendidos por figuras de renome como Ducrot (1977 e 1987),

Goffman (1980), Orlandi (1986, 1987, 2001), Cervoni (1989), Guimarães (1995), Fiorin (1996), Citelli (2001), Flores & Teixeira (2005), Maingueneau (1997a,b, 2001, 2006), Orlandi (1986, 1987, 2001) e outros mais, que vêm procurando investigar o estatuto e o modo de funcionamento próprios das instâncias responsáveis pela produção do ato enunciativo, bem como de vozes outras por elas incorporadas intra ou intertextualmente;

b) da Análise do Discurso (vertente suíço-francesa), que se tem preocupado, além de levar em consideração o ato enunciativo em si, com: as relações entre linguagem, discurso e “formação discursiva” ou “ideológica”; as taxonomias genológicas mais abrangentes e estáveis; a interdependência entre gêneros discursivos e suas respectivas “práticas sociais”; as condições de produção dos diferentes gêneros de discurso; o problema do hibridismo genérico, etc. Dentre seus defensores, apoiei-me, de um modo particular, em estudiosos (filósofos e/ou lingüistas) como: Bakhtin (1927/1986, 1972/1981, 1979/1997), Pêcheux (1997), Maingueneau (1997a, b, 2001, 2006), Charaudeau (1983, 1992, 1999, 2006), Brandão (1998), Charaudeau & Maingueneau (2004), Bronckart (1999, 2006), Mari (2001), Orlandi (1997, 2001), Bonini (2002), Meurer (2002), Meurer e Motta-Roth (2002), dentre outros.

Em relação, especificamente, aos discursos **político** e **jornalístico**, procurei seguir de perto, no que diz respeito ao primeiro, os estudos desenvolvidos por especialistas como Courtine (1981, 2006), Le Bart (1988), Mendes (1999), Corten (1999), Indursky & Ferreira (1999), Pécora (2001), Menezes (2001), Charaudeau (2006), etc., e, no que toca ao segundo, o discurso jornalístico, os de autores como Lopes (1987), Esteban (1988), Gomes (2004), Martins (2005), Charaudeau (2006), Seabra & Sousa (2006), etc.

c) da Teoria da Argumentação, que, embora, por motivo de concentração nas categorias de análise selecionadas, não tenha recebido o devido espaço de discussão e de aplicação, me ofereceu suporte para melhor conhecimento da tipologia, função e efeito de alguns dos inúmeros argumentos utilizados como “armas” por “Caranguejos” e “Bacuraus”, em sua disputa realizada verbalmente. Dessa sorte, além de Aristóteles, com a sua **Arte retórica**, recorri-me a seguidores da “Nova Retórica”, principalmente ao seu fundador, Perelman (1997, 1999), além de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000), Halliday (1988), Plantin (1996), Koch (1983,1997), Anscombre & Ducrot (1993), Mosca (1999, 2006), Marafioti (2003), mais, ou menos, ligados aos ensinamentos de Aristóteles;

d) da própria história de Caratinga, que me deram, vista à luz de obras como as de Lázaro Denizart do Val (s/d) e de Monir Ali Saygli (1998), já referidos, o devido respaldo para a contextualização do fato aqui examinado. Além deles, tive o privilégio de contar com a obra literária testemunhal de Maria da Conceição Moretzsohn Alves Contente (2000), filha do

Dr. Agenor Ludgero Alves, um dos líderes do Partido dos “Caranguejos” mais visado pelas forças inimigas. Para surpresa geral, ele acabou se transformando num alvo *sui generis*, uma vez que, de vítima dos “Bacuraus”, passou a ser vítima dos “Caranguejos”, partido do qual se afastou para ingressar no do ex-rival. Escrevendo a história em forma de “crônicas”, e recorrendo, metodologicamente, a “testemunhos de vida” de terceiros, ela vai, passo a passo, presentificando as lembranças que reteve de sua infância, adolescência, juventude e fase adulta (dos 30 aos 50 anos). Desnudando-as, sob a sua própria ótica, ela nos põe em contato não só com fatos e acontecimentos a que assistira, ou de que ouvira falar, como também com pessoas que presenciaram os fatos. Assim, com mais essa fonte de informações, consegui identificar algumas das que se mantiveram, ou foram deixadas, no anonimato, preferindo deixar apógrafos os artigos que publicaram em jornais de seu partido. O excerto abaixo nos dá uma idéia das conclusões da autora diante do lhe foi dado perceber, bem como diante do preconceito de que foi vítima, filha que era do Dr. Agenor:

Observei muito cedo que, nas pequenas cidades, as simpatias políticas tomam tal evidência, dividindo-se os partidos, que, de adversários passam a inimigos declarados. Os desafetos se adquirem, inexplicavelmente, e nós, alvo de muitos, não constituímos uma exceção à regra. Provocações diretas e freqüentes nem sempre nos surpreendiam.

[...]

Tudo isso foram vivências de cidade pequena em que os afetos e desafetos, justificados ou não, visam, sobretudo, à família do político... (CONTENTE, 2000, p. 174)

1.5 Estrutura do trabalho

Empenhada no resgate da memória da minha cidade do Caratinga, a presente dissertação pautou-se, estruturalmente, pelo seguinte esquema:

a) uma primeira parte, funcionalmente distinta da segunda, em que se procurou fornecer uma idéia geral do tipo de pesquisa aqui realizado — o que foi feito nesta **Introdução** —, bem como do **enquadramento contextual** de seu *corpus*, no tempo e espaço de sua produção — o que pode ser visto no segundo capítulo;

b) uma segunda, dedicada à análise propriamente dita, que também abarca dois capítulos : um, voltado para o estudo da **operação enunciativa gerenciada por actantes**, política e empiricamente, rivais entre si; outro, comprometido com o exame da **instância do referido** (ou delocutário) que, na situação em tela, é composta, numa inversão em sentido contrário, dos mesmos componentes do espaço actorial — enunciador e enunciatário. Em

ambos os casos, verifica-se a intervenção de vozes outras que, importadas de elementos do próprio partido, do partido contrário, ou de expoentes de diferentes áreas, originados de tempos e espaços variados, contribuem para reforçar, em concerto polifônico, a luta entre as duas facções, ajudando-as a persuadir o eleitorado caratinguense de sua superioridade em relação ao inimigo;

c) como fecho do estudo, tem-se o capítulo de **Considerações Finais**, no qual se procede a um balanço do quadro descrito anteriormente, procurando-se indicar e justificar os estratégias mais recorrentes numa das operações de guerra — de jogo interacional — realizadas por “Caranguejos” e “Bacuraus”;

d) a essa conclusão geral, conforme determinado pela praxe acadêmica, segue-se uma parte destinada à apresentação das **Referências**, nas quais procurei apresentar, separadamente, as informações concernentes às fontes documentais primárias — ligadas ao *corpus* — e secundárias — relativas aos estudos de cunho histórico que subsidiaram o capítulo de contextualização — e os dados bibliográficos das obras que serviram de apoio para a análise aqui empreendida;

e) por fim, no intuito de propiciar ao leitor um contato mais efetivo com o *corpus*, reproduzem-se, nos **Anexos**, em sua versão integral, alguns dos artigos cujos excertos serviram de comprovação empírica para os fatos apontados.

2 NOTÍCIAS BREVES DO QUADRO POLÍTICO VIGENTE NOS PRIMÓRDIOS DO CARATINGA : DE “UMA PAZ LUMINOSA” A “UMA PURULENTA DISCÓRDIA”

[...] *Motivou o nosso aparecimento, a necessidade palpitante que se fazia sentir no nosso meio de uma folha que puzesse a nú as arbitrariedades, as prepotencias, as iniquidades, os erros, os desmandos praticados por uma politiquice desenfreada [Partido dos “Bacuraus”] que, de certo tempo a esta parte, vem infelicitando o nosso pobre município, conduzindo-o, inexoravelmente para o abysmo. [...] Ninguém ignora que o município [de Caratinga] está dividido, como sempre esteve e nunca deixará de estar, em duas facções politicas opostas que o povo conhece pelos nomes de guerra — “Caranguejos” e “Bacuraus”.*

In: **A Epoca**, n. 23, 19 out. 1924. Seção “A nossa campanha”.
Jornal do Partido dos “Caranguejos”

[...] *Houve mesmo tempo em que um ou outro actos de nossos adversarios provocaram os nossos encomios: no entanto, factos subsequentes obrigaram, mais do que uma vez, reparos aliás justos de nossa parte. Foi quanto bastou para que de adversarios politicos tornassem nossos inimigos irreconciliaveis; e então, a agressão, o insulto, a calumnia, a anarchia enfim, explodiram frementes por toda a parte n’um grito de destruição e de morte. Erguemo-nos ao som sinistro d’esse clamor, e, empunhando as armas brancas da verdade, [...] vimos fugir espavoridas, deante da luz, as phalanges negras da conflagração, do motim e da intriga.*

In: **Echo da Matta**, n. 52, 2 jun. 1904. Seção “Dous annos”.
Jornal do Partido dos “Bacuraus”

2.1 Introdução: uma “peia ao progredimento” do Caratinga ⁷

É consensual entre os analistas do discurso a idéia de que a linguagem não faz sentido se não for considerada em sua atividade de produção, num determinado contexto histórico, social, cultural, psicológico e situacional (cf. CHARAUDEAU, 2006). Em coerência com essa linha de pensamento adotada, no presente capítulo, busquei delinear um quadro que nos transportasse ao passado de minha cidade, revelando-lhe a situação vigente no período em que foi palco de uma guerra político-interpartidária, cujos efeitos perduram até hoje na alma e no “jeito desconfiado” das gerações que sucederam os que a vivenciaram ou testemunharam.

Para o cumprimento dessa tarefa, de finalidade contextual, fui destrinchando, pouco a pouco, os textos que revelavam, com maior detalhe e segurança, o modo como foi travada a batalha verbal — registrada e propalada, via imprensa — entre as duas primeiras alas que inauguraram, oficialmente, a instituição política na cidade mineira do Caratinga. Dessa sorte, por intermédio desse instrumental, fui sendo notificada de uma série de fatos e acontecimentos que contribuíram não somente para a deflagração do famigerado duelo, como também para a sua manutenção por mais de trinta anos.

Na qualidade de membro de uma terceira geração proveniente de antepassados de grande influência naquela época, acabei sendo envolvida pela atmosfera desse passado que me propus resgatar, presentificando, ainda que em breves linhas, o panorama vigente na cidade de Caratinga de antanho, orgulhosamente agraciada, nos diferentes jornais, com o título de “Princesa” ou “Rainha da Matta”. Em forma de epíteto ou de antonomásia de teor encomiástico, tal designação assim aparece registrada no exemplar que inaugurou, no dia 5 de maio de 1912, o jornal **O Povo**, do Partido dos “Bacuraus”:

(1)

“O Povo

Inicia hoje a sua primeira publicação este modesto semanario cujo nome epigrapha estas linhas. Para nós que aqui vivemos, ciosos da prosperidade moral e material d’este recanto do territorio altivo de Minas, è esse um motivo de duplo contentamento, dada a imprescindibilidade de um jornal n’este vasto e populoso municipio de Caratinga, ou melhor, a ‘**Rainha da Motta** [sic]’ ”

(**O Povo**, n.1, 5 maio 1912; grifo meu) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

⁷ No intuito de promover um diálogo entre o presente e o passado, bem como de conferir uma certa “cor local” a este trabalho, procurei, neste e nos demais capítulos desta dissertação, nomear algumas de suas seções e subseções com títulos e/ou passagens dos próprios jornais consultados que mais se adequassem ao tipo de estudo então empreendido.

O relato dos acontecimentos aqui rememorados, insista-se, resulta do contato que tive com dois tipos de fontes documentais: uma, primária, correspondente aos artigos que, selecionados por mim, constava de jornais editados pelas duas alas em desavença; outra, secundária, que continha informações obtidas de estudos específicos realizados por especialistas acerca da história da minha cidade. Pelo que pude depreender dos dados fornecidos principalmente pelos jornais, o vigor dessa guerra foi de tal monta que a própria imprensa, que exercia o papel de porta-voz de seus partidos representados, acabou sendo contaminada pela atmosfera bélica em se que envolveu, passando, também, a combater, como “entidade jornalística *per se*”, o inimigo-jornal do partido adversário. As passagens abaixo, reproduzidas de artigos de jornais de “Caranguejos” e “Bacuraus”, mostram-nos essa extensão especular da disputa política interpartidária ao território reservado à imprensa:

(2) Ataques interjornalísticos

a- *Jornal dos “Caranguejos” a jornal dos “Bacuraus”*

[Título ilegível]

“[...] **Sabemos, perfeitamente, que o nosso aparecimento não foi encarado com bons olhos por parte dos srs. que dirigem a “Renascença”** [nessa época já sob a direção do Partido dos “Bacuraus”], **e disso deram, recentemente, sobejas provas, procurando interromper a publicação do nosso jornal** [A *Época*, substituto do *Renascença*].

Mas, mercê de Deus, continuamos e continuaremos a distribuí-lo, e **nada nos demoverá do intento de seguirmos a diretriz que nos traçamos** — batalhando pelos melhoramentos de que precisa o município, profligando os erros, combatendo as injustiças, orientando enfim tanto a administração como o público leitor.

A nossa acção, seria e honesta como as que mais o sejam, não poderá merecer censuras daquelles que, sinceramente, desejarem a ordem e o progresso nesse torrão. [...]

(A *Época*, n. 4, 1º jun. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

b- *Jornal dos “Bacuraus” a jornal dos “Caranguejos”*

“**De lenço no nariz...**”

Conhecidos de toda gente os processos jornalísticos da nossa colga local [Jornal *Renascença*], **processos que consistem na divulgação da mentira, do insulto e do desaforo**, era nosso propósito não mais ligar a menor importância **aos aranzéis publicados na “Renascença”, jornal que surgiu á luz da publicidade para mostrar a estopa dos dissidentes, a sua educação, a sua ineptia e, por fim, a covardia innominável dos que o escrevem.**

Affrontando a civilização e o adeantamento do nosso meio, **o pirralho da oposição sem gente que o Governo tentou erguer em Caratinga, sem o conseguir jamais, desde o primeiro numero que vem insultando e agredindo grosseiramente todos quantos aqui exercem uma posição e conhecem os covardes tradicionaes.**

[...]

Não encomendamos defuntos porque não somos padres, mas usamos da expressão bem adequada: ***Vá feder no inferno.***”

(*Povo do Caratinga*, n. 45, 1 dez. 1918; itálico do autor e negrito meu)

Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Fornecida, na própria voz dos redatores, profissionais, ou não, dos jornais dos dois partidos em rixa, uma primeira idéia do nível de agressão a que chegou a primeira desavença política efetuada em solo caratinguense, passo, a seguir, à tarefa que me propus realizar neste capítulo, qual seja, a de delinear um quadro que nos notifique da história inicial do Caratinga.

Para fazê-lo com a devida fidedignidade e sistematização, procurei organizar este capítulo a partir de um esquema capaz de refletir, em sua estruturação, a seqüência cronológica dos fatos/acontecimentos que ajudaram a sustentar e a fortificar a quizila interpartidária aqui examinada.

Assim sendo, depois desta seção introdutória, foram apresentadas, numa **segunda** etapa, notícias gerais a respeito do embate verbal levado a termo por “Caranguejos” e “Bacuraus” durante o período iniciado com a elevação de Caratinga à categoria de município, no ano de 1892, até o término oficial da rixa, ocorrido em 1925, quando o Brasil se encontrava, sob o governo do Dr. Washington Luís, às vésperas da mudança de seu regime político, então marcada pela instauração do Governo Provisório.

Num **terceiro** tempo, de detalhamento do panorama geral esboçado anteriormente, foram fornecidas informações relativas às três subfases da política caratinguense que, mencionadas no capítulo anterior [a) de 1882 a 1904; b) de 1905 a 1917; c) de 1918 a 1904] e comentadas mais adiante, correspondem à seqüência dos partidos governantes e à situação geral em vigor tanto no município de Caratinga quanto no nosso Estado e País.

Por fim, numa **quarta** seção, conclusiva do capítulo, tentei esboçar um quadro geral, destinado a enfatizar a relação entre o contexto político vigorante nos primórdios de Caratinga e os tipos de combate travados pelos dois partidos responsáveis pela instauração da primeira rivalidade interpartidária entre nós, rivalidade essa que, passados tantos anos, insiste em mediar a vida de seus cidadãos de hoje.

2.2 São João do Caratinga: “o riso e o verme; a flor e o punhal; o beijo e a calúnia”⁸

2.2.1 Entre “risos e vermes”

Reza a tradição que o descobridor de nossa terra, João Caetano do Nascimento, acompanhado por João José da Silva e de João Antônio de Oliveira, aqui chegou no dia 24 de

⁸ Seqüência de expressões ofensivas empregadas por um dos articulistas do jornal **O Povo** (datado de 1912), do Partido dos “Bacuraus”, em resposta a ataques feitos, no jornal **Diário de Minas**, presumidamente, pelo Promotor de Justiça, Dr. Antero Chaves, do Partido contrário. Veja-se o excerto aqui transcrito sob o número 11.

junho de 1848, dia consagrado pela Igreja Católica a São João Batista. Segundo Val (s/d, p. 50), os três fundadores do povoado e toda a gente que traziam “festejaram isso com uma grande fogueira e, nesse mesmo dia, ofereceram uma posse para patrimônio desse Santo, que é a atual cidade”.

No que diz respeito aos primeiros posseiros das novas terras — denominadas, em seu conjunto, Serra do Caratinga ou Águas do Cuieté —, a história nos notifica de que um de seus pioneiros aqui chegou em 1861, tendo conseguido construir, nos terrenos que adquiriu, duas fazendas, localizadas ambas à margem esquerda do Ribeirão da Barreira.⁹ Uma delas, a Fazenda de São Roque, corresponde às terras onde se formou o Arraial do Caratinga; outra, a Fazenda da Barreira, à nossa Praça Cesário Alvim, conhecida, anteriormente, como Largo da Barreira. Com a venda sucessiva de partes das duas fazendas, foi-se fragmentando o núcleo inicial de Caratinga, ao mesmo tempo em que se ia tornando cada vez mais povoado, sobretudo a partir do ano de 1860. Daí a mudança do seu antigo nome, “Serra do Caratinga”, para “Povoação de São Roque de Caratinga”.

Elevada a Distrito de Paz, no ano de 1866, a vila, agora rebatizada com o nome de “Povoado de São João do Caratinga”, fez parte, inicialmente, do município de Ponte Nova, criado através da Lei 826, datada de 2 de julho de 1857. Tempos depois, com o desmembramento de Ponte Nova, passou a integrar o município de Manhuaçu, criado em 1877. Em decorrência do crescimento de sua população da zona rural e do arraial em si, no período de 1880 a 1892, Caratinga acabou adquirindo o *status* de município, sendo reconhecida, oficialmente, a sua autonomia em 1892, época em que o Brasil já deixara de ser Monarquia para se tornar República. Essa mudança, de âmbito nacional, não passou despercebida dos jornais de Caratinga e foi assim registrada num deles:

(3) “A supressão da Comarca

[...]

Com o nascimento do Regimen Republicano no nosso Paiz, o povo de Caratinga, como em geral todo o povo brasileiro, despertou do somno calmo, porém lento, haurido no sistema administrativo do segundo Imperio; e, com a queda d’ este, em 1889, a administração publica, a politica e todos os ramos da actividade nacional tomaram um character de decidida expansão. Uma vida nova surgiu diante dos olhos do povo, de modo que os homens de noção mais esclarecida, aproveitando o evoluir do progresso que se manifestava no Paiz, puzeram-se á frente das novas instituições, que abraçaram festivamente.”

(**O Povo**, n. 23, 3 nov. 1912) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

⁹ Nome conferido a um trecho do rio da Serra do Caratinga, conhecido depois, até 1878, como Ribeirão do Bugre, atual Rio Caratinga.

Contudo, foi justamente a partir de sua ascensão à categoria de município que a “Princesa da Matta” se viu transformada num campo de batalha, onde se entrecruzavam farpas — verbais e não-verbais — atiradas por seus dois primeiros Partidos políticos, então tornados inimigos ferrenhos um do outro. Dessa sorte, durante um bom número de anos, a nossa terra viveu em estado de tensão, de conflito, em decorrência de um dissenso político interpartidário, que só se encerrou definitivamente no ano de 1930. O excerto abaixo, constante de um dos jornais editados na época, assim se refere à atmosfera reinante na “Princesa da Matta”, com a desavença entre “Caranguejos” e “Bacuraus”:

(4) (Título ilegível)

[...]

No fundo verde das nossas mattas, abottoou a flor vermelha do sangue; na tranquillidade luminosa dos nossos arraiaes, alastrou-se a floração purulenta da discórdia; o hymnario claro do nosso progredimento foi desharmonizado pela nota falsa da intriga. [...]

(**O Povo**, n. 2, 18 maio 1912) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

A pesquisa, realizada em alguns periódicos dessa época e nos livros que nos contam a história de nossa cidade, possibilitou-me tomar ciência de vários aspectos e acontecimentos relacionados com a briga entre as duas facções políticas, dentre os quais: a forma como foi conduzida, verbal e factualmente; os protagonistas responsáveis por sua deflagração e expansão; as traições intra e interpartidárias; o grau de envolvimento dos jornais representantes dos dois partidos; os interesses pessoais envolvidos, etc. Atenhamo-nos, com mais vagar, ao exame dessa fase que inaugurou, na forma de xingamentos, provocações, desafios, impropérios e afrontas, a primeira experiência política vivenciada por uma cidade que, segundo um de seus habitantes, colaborador do jornal **Renascença**, dava “a impressão de um gigante formidável, de força imensa, mas que, no entretanto, desconhecia o seu valor extraordinário” (“Estrada de Ferro”, **Renascença**, n. 196, 28 nov. 1922 – Jornal do Partido dos “Caranguejos”).

2.2.2 *Entre “flores e punhais”*

Conforme mencionado acima, desde que passou de distrito a município (ano de 1892), Caratinga tornou-se um palco de renhida disputa entre suas duas primeiras alas políticas que, com toda a fúria possível, digladiavam “com as armas brancas da verdade”, na arena da imprensa, como inimigos inflexíveis. Para melhor acompanhamento do desenrolar desse

conflito, serviu-me, como ponto de referência, o quadro abaixo, examinado, posteriormente, em cada uma das três grandes fases que marcaram a história política dessa cidade:

PERÍODO INICIAL DA HISTÓRIA POLÍTICA DE CARATINGA			
RECORTES TEMPORAIS		PARTIDOS GOVERNANTES E SEUS RESPECTIVOS PRESIDENTES DA CÂMARA MUNICIPAL	
FASES	SUBFASES	“CARANGUEJOS”	“BACURAUS”
		Nome Oficial <u>Nível Nacional</u> : Partido “Conservador” <u>Nível Estadual</u> : Partido “Repu- blicano Mineiro”	Nome Oficial <u>Nível Nacional</u> : Partido “Liberal” <u>Nível Regional</u> : Partido da “Alliança Municipal”
Primeira: 1892 – 1904	1892 – 1894	Cel. Simphronio Fernandes	
	1895 – 1897		Cel. Joaquim Jose dos Santos Mestre
	1898 – 1900	Cel. Antonio da Silva Araujo	
	1901 – 1904	Cel. Raphael da Silva Araujo	
Segunda: 1905 – 1917	1905-1911		Cel. Joaquim Monteiro de Abreu
	1912-1917		Cel. Jose Antonio Ferreira Santos
Terceira: 1918-1925	1918-1921	Cel. Antonio da Silva Araujo	
	1921	Ex-Promotor Dr. Agenor Ludgero Alves da Silva	
	1922-1925		Deputado Agenor Ludgero Alves da Silva
Quadro 2: Situação governamental vigente no Caratinga de antanho Fonte: Dados da pesquisa			

2.2.2.1 Primeiro round: “Conservadores” 3 X “Liberais” 1¹⁰

A **primeira fase** da história do município de Caratinga começa com a sua emancipação política. A partir da criação da Comarca, da elevação da vila de Caratinga a cidade, e a conseqüente constituição das primeiras administrações, formaram-se partidos locais cujas “divergências” já se faziam notar não só no desencontro de sua ideologia e de seus ideais políticos, como também na competição motivada pela ânsia do poder. Tal

¹⁰ Numa associação entre a disputa política aqui investigada e o esporte correspondente à luta de box, optei por anunciar, metaforicamente, as diferentes fases desse período através de um “placar” que nos dá notícias da posição conquistada pelos dois Partidos (equipes), nos seus trinta e três anos de duração.

situação, na verdade, nada mais era que o reflexo de um velho dissenso interpartidário ocorrido no tempo do Império, quando os “coronéis” caratinguenses se dividiram em dois grandes grupos relacionados com os dois Partidos então vigentes: o “Conservador”, favorável ao regime monarquista, e o “Liberal”, defensor do regime republicano.

No desenrolar de sua troca de desaforos e ultrajes, o **primeiro período** da história política da cidade — **1892 a 1904** — pode ser dividido em quatro triênios distintos, demarcados de acordo com o resultado das eleições, que determinava a mudança, ou não, da edilidade e, por conseguinte, do domínio de um dos dois Partidos em rixa.

Assim, para o primeiro triênio — de 1892 a 1894 — foram eleitos, em 31 de janeiro de 1892, os primeiros administradores da cidade, dentre os quais, o Presidente da Câmara, Coronel Simphronio Fernandes, uma das figuras de grande prestígio e popularidade do Partido “Conservador” (“Caranguejos”). Evidentemente, essa escolha não foi aceita com tranqüilidade pela ala inimiga, do Partido “Liberal” (“Bacurus”), que via em outro coronel, José dos Santos Mestre, o homem mais indicado para ocupar esse cargo. A escolha do primeiro incomodou de tal modo a Oposição, que, mesmo com o passar dos anos, ela continuava sendo comentada e lamentada em artigos dos jornais que a representavam, conforme nos comprova o excerto a seguir, transcrito de um deles:

(5) **“A supressão da Comarca**

[...]

Os benemeritos cidadãos, que se empenharam perante o Governo, para obter d’este a prerrogativa de comarca, quando viram coroado de bom exito o seu ideal, elles e todos os caratinguenses festejaram com demasiado entusiasmo esse grande acontecimento; todavia nunca lhes passou pela mente que o empenho de uns e o entusiasmo de todos, **oito ou dez annos depois**, fosse, como foi, nullificado pelo trabalho de sapa, iniciado e levado a termo final por **uns reles politíqueiros, os quaes, por um capricho da sorte, foram por alguns annos os senhores da situação politica, que, infelizmente, nos trouxe amargos ‘dissabores’ [...]**”

(*O Povo*, n. 23, 3 nov. 1912; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacurus”

O Partido político da situação em Caratinga funda, em 1893, o seu primeiro jornal, **O Caratinga**, com o intuito de responder, de um modo mais visível, às críticas e afrontas que vinha recebendo, via imprensa, pelo jornal **O Combate**, editado pelos “Liberais”. Primeiro a circular em Caratinga, esse periódico fora inaugurado por iniciativa particular em 1884, ou seja, oito anos antes de sua ascensão ao *status* de município.

Contando, pois, com duas “armas” jornalísticas, Caratinga viu eclodir, oficialmente, a guerra – de palavras e de ações – entre as suas duas primeiras alas políticas, conforme nos atesta o fragmento abaixo, transcrito do jornal **O Combate**, dos “Bacurus”:

(6) “Nosso protesto

[...]

Não pretendemos nos chafurdar nos farrapos hediondos da política local, essa velha decrepita e valetudinária que, na sua carreira de actos irreflectidos, só tem servido de espantinho e elemento retardatário d’ esta terra. É por isso que, em nossas officinas, não terá ela guarida. Nós a repudiamos, como repudiamos aquelles que a abastardaram.[...]”

(**O Combate**, 3 mar. 1892) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Para piorar, ainda mais, a situação em que se encontrava a nossa cidade, sobreveio, no ano de 1894, uma crise de âmbito nacional que “provocou um estado deplorável de pobreza desvalida”, agravada, ainda mais, pelos prejuízos causados às colheitas esperadas pelas grandes inundações que então vitimaram o município de Caratinga, segundo nos informa Val (s/d, p. 61). Essa situação de caos, pelo que nos deixam entrever os jornais da época, foi um dos fatores que contribuiu para a vitória da Oposição, isto é, do Partido “Liberal” (dos “Bacuraus”), que, ao assumir o poder, inaugurou o segundo período (1895-1897) da história política de Caratinga, no qual imperou, como Presidente da nova Câmara, o Coronel Joaquim José dos Santos Mestre.

Todavia, um novo fato — dessa vez de âmbito local — serviu para acarretar, na época, novos desentendimentos entre as duas facções rivais do município: a remoção do Dr. João Joaquim Fonseca de Albuquerque, filiado ao Partido ‘Conservador’ (ou dos “Caranguejos”), então Juiz de Direito da Comarca de Caratinga. Levado, por questões de ordem política, a reformular uma sentença emitida pelo Juiz de Paz da cidade em favor de uma das partes litigantes, Dr. João Joaquim acabou provocando uma revolta no Partido “atingido”, dos “Bacuraus”, que tratou de lhe revidar o ato, praticando outros de extrema violência. Diante de mais esse impasse, esse Juiz de Direito foi substituído, em 1895, pelo bacharel Alberto Luiz Figueira, do Partido ‘Liberal’, isto é, dos “Bacuraus”, que, com o tempo, conseguiu se tornar uma das figuras expoentes no quadro político da cidade.

Nas vésperas do encerramento do segundo triênio de governo, dos “Liberais”, a iminência de novas eleições municipais deu novo ímpeto aos combates de uma força política contra a outra. No intuito de retomar o poder, a Oposição, então representada pelos “Conservadores” (mais tarde “Caranguejos”), redobrava-se em seu esforço de afastar do governo o Coronel José dos Santos Mestre, sobretudo depois que lhe foi aumentada a força com a adesão, no ano de 1896, dos irmãos Silva Araújo — Coronel Antônio e Coronel Raphael.

Saindo vitoriosos no pleito, os “Conservadores” conseguiram realizar o seu intento, administrando o município durante o terceiro triênio da primeira fase da história de Caratinga

— de 1898 a 1900. Como Presidente da Câmara, foi eleito o Coronel Antônio da Silva Araújo, que tomou posse no dia 2 de janeiro de 1898.

No correr desse período, adveio um sério episódio, que deu novos rumos à política até então reinante em Caratinga. Em 1899, o então Juiz de Direito Dr. Alberto Luiz Figueira (substituto do juiz demitido, Dr. João Joaquim Fonseca de Albuquerque) renunciou ao cargo, a fim de coordenar as forças oposicionistas, dos “Liberais”–“Bacuraus”. No desejo de concorrer às eleições municipais de 1900, ele promoveu a criação de um novo Partido político que devia fazer oposição ao dos “Conservadores”–“Caranguejos”, que, então, era dominante em nossa cidade. Chamado, em caráter provisório, de Partido “Figueirista”, ele acabou sendo substituído, mais tarde, pelo dos “Bacuraus”, que deu continuidade à sua linha de pensamento e de ação. O jornal **O Povo**, da própria facção “Figueirista” assim notifica a sua existência:

(7)

“1º de Junho

[...]

Quando se esgrimiam enfurecidamente, em 1904, os partidos naquela ocasião existentes, suffocada no ambiente politico dos “Silvas”, a nossa facção figueirista, sempre altaneira e egoista de character, escolheu á cadeira presidencial o Cel. Abreu, candidato de sympathia universal. Foi quando assumiu o governo para reassumil-o em 1907, que até o dia 31 de maio, foi uma continuidade bem caldeada de melhoramentos para o municipio em todo seu corpo, marcando nos annaes de Caratinga, com letras de lidimo ouro e em alto relevo, uma secção regimental que servirá de estímulo aos seus collegas e de traslado aos seus successores.”

(**O Povo**, n. 7, 16 jun. 1912) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Evidentemente, a “boa atuação” administrativa acima referida não foi suficiente para diminuir a tensão política reinante, que mantinha desunido o povo caratinguense, então em luta com problemas como a falta de comunicação com os outros centros citadinos e a dificuldade de escoamento da grande produção local, decorrente da ausência de estradas — o que contribuiu para a estagnação da economia de nossa cidade. Segundo Val (s/d), o emperramento da evolução do município, apesar da grande produção agrícola, explicava-se principalmente pela “necessidade de vias de comunicação, problema inteiramente descuroado pela indiferença governamental [do Estado]”. Em suas palavras, isso “constituiu a angústia coletiva que encheu toda nossa história até 1930” (VAL, s/d, p. 77-78). E mais: de acordo com a visão desse autor, “os males que decorriam desse isolamento não eram apenas de ordem econômica, senão também de ordem social e moral, tornando-se o ambiente propício ao crime e à atração de criminosos e elementos nocivos de outros municípios” (VAL, s/d, p. 79).

A reivindicação de uma estrada de ferro, vale dizer, ocupou seções e mais seções dos diferentes jornais publicados pelos dois Partidos, ao longo do período aqui em apreço. Numa

voz única, ambos procuravam expressar o ressentimento do povo contra a falta de interesse das autoridades governamentais em obter o prolongamento dos trilhos da estrada de ferro “Leopoldina”, que se instalou somente em 1932, em Caratinga.

O quarto triênio da história política aqui brevemente reconstituída passou a ser comandado, com o pleito de 1900, pelo Coronel Raphael da Silva Araújo, líder, como seu irmão Coronel Antônio, do Partido “Conservador”. Durante o seu mandato — de 1901 a 1904 —, Caratinga se viu invadida por nova onda de desvarios provocados por suas duas forças políticas oponentes. Um dos fatores determinantes desse acirramento de ódio foi a posição política assumida pelo novo Juiz de Direito da Comarca, Dr. Feliciano José Henriques, que se filiou, recém-nomeado em 1901, ao Partido “Figueirista”. Os efeitos dessa atitude não tardaram aparecer. Favoráveis, ou não, ao novo Juiz, os dois grupos políticos se manifestaram na própria linguagem — elogiosa ou ultrajante, conforme a facção envolvida — dos jornais em circulação na época. Assim, se, por um lado, o **Echo da Matta** — inaugurado em 11 de julho de 1901, em substituição a **O Combate** — do Partido dos “Bacuraus”, dirigia, como era de esperar, encômios ao seu novo — e importante — adepto, por outro, **O Caratinga**, órgão da Câmara Municipal, então sob o comando do Partido “Conservador”, dirigia-lhe improperios, repudiando a sua opção. Apesar de não ter tido acesso aos jornais que, na época, fizeram referência ao episódio, encontrei, num dos números posteriores de jornais dos “Caranguejos” e “Bacuraus”, os seguintes comentários — negativos e positivos, respectivamente — a propósito da escolha política feita por esse Juiz:

(8) a-

“Nosso Aniversario

[...] Para ensanguentar, espalhar a carnificina e amontoar os ossos e encher os cemiterios, tinha a política de então o prestígio odioso de **um juiz pustulento, nojento, de um juiz infame e sem caracter, sem dignidade.**”

(*Renascença*, n. 45, 7 set. 1919; grifos meus) – Jornal do Partido dos “*Caranguejos*”

b-

“Ainda os calumniadores

Mas os caudilheiros da intriga, desavergonhados e atrevidos [...] ainda procuraram ahi atingir **o nome impolluto do Exmo. Dr. Feliciano Henriques, o intemerato regenerador da justiça local, admirado e estremeado pelo povo e por todos os homens collocados e de bem do nosso meio.** [...] **O illustre magistrado** a que já nos referimos **foi, é e continuará a ser o idolo do nosso povo, por sua integridade na Lei, dedicação, zelo e amor á justiça.**”

(*Echo da Matta*, n. 30, 4 fev. 1906; grifos meus) – Jornal do Partido dos “*Bacuraus*”

Desde a primeira fase, iniciada já num clima de desentendimento e ódio, o embate político-interpartidário começa a apresentar sinais de que era muito natural o emprego de armas lingüísticas que beiravam o hediondo. Daí, a proliferação de epítetos e antonomásias

irônicos, maldosos e ofensivos, que, por vezes, chegavam a ser transformados em alcunhas. Atingidos por essa moda, os “Figueiristas” (Partido “Liberal”), tiveram reconhecido o apelido de “Bacuraus”¹¹, e os “Conservadores”, o de “Caranguejos”.

As alcunhas com que ficaram conhecidos — “Caranguejos” e “Bacuraus” — foi, segundo já referido, uma substituição jocosa do nome oficial dos dois partidos brasileiros a que, respectivamente, pertenciam: “Conservadores” e “Liberais”. Aproveitando o costume que se tinha entre nós de vilipendiar, “antroponimicamente”, o inimigo por meio de apelidos chistosos, ou, até mesmo, pejorativos e insultuosos, a facção dos “Conservadores” caratinguenses, no intuito de mostrar a sua pretensa superioridade cultural, batizou a ala contrária com o nome de “Bacuraus”. Embora servisse para designar certas espécies de ave, como os bacuraus (por exemplo: bacurau-preto, bacurauzinho, bacurau-tesoura-gigante, etc.) e como o ibijaú, João-corta-pau, noitibó, pinta-cega e outros mais — aves essas maljeitosas, de plumagem macia e de coloração escura, de vôo silencioso e de hábitos noturnos que, para não serem vistas costumam, conforme se sabe, permanecer horas a fio pousada, imóvel, em galhos ou tocos de árvores, com os quais se acaba confundindo, na cor e na forma — esse termo era também usado pelas pessoas dessa área geográfica e época, para fazer referência aos matutos da região do Rio Doce, famosos por seu modo arredo, que os levava a se embrenhar na mata, a fim de fugirem de encontros com pessoas desconhecidas, ou consideradas importantes.

Em revanche, os “Liberais” (“Bacuraus”) — constituídos, em sua maior parte, por pessoas da camada social popular —, por sua vez, apelidaram os rivais, do Partido “Conservador”, de “Caranguejos”, numa alusão irônica à sua ascendência germânica. Em boa parte, eram eles pomeranos de rosto vermelho, ou, então, descendentes de portugueses, italianos e franceses que chegaram como imigrantes ao Brasil, pelo porto de Vitória. De lá, acabaram se espalhando por todo o Estado do Espírito Santo, de que ocuparam um bom pedaço da região da Serra do Caparaó, e, posteriormente, também pelo Estado de Minas Gerais. De gosto refinado, esses “estrangeiros branquelos” apreciavam a boa comida e cultivavam “pratos finos”, dentre esses os que eram feitos com caranguejos. Daí, a nova designação que receberam e com que ficaram popularmente conhecidos: “Caranguejos”.

Com esses cognomes — metafóricos e insultuosos — conferidos ao adversário, as ofensas veiculadas nos jornais eram de tal monta que chegavam a ferir os princípios da ética e da moral vigentes numa cidade tida pelas duas alas políticas como “ordeira, pacífica e laboriosa”.

¹¹ O Dr. Figueira faleceu no ano de 1903.

Vejam, a seguir, até que ponto foi alterado, na segunda fase seguinte da história política do Caratinga, o primeiro período aqui sumariamente reconstituído.

2.2.2.2 Segundo round: “Bacuraus” 2 X “Caranguejos” 0

O **segundo período** da história política de Caratinga — de **1905 a 1917** — abrange duas administrações sucessivas de uma mesma facção política, a dos “Bacuraus”, que conseguiu se manter no governo durante quatorze anos.

A primeira administração corresponde à fase que vai de 1905 a 1911, iniciada depois das eleições de dezembro de 1904, das quais saiu vencedor o Partido até então oposicionista, dos “Bacuraus”. Assim, no dia 2 de janeiro de 1905, assumiu a Presidência da Câmara Municipal de Caratinga o Coronel Joaquim Monteiro de Abreu, que se reelegeu, a seguir, por mais um triênio — tendo, pois, governado a cidade durante um período de quase sete anos. O **Echo da Matta**, porta-voz midiático dessa facção, na época, mostra-se tão otimista com o novo governo, que chega a manifestar seu entusiasmo em forma de poesia:

(9) Poema de saudação ao novo Presidente da Câmara

“Está pronta a casa da Camara,
Pontes, ruas, que sei eu?...
Foi-se a guerra, o odio interno;
Saimos do grande inferno,
E entramos todos no ceu!
Bravos ao novo governo
E viva o Quinca de Abreu!...”
(**Echo da Matta**, 24 de jun. 1906) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Evidentemente, num tempo em que a luta prosseguia, nada do se passava na cidade escapava aos olhos e aos ataques do inimigo, que não perdoava nem mesmo as figuras expoentes do governo estadual ou federal. Sirvam de exemplo, aqui, as seguintes críticas feitas pelo Partido dos “Bacuraus”, então no poder, à facção contrária, dos “Caranguejos”, que apoiava “francamente a candidatura Hermes – Wenceslau”:

(10) “Farça e calúnia!”

[...]

O nosso obscuro semanario [...] é independente; não é órgão official d’este ou d’aquele partido [...]. É anti-hermista, e selo-ha sempre, porque o Brazil, possuindo homens da intellectualidade de um Rio Branco, de um Ruy Barbosa, de um Quintino, de um Pedro Moacyr, de um Fernando Lobo, de um Pereira Bastos, de um Assis Brasil e de outros muitos, não precisa guindar **um marechal feito de ouropel** onde já teve um marechal de ferro! E, no entanto, isso não

impede que sejamos pelo Dr. Wenceslau Braz, que, em vez de uma espada, possui um pergaminho honroso e a resenha d'alguns serviços ao paiz. Não cogitamos se temos ou não companheiros; cogitamos, sim, de accentuar, de definir com franqueza as nossas ideas, para que ninguém se iluda! [...]

Quanto, enfim, ao **outro partido** – d'esse, nem cogitamos saber se é ou não hermista; porque, **partido sem eleitores, partido sem prestígio**, que nos importa a nós, anti-hermistas da gemma, e que importar pode à causa militarista se elle é ou não por ella, uma vez que **a sua acção é nulla na balança politica do Municipio?** ”

(**Voz da Matta**, n. 22, 8 ago. 1909; grifos meus) – Jornal do Partido dos “**Bacuraus**”

Pelo que nos deixa ver o texto acima, persistiu, nesse segundo período, a mesma intensidade da guerra interpartidária iniciada na etapa anterior. Um dos acontecimentos que a marcaram de um modo especial foi a expulsão, no dia 11 de dezembro de 1911, do Promotor da Justiça, Dr. Antero Rodrigues Chaves, e do Juiz Municipal, Dr. Humberto Brandi, seu companheiro, ambos afiliados ao Partido dos “Caranguejos”. Essa medida foi tomada pelo Partido situacionista, dos “Bacuraus”, numa espécie de revanche contra o fato de eles não compactuarem com o seu projeto e ações governamentais. Em vista de tal rebeldia, num primeiro momento, essa ala política passou a atacá-los duramente, em seus jornais, fixando-se, de um modo particular, na figura do Dr. Antero Chaves, conforme nos comprovam textos como o de abaixo, recheado de metáforas maliciosas, para não dizer mordazes, e composto de um jogo de palavras envolvendo os lexemas *eros*, *anti-eros*, formadores do nome do promotor, *Antero*:

(11)

“**Ao Antero**

[...]

Eros era o amor; **Antheros** foi o odio.

Eros voltava brejeiro à sombra tranquilla dos gymnasios marmoreos, dos templos e jardins misteriosos, sorrindo travesso dos idyllios harmonicos dos moços gregos.

Antheros vagueava agoueiradamente nas travessias soturnas e nos conciliabulos politicos.

E assim, **Eros foi o bem; Antheros, o mal.**

O riso e o verme; a flor e o punhal; o beijo e a calumnia.

E... os gregos viveram a sua idade d'ouro.

Depois de **Antheros**, quebraram a columna de marmore da justiça e dos hymnarios dos templos desapareceu a nota clara da Harmonia.

As revulsões politicas esborcinaram atropelladamente as cariatides sagradas da Acropole e os brancos capiteis do Parthenon.

Pareceu-nos bem igual a historia deste recanto verde das terras de Minas.”

(**O Povo**, n. 2, 18 maio 1912; grifos meus) – Jornal do Partido dos “**Bacuraus**”

Um bom tempo depois, o Partido adversário, dos “Caranguejos”, fez a seguinte referência — em forma de contra-ataque — ao procedimento adotado pela ala inimiga contra essas e outras pessoas que ousavam lhe fazer oposição:

(12) “Nosso Anniversario

[...] **quem tinha dignidade, caracter e honradez**, não podia, de modo algum, compactuar com a serie de bandalheiras, abusos e atrocidades praticados pelos mandões de aldeias, e a reacção era um perigo, um crime hediondo. **Quem ousasse erguer-se contra os potentados, contra os grandes**, estava sujeito às mesmas penas e castigos que soffreram os Drs. Luciano, Antero e Brandi, e, para que se tivesse socego relativo, era mister viver calado, cumprindo estritamente a phrase celebre: - ver, ouvir e calar... – a qual completamos: – para não morrer.[...]”

(**Renascença**, n. 45, 7 set.1919; grifos meus) – Jornal do Partido dos “**Caranguejos**”

Retomando o fio da narrativa, caracterizemos melhor esse estágio político em exame.

Com o fim da gestão do Coronel Joaquim Moreira de Abreu, inicia-se em 1912 e termina em 1917 a segunda administração do **segundo período** da história que aqui busquei reconstituir. Com a vitória ao Coronel Jose Antonio Ferreira Santos, conhecido popularmente como “Coronel Barateza”, nas eleições de 1912, o Partido dos “Bacuraus” prossegue no poder, agora sob a batuta de um político assim louvado em um de seus jornais:

(13) “A esmo

[...]

Com a maior solemnidade e pompa de que se podia investir o acto, realizou-se, no dia 1º de junho, a posse do novo presidente da Camara Municipal, que é **o Coronel Jose Antonio Ferreira Santos, prestigioso chefe e popularissimo cidadão**, que, daquella data por diante, passou a presidir-nos os destinos. [...]

Amigo da paz, da ordem e do povo caratinguense, rezolverá, o mesmo, todas as questões, que penderem da sua reflectida e conscienciosa decizão, procurando vazal-as, no cadinho da lei e do direito, satisfazendo, assim, igualmente á todos, sem preterições ou favorecimentos politicos, quer á uns, quer á outros.”

(**O Povo**, n. 7, 16 jun. 1912; grifos meus) – Jornal do Partido dos “**Bacuraus**”

Todavia a nova equipe, que acabara de assumir a administração da cidade, sofreu um primeiro revés com problemas decorrentes do excesso de despesas pela instância administrativa de Minas Gerais com a justiça pública. Em vista disso, o governo estadual sentiu-se obrigado a tomar uma atitude funesta, assinando um dispositivo que suprimia várias Comarcas do Estado, dentre elas a de Caratinga. A frustração dos caratinguenses foi tão grande que, no artigo constante da primeira página de **O Povo**, jornal dos “Bacuraus”, podemos ler o seguinte desabafo:

(14) “Supressão da Comarca do Caratinga

[...] **Está de lucto a alma generosa do povo do Caratinga !** O Tribunal da Relação do Estado de Minas Gerais houve por bem remover daqui o illustre e querido magistrado Dr. Feliciano José Henriques, preclaro e recto Juiz de Direito da Comarca, e, assim, supprimir esta mesma comarca, que é este colosso de 2.025 légoas quadradas, com mais de 150.000 habitantes laboriosos, ordeiros, pacificos.”

(**O Povo**, 4 ago. 1912; grifo meu) – Jornal do Partido dos “**Bacuraus**”

Esse “rebaixamento” imposto à “Rainha da Matta” e a outras trinta cidades mineiras, como era de esperar, deu margem a inúmeras especulações, dentre as quais a de que se constituía num ato de vingança da parte dos juristas expulsos da cidade, em especial do ex-Promotor de Justiça, Dr. Antero Rodrigues Chaves. No entanto os arquivos da história de Minas e diferentes publicações locais da época apontavam como motivo dessa supressão a tentativa de o Governo do Estado resolver suas dificuldades financeiras, livrando-se de uma despesa perfeitamente evitável.

Além dessa decepção, a cidade do Caratinga sofreu outras, como a oportunidade de se ver ligada a diversas localidades pela estrada de ferro, conforme promessa antiga feita por autoridades mineiras. Na reconstrução que faz da história do município, Lázaro Val (s/d) lamenta o fato:

[Ficamos] *infelizmente sempre à margem das cogitações do Governo: sem Comarca, sem estrada de ferro, pois a Leopoldina, invocando como causa a guerra mundial, deixara de cumprir o contrato de 6 de junho de 1913, pelo qual prolongar-se-ia o ramal de Matipó [hoje, Raul Soares] a Caratinga e, para completar o quadro, foi-nos tirada, em princípio de 1916, a sede do Distrito de Terras.* (VAL, s/d, p. 93)

O excerto reproduzido abaixo, extraído de jornal dos “Bacuraus”, assim se reporta a essa situação:

(15) **“Brados do Caratinga**

[...]

Com uma riqueza tão natural e prodiga, a nossa zona já devia ter atingido os altos cumes da prosperidade e estar ao nível dos mais ricos e adiantados municípios do Estado, senão na vanguarda, se o furacão da discordia por vezes o não tivesse açoitado e se uma linha ferrea tivesse o tocado na sua parte central e dotado a cidade com uma estação. Estamos convencidos de que esse melhoramento não se fará esperar por muito tempo, caso os ambiciosos políticos de campanario, com as costumadas luctas estereis, não venham perturbar a marcha de mais esse factor de progresso (ainda esperados na vinda de P. Sebastião!). Então não nos invejaremos dos grandes e abastados Municípios do Estado.”

(**O Povo**, n. 7, 10 ago. 1913) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

No pleito de 1915, o povo caratinguense reelegera o Coronel José Antônio Ferreira Santos, dos “Bacuraus”, fato que mereceu críticas severas da Oposição, conforme ilustra o excerto abaixo, de data posterior, referindo-se, retrospectivamente, a esse período:

(16) **“Candidaturas**

[...]

Durante quatorze anos, predominou neste municipio uma politica deslavada, cynica, prepotente como nenhuma outra, capaz de tudo, de todos os absurdos para se manter no

poder, o que o conseguiu pelo espaço de quase três lustros. Guindada pela força, com o auxílio do juiz mais prepotente que o estado de Minas já viu – o bacharel Feliciano Henriques [...] – a antiga política deste município, chefiada por um português ignorante e ladrão, conhecido pela antonomasia de Barateza, praticou aqui abusos sem conta. Amparado pelo senador Salles, Delphim, Americo e Levindo Lopes, o Barateza nunca admitiu aqui oposicionistas. Para isso expulsou d’ esta terra, depois de esbordoal-o barbaramente, o bacharel Luciano de Britto. Tocou também daqui, por não se conformarem com o seu cabresto, os bachareis Humberto Brandi e Antero Chaves, juiz municipal e promotor de justiça da comarca..[...]”

(**Renascença**, n. 127, 22 maio 1921; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

A despeito desse e de tantos outros entraves, convém lembrar que foi durante o período de gestão do Coronel José Antônio Ferreira Santos que, expirado o prazo de vigor da lei que determinara a supressão de comarcas do Estado, Caratinga e outras cidades mais reassumiram o seu *status* de circunscrição judiciária. As autoridades nomeadas, em 1917, foram: Dr. Arthur Albino de Almeida, Juiz de Direito; Dr. Salatiel Rezende Fernandes, Juiz Municipal; Dr. Agenor Ludgero Alves, Promotor de Justiça.

Para encerrar essa viagem ao passado político inicial do nosso Caratinga, novamente na condição de Comarca, vejamos, a seguir, como foi sustada — e não encerrada — a quizila entre suas duas primeiras alas políticas rivais.

2.2.2.3 Terceiro round: “Caranguejos” 1 X “Bacuraus” 1

A **terceira** e última etapa da briga entre “Caranguejos” e “Bacuraus” compreende o período que vai de **1918** a **1930**, embora, neste trabalho, tenha sido estipulado, conforme acima referido, como marco final, o ano de **1925** – quando se dá a morte do Coronel Antônio da Silva Araújo, às vésperas da posse como Presidente do Estado, em 1926 (próximo, diga-se de passagem, à Revolução de 30), do Dr. Antônio Carlos de Andrade que suspende o apoio dado por seus antecessores a cidades e vilas da Região da Mata, afetando, assim, o *modus operandi* da política típica de coronelato.

Similarmente à situação observada nos períodos anteriores, esse intervalo temporal desdobra-se, politicamente, em duas gestões: a do Coronel Antônio da Silva Araújo, do Partido dos “Caranguejos”, que presidiu a Câmara Municipal de Caratinga durante o triênio de 1918 a 1921, e a do Dr. Agenor Ludgero Alves que, de correligionário dos “Caranguejos”, passa a ser filiado ao Partido dos “Bacuraus”, governou o município desde o ano de 1921 até o de 1929.

Um fato significativo para a época (e para a presente pesquisa) foi a criação do jornal **Renascença**, no ano de 1918, pelo Partido dos “Caranguejos”. Porta-voz da Oposição, o

Renascença não poupou suas verrinas, que tinham o duplo objetivo — apregoadado por seus articulistas nos diversos números do periódico — de lutar pelo progresso do município e de servir como libelo contra a atuação dos “Bacuraus”, já desgastados com tantos anos no exercício do poder. No fragmento a seguir, datado de 1922, os editores desse órgão da imprensa caratinguense deixam claro o caráter dúplice (e combativo) de sua missão:

(17)

“Anniversario

‘**Renascença**’ completa hoje 4 annos de vida.

Folha combativa, órgão que é do P. R. M. deste municipio, nestes 4 annos de publicidade, **nunca adoptamos os processos de lucta desleal, do ataque mesquinho, das pesquisas ignobeis pelos recessos dos lares.**

Antes, **combatemos sempre pelo progresso deste municipio, pelos melhoramentos que elle requer e pela propaganda das suas riquezas e das suas immensas possibilidades, fóra das nossas fronteiras.**

Quando o eminente estadista que deixa hoje a direcção da nau do Estado (para tomar posse na Presidencia da Republica) – o Exmo. Sr. Dr. Arthur Bernardes – deu a conhecer o seu programma de governo, promettendo não apoiar as situações municipaes deshonestas e arbitrarías, reunidos em partido politico de opposição local, **fundamos esta folha e abrimos lucta contra os detentores de então, do poder municipal, criminosos que eram pelo desvio das rendas publicas e pelos desrespeitos ás leis que diariamente praticavam.**

(**Renascença**, n. 187, 7 set. 1922; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Um coroamento primeiro do sucesso alcançado pelo **Renascença** veio do próprio resultado do pleito eleitoral de 1918, ano de sua fundação, que foi favorável ao Partido dos “Caranguejos”, de que era porta-voz. Assim, conforme já notificado, tomou posse na Presidência da Câmara Municipal o Coronel Antônio da Silva Araújo, líder político muito conhecido na região.

“Homem honrado e cumpridor de seus deveres”, conforme expresso num dos artigos do **Renascença** (n. 124, 1º de maio de 1921), o Coronel Silva Araújo mantinha um bom relacionamento com os pontífices da política mineira da época, o que lhe conferia, de um lado, superioridade em relação aos demais e, de outro, a possibilidade de conquista de benfeitorias para a sua cidade.

Todavia, de acordo com as próprias fontes jornalísticas consultadas, a posse dos novos administradores do município não foi tão tranqüila como esperavam. Pesou sobre ela o descontentamento do Partido derrotado, dos “Bacuraus”, que tentou interdité-la judicialmente. Apesar de todo o reboiço provocado por tal descontentamento, a ação do inimigo não logrou o êxito esperado: em janeiro de 1919, o então Secretário do Interior, Dr. Raul Soares de Moura, em acatamento ao veredicto pronunciado por uma Junta de Recursos do Estado, acabou reconhecendo e firmando a validade da eleição e da posse da nova edilidade.

Não obstante tal reconhecimento, a tensão entre as duas correntes políticas persistiu por mais um bom tempo. Não é de estranhar, pois, a publicação, em jornais do Partido da Situação, de denúncias contra o modo de condução das finanças do município pelos ex-governantes, do Partido dos “Bacuraus”:

(18) **“LADROEIRAS DA ADMINISTRAÇÃO PASSADA**

‘Renascença’ continúa a publicar hoje alguns recibos escandalosos do tempo em que era rei absoluto desta terra **o negregado barateza**.

Delles se evidencia que no anno de 1914, com viagem de recreio, gastaram **o batata e o barateza**, no curto prazo de 6 mezes, a espantosa e absurda quantia de 3:420\$000, ainda com o nominavel **desplante e caradurismo** em dizer que foi a serviço do municipio — **serviços mysteriosos**, que ninguem ainda viu.

[...]

A mobilia dos *chefes*, dos amigos dos *chefes*, dos amigos dos amigos dos *chefes*, era comprada á custa do pobre povo ridicularisado pela canalha.

(**Renascença**, n. 46, 14 set. 1919; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Nem só a “troca de farpas” caracterizou esse e outros períodos da política caratinguense. Nessa ocasião, por exemplo, em que a Câmara Municipal era presidida pelo Coronel Antônio da Silva Araújo, foram feitas benfeitorias como a implantação dos serviços da Telegrafia Nacional, em 1919, e da energia elétrica, em 1920. Caratinga ia-se tornando um dos mais importantes centros citadinos do Estado pela sua produção agrícola e pelo seu contingente populacional, superado, então, apenas pelo da cidade de Teófilo Otoni.

Contudo, um novo e inesperado acontecimento iria marcar o “gol de empate” do time dos “Bacuraus”, na “partida” cujo placar era favorável aos “Caranguejos” (1 x 0). Em novembro de 1920, o Dr. Agenor Ludgero Alves exonerou-se de seu cargo de Promotor de Justiça — no qual tomara posse em 1º de dezembro de 1917, como se viu —, para iniciar carreira política própria e, para tanto, associou-se ao Partido dos “Caranguejos”, como Vice-Presidente da Câmara.

Pouco tempo depois, o então Presidente da Câmara Municipal da cidade, o Coronel Antonio da Silva Araujo, reconhecendo os méritos do jovem bacharel, não hesitou em ceder-lhe, em abril de 1921, o cargo que exercia — gesto que não só teve a aprovação da maioria dos “Caranguejos”, como também recebeu loas de vários deles, bem como de instituições e pessoas de outras localidades, conforme nos atestam dados como o de abaixo:

(19) **“Renuncia e eleição de Presidente e Vice-Presidente da Camara**

[...]

Pois Caratinga é theatro de uma scena maravilhosa, inteiramente opposta, inteiramente surprehendente, neste caso, porque o cel. Antonio da Silva, ex-presidente da Camara, chefe

prestimoso de um grande partido que é o dominante, chefe de verdadeiro prestígio junto ao governo do Estado, muito estimado da alta política e respeitado entre os seus inúmeros amigos aqui no município, renunciou o lugar de presidente da Câmara para cedê-lo de inteiro agrado, com verdadeiro prazer ao seu nobre amigo que o é também nosso, o valoroso moço dr. Agenor Ludgero, credor da estima do povo de Caratinga, por quem tudo fez para a restauração do regime do direito, da justiça e do domínio da lei, no espinhoso cargo de promotor de justiça dessa comarca.”

(**Renascença**, n. 123, 14 abr. 1921; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Mal passara um ano, um novo fato pegou a todos de surpresa: o ex-Promotor, ora Presidente, buscando satisfazer os interesses políticos próprios, depois de ter sido eleito Deputado Estadual, rompeu com o Partido dos “Caranguejos” que tão bem o acolhera e dele fizera um de seus líderes. Desse ato resultou uma nova ascensão do Partido dos “Bacuraus”, que venceu as eleições de 1924 (“Caranguejos” 1 X “Bacuraus” 1). Dessa forma, com a atitude tomada pelo Dr. Agenor, as duas facções rivais inverteram, em ação recíproca, sua posição em relação a esse político que, de inimigo fidalgo, passara a membro e, depois, chefe da ala que tanto o perseguira. A reação a essa mudança cruzada também se cruzou em artigos dos jornais dos dois Partidos, conforme ilustrado a seguir:

(20) Reação do Partido dos “Caranguejos”

“Judas

[...]

Christo — o Divino Mestre, o Summo Philosopho — quando veio ao mundo para redimir os homens, salva-los da condenção eterna, pregar a sua doutrina e trazer á humanidade o conhecimento da Divina Lei, soffreu toda a sorte de perseguições. [...]

Mas, de todos os crimes daquela epoca, um existe que perdurará sempre — o da trahição, e o seu autor teve a condemnação merecida. [...]

Jesus deu-lhe o perdão.

[...]

Mas os homens não o perdoaram, e além da voz inconfundível da historia, existe a tradição de se queimar o Judas no sabbado da Alleluia. [...]

Foi-se o Iscariotes **mas o seu exemplo ficou.**

O crime da trahição se reproduz quase sempre.

E a diferença que existe entre **os Judas de hoje** e o Judas de antanho, está em que este, movido pelo remorso, procurou a tragica figueira, e **aquelles, embora com a consciencia turva e carregada, não teem a coragem de faze-lo.**

São os duplamente trahidores, porque consumada a primeira trahição, procuram ainda justificar-se, trahindo-se a si mesmos, trahindo a sua propria consciencia.”

(**A Epoca**, n.16, 24 ago. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

(21) Reação do Partido dos “Bacuraus”

“Dr. Agenor L. Alves

[...]

Caracter firme e impolluto, não se deixando nunca torcer nem mesmo enveredar-se pelas vias escusas, por onde muitos encontram guarida para depois cantar a palinodia, vai

elle desassombradamente como um velleiro, singrando as ondas do encapellado mar de contradições e de aborrecimentos, porque, acima de tudo, está **o espelho cristalino de sua consciencia, mãos bem limpas para locupletar-se com o dinheiro azinhavrado do imposto pago pelo pobre trabalhador contribuinte.**

(*Renascença*, n. 281, 28 set. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Conforme se pode deduzir dos dados acima, com a deserção do Dr. Agenor, o jornal **Renascença**, até então editado pelos “Caranguejos”, passa a ser administrado pelos “Bacuraus”. Em reação posterior, os “Caranguejos” fundaram um novo periódico, denominado **A Época**, que circulou de 1924 a 1925. Já nos seus primeiros números, os redatores deixam clara a missão que lhes cabe cumprir e anunciam as alfinetadas que pretendem dar nos inimigos.

Outra medida tomada pelo novo líder dos “Bacuraus” foi a criação do “Partido da Aliança Municipal”. Quanto ao desempenho administrativo do novo chefe “bacurau”, acabou dando margem a novos embates entre as duas alas rivais. Se, no modo de ver dos “Bacuraus”, o Dr. Agenor estava conseguindo realizar um governo profícuo, para os “Caranguejos”, ele estava se revelando improdutivo. Essa diferença de juízo nos é mostrada por textos como os seguintes:

(22) **A administração “Agenor Alves” sob a ótica dos “Caranguejos” e dos “Bacuraus”**

a- **“Caranguejos”**

“VERDADES CRUAS

A actuação politico-administrativa do sr. Agenor Alves nesta terra, tem sido uma das mais improduttivas, mais improficuas, mais inuteis, para o desenvolvimento e a evolução do municipio.

[...]

S. s. implantou aqui a anarchia, a sua politicagem estreita, atrophiada, de vinganças pequeninas e miseraveis, como o foi, VERBI GRATIA, a demissão que s.s. conseguiu, pelos processos que usa e sabe, do modelar funcionario Leonel Fontoura do 4º districto de terras.”

(*A Epoca*, n. 18, 11 set. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

b- **“Bacuraus”**

“Dr. Agenor L. Alves

[...]

A penna do humilde tracejador destas linhas, como redactor, se verga impotente para delinear em traços firmes e bem lançados, **os serviços prestados por esse distincto moço nos diversos departamentos do serviço publico e de destaque, que feliz e brilhantemente vem desempenhando.**

[...] Acima de tudo quanto de bom ou máo pode conceber a mente humana, está o character lidimo desse moço de educação aprimorada, intelligencia de escol, lhano, affectuoso e **cumpridor acerrimo de todos os seus deveres civicos e sociaes.”**

(*Renascença*, n. 281, 28 set. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”.

Em face do que aqui se mostrou, não é nenhum exagero afirmar que o grande regente da terceira fase da luta empreendida por “Caranguejos” e “Bacuraus” foi um bacharel/deputado forasteiro que, ao combater a favor e contra as duas facções, na verdade, combatia em prol de si mesmo: o Dr. Agenor Ludgero Alves.

Nas crônicas — preciosas — que escreveu a respeito desses tempos políticos turbulentos, M. C. Contente (2000), aqui já referida, filha do Dr. Ludgero Alves, assim se remonta aos atos do pai e à inimizade entre “Caranguejos” e “Bacuraus”:

Seu rompimento [do pai,] com os bernardistas, tornou estes, os Silva Araújo, seus inimigos declarados, perigosos, inflexíveis. “Era de morte”, na expressão de nossa amiga, D. Glorita Araújo Façal, a inimizade entre “Bacuraus” e “Caranguejos”. (CONTENTE, 2000, p. 163, 174 e 181)

Em face de tudo isso, a conclusão mais plausível a tirar seria a de que dificilmente se manteria aceso o fogo da disputa entre as duas partes. É o que veremos a seguir.

2.3 “O começo do fim”¹²

Engana-se quem pensar que, com a filiação ao Partido inimigo e a criação de outro — “Partido da Aliança Municipal” — os anseios políticos Dr. Agenor Ludgero Alves terminariam com a sua ascensão ao cargo de Presidente da Câmara Municipal de Caratinga, obtido, numa primeira vez, graças à renúncia proposital do Cel. Antônio Silva Araújo. Todavia, eleito Vice-Presidente da Câmara, em nova legislatura, foi este demitido do cargo pelo seu ex-protégido, que o substituiu pelo “trêfego vereador Antonio Saturnino”, conforme noticiado no número 47 do jornal **A Época**, segundo órgão do Partido dos “Caranguejos”:

(23) **“O DILEMMA: INEPTO OU PREPOTENTE
MÃOS Á PALMATÓRIA**

[...] Não supportando a sombra que faz ao seu PRESTÍGIO, nessa inveja rasteira e miserável que os seres inferiores sentem por aquelles a cujos pés rastejam, **o sr. Agenor Ludgero Alves, presidente da Camara Municipal e deputado DEMITIU do cargo de Vice-presidente da Camara Municipal de Caratinga, o nosso Director e chefe — Cel. Antonio da Silva Araujo.**

Advogado e legislador, s. s. perpetrou um verdadeiro attentado contra as leis que nos regem, desrespeitando ainda a jurisprudencia pacifica do mais alto Tribunal de Justiça do Estado de Minas. Eleito no inicio da legislatura, por 4 annos, aguardou o nosso Director o momento azado para dar a lição necessaria ao bacharelete do beco da cadeia.

[...] telegraphou o nosso Director ao egregio Presidente do nosso Estado — o illustre Dr. Fernando de Mello Vianna, relatando a S. Excia. a verdade absoluta do que se passava aqui. [...]

(**A Época**, n. 47, 25 set. 1925; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

¹² Título conferido ao editorial publicado no jornal **A Época**, do Partido dos “Caranguejos”, n. 22, 12 de outubro de 1924.

A resposta veio com o despacho do Dr. Fernando de Mello Vianna, então Presidente do Estado de Minas Gerais, que determinou a quem de direito, ou seja, ao Cel. Antônio da Silva Araújo, a reassunção do cargo para o qual fora eleito.

A partir desse episódio, a carreira política do Dr. Agenor Ludgero Alves tomou novos rumos e pôde ser vista no “começo do fim”. A sua presença, dizem-nos os jornais, incomodava os caratinguenses, que o preferiam ver bem longe da terra que o acolhera com tanta receptividade. Sentindo-se vingados, os “Caranguejos” ajudaram a reforçar a campanha contra ele, deixando claro em seu jornal que se tornara malquisto:

(24)

“A Vice Presidencia da Camara

POR ORDEM DO GOVERNO TOMA POSSE DO CARGO O NOSSO DIRECTOR

[...] Depois do telegramma passado ao nosso Director pelo integro Dr. Mello Vianna, o municipio inteiro vê que só resta ao triste e antipathizado sr. Agenor Alves, um recurso: abandonar a presidencia da Camara, que lhe foi doada pelo Cel. Antonio da Silva Araujo e si o quizer, ir PURIFICAR os ares de outra terra mais propicia ás suas aventuras e ás suas altas e baixas cavallarias.

Mãos á palmatoria, deputado!...”

(A **Epoca**, n. 47, 25 set. 1925) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Por razões de âmbito nacional, o fim desse quadro de tensão vivido durante tantos anos pelo povo caratinguense começou no dia 3 de outubro de 1930, quando foi deflagrado no país um movimento revolucionário comandado pelos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba contra o Governo Federal. Nesse período, Caratinga passou a ser administrada por uma Junta Governamental Municipal transitória presidida pelo Coronel Antônio Fernandes, do “finado” “Partido dos Caranguejos”. Com a vitória da Revolução, que resultou na deposição do Presidente Washington Luís, assumiu o governo do Brasil, em caráter provisório, o líder gaúcho Getúlio Dornelles Vargas que, tempos depois, aqui instaurou um novo regime, conhecido como República Nova.

No ano de 1931, por ato de nomeação do então Presidente do Estado, a cidade do Caratinga foi, inicialmente, governada pelo Prefeito (ou Interventor Municipal) Dr. Jorge Coura Filho. Com essa “reviravolta” no comando municipal, encerra-se o antigo ciclo político, de lutas sangrentas e desvarios verbais que até então vigorava na cidade e se estendia até mesmo às localidades circunvizinhas.

Todavia, repita-se aqui, se a instauração de um novo modelo de governo no Brasil selou, oficialmente, o fim da guerra política entre “Caranguejos” e “Bacuraus”, não lhe extinguiu de todo a chama. Segundo testemunho de Contente (2000), filha do Dr. Agenor Ludgero Alves, manteve-se viva nos bastidores extra-oficiais de um teatro que, imune às

intempéries do tempo, resistiu a qualquer ameaça de demolição e perdurou no silêncio esquivo dos que insistiam em mostrar que não eram nem “Caranguejos”, nem “Bacuraus”. Quem sabe não estaríamos nós diante de um dos recursos do *não-dito*, tão bem investigado por Ducrot (1987). Segundo Orlandi (1986, 1997), afinal o que não se diz costuma se manifestar através de uma “política do silêncio”, seja *constitutivo*, seja *local*, correspondendo, respectivamente, a *um não-dizer, para dizer*, e a uma espécie de censura (ou auto-censura), “que faz com que o sujeito não diga o que poderia dizer” (ORLANDI, 1997, p. 83).

A propósito, essa estratégia de silenciamento foi uma das armas empunhadas por ambas as forças políticas para inflamar, ainda mais, a guerra que travavam. Uma evidência empírica de seu efeito junto à facção contrária nos é fornecido por excertos como o de abaixo, em que a redação do jornal **A Epoca**, recém-inaugurado pelos “Caranguejos”, diz “estranhar” o silêncio do **Renascença**, já transferido para os “Bacuraus”, em relação a essa novidade:

(25)

(Título ilegível)

“Cada dia que passa mais se avoluma a convicção que nutrimos de que **a nossa collega local [Renascença] não quer saber de graça conosco.**

Já no nosso ultimo numero salientámos a sua indelicadeza deixando de noticiar o nosso aparecimento, como si o noticiário de um jornal pudesse collocar-se á mercê da politiquice aldeã.

Hoje voltamos a ataca-la lembrando-lhe mais um dos pequeninos principios da ethica jornalística.

É assim que lhe temos enviado, pontualmente, todos os numeros do nosso semanario sem que, no entanto, tenha tido a collega a lembrança de retribuir a distincção e a gentileza que lhe dispensamos.

Porque? Será por ventura a missão da collega mais importante e digna que a nossa?

Só o publico poderá responder.”

(**A Epoca**, n. 5, 8 jun. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Confirma-se, pois, com esse incômodo causado pelo silêncio do outro, o bom senso da sabedoria popular chinesa, segundo a qual “o silêncio vale ouro”.

2.4 Conclusão: “O balancete”¹³

Neste capítulo, paradoxalmente breve e longo, dispus-me a reconstituir a história de minha cidade-“Princesa”, a partir das informações contidas em artigos de diferentes jornais editados pelos seus dois primeiros Partidos adversários, de “Caranguejos” e “Bacuraus”, observando, na medida do possível, uma linha cronológica sucessiva. Para revelar, de um modo mais fiel possível, a forma como foi conduzida a guerra entre essas facções, optei,

¹³ Título conferido a artigo publicado no jornal **Renascença**, do Partido dos “Caranguejos”, número 41, 3 de agosto de 1919.

muitas vezes, por deixar que falassem por mim as diferentes vozes — dos partidos, de seus jornais, dos redatores de seus jornais, de jornais de outras localidades, etc. — que estiveram diretamente envolvidas com os acontecimentos da época, mesmo que elas se referissem a eles à guisa de ataque, defesa e/ou de contra-ataque.

Pelo testemunho contido no *dictum* produzido por essas vozes, pude constatar que o grau de virulência da guerra interpartidária entre essas duas forças políticas primeiras do Caratinga, até certo ponto, refletia, especularmente, disputas de âmbito mais amplo, travadas nas arenas estadual e nacional.

Dividida, neste trabalho, em três grandes fases distintas, a história política de Caratinga, em seu momento inicial, é caracterizada pela disputa entre duas alas ligadas, respectivamente, ao Partido “Conservador” e ao Partido “Liberal”, que dominavam o quadro político nacional.

De âmbito mais vasto, essa cisão de caráter dúplice sofre as devidas adaptações em sua restrição ao nível regional, com a concentração do interesse dos adeptos dos dois Partidos em controlar as rédeas do governo municipal, no caso, a cidade de Caratinga. Uma das evidências dessa centralização nos vem do plano lingüístico, ou, mais precisamente, do plano lexical, no qual ocorre, dentre vários processos, o da substituição dos nomes oficiais dos dois partidos por outros de cor local: “Caranguejos” e “Bacuraus”. Embora se tratasse, à primeira vista, de alcunhas pejorativas, no fundo, constituíam, por si mesmas, armas verbais destinadas a atingir a face do outro.

Obviamente, isso não significa que “Caranguejos” e “Bacuraus” se tenham concentrado exclusivamente em sua força individual. Ao contrário, valeram-se de apoio externo, sobretudo do Governo do Estado, de suma importância tanto para a realização de seu projeto administrativo, quanto para a manutenção de uma imagem positiva frente à população, em especial, os eleitores.

A par dessa estratégia de busca de apoio em instâncias governamentais de nível mais elevado, é preciso levar em conta outra, comum naquele tempo: a do coronelismo. Mais que adversários políticos, os líderes dos dois Partidos, quase todos coronéis, devem ser vistos como donos de terras que visavam a um mesmo fim: o exercício perene do poder.

Naturalmente, do mesmo modo que outras, essa fase de (auto)enaltecimento do coronelado teve o seu desfecho, sendo substituída, em todo o país, por outras, variadas, que deram um novo perfil à prática política. No caso específico de Caratinga, encontramos, sob as cinzas dos novos caminhos surgidos na época, reminiscências de um passado que, longe de se

caracterizar como mera lembrança, mostra-se vivaz, já que ainda exerce influência sobre o quadro político da cidade, bem como sobre a vida de muitos de seus cidadãos.

3 “ENTRE ‘AFAGOS’ E FOGOS’ ”¹⁴: FARPAS GENÉRICAS E ENUNCIATIVO-ACTANCIAIS LANÇADAS POR “CARANGUEJOS” E “BACURAUS”

Enquanto vos entregaes á maledicencia que avilta, á desconfiança que tudo entrava, ao odio que tudo destrui, vossa terra vae se tornando inhabitavel: cidades e arraiaes mal tratados, estradas esburacadas, intransitaveis; generos por preços excessivos, estando o toucinho e o milho mais caros aqui do que no Rio de Janeiro (isto é vergonha para vós), igrejas a cair, cemiterios em pessimo estado, escolas pouco frequentadas e... cadeia cheia á cunha!

In: **Renascença**, n. 28, 11 maio 1919. Seção “Uma carta do Sr. Capitão Amaral”.
Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Mude de rumo a opposição. Trabalhe, “cresça e appareça”, si quiser sahir victoriosa das urnas. Mas, por Deus, não calumnie o nome do dr. Arthur Bernardes, apregoando os seus chefes aos quatro ventos que não precisam de eleitores, que hão de vencer á força, que não precisam de urnas para triumpharem, porque o Presidente do Estado lhes prometteu o municipio de “qualquer maneira”. [...]

Podem mentir, podem intrigar, podem arrotar importancia como quizerem, emprestando ao dr. Arthur Bernardes intuitos da mais baixa politicalha.

In: **Povo do Caratinga**, n. 40, 22 out. 1918. Seção “Em nosso posto”.
Jornal do Partido dos “Bacuraus”

¹⁴ Referência a expressão utilizada no artigo “Apoio valioso”, no jornal **A Época**, n. 40, de 22 de fevereiro de 1925.

3.1 Introdução: “Questão magna”¹⁵

Conforme mencionado nos capítulos anteriores, uma das “armas” empunhadas por “Caranguejos” e “Bacuraus” em sua guerra verbal travada na arena da imprensa é a que diz respeito ao processamento da ação enunciativa, tomada em sua camada vocal de base — do enunciador e do enunciatário — e de naipes outros nela atuantes. Considerada na seqüência dos diferentes jornais editados pelos dois Partidos, separados um do outro, ou não, essa ação foi conduzida por ambas as alas a partir de interpelações recíprocas que, em sua maior parte, fugiam à ética, ao respeito mútuo e, em termos lingüísticos, a normas discursivas como as estabelecidas por Grice (1975) — de um modo especial, as da Quantidade e da Qualidade. Tal estado de coisas, habitual em situações de desentendimento, leva-nos a concluir que o ato de interação verbal entre “Caranguejos” e “Bacuraus” se configura, na realidade, como uma seqüência de “contra-dições” que, mais, ou menos, ofensivas, chegaram aos lares dos caratinguenses por mais de trinta anos.

Instituídos ora como emissores, ora como receptores, os dois Partidos conduziram com tal fúria a sua desavença que, de rivais políticos, passaram a inimigos pessoais, conforme mostrado mais adiante. Nessa condição, eles foram intermediados em sua quizila verbal por redatores — profissionais ou não, e assumidos como tais, ou não — que, em seus ataques à instância da recepção, enunciatária, produziam cruzamentos vocais, instalando tanto o seu representado quanto o seu inimigo na instância da delocução. Em consequência disso, acabaram montando uma guerra que duplicava o alvo em mira — o Partido contrário —, que se via atacado tanto no campo da recepção quanto no do referido, o que, em última instância, conferia maior extensão e força às agressões contra o rival.

Em outras palavras, a ação enunciativa produzida por “Caranguejos” e “Bacuraus” se caracterizava, funcionalmente, como auto e altero-centrada, uma vez que os litigantes, além de levarem adiante um (contra-)diálogo essencialmente reversível (cf. ORLANDI, 1986, 1987) em sua esfera actorial, ou seja, *de pessoa*, conforme classificação de Benveniste (1989), também o faziam, atacando-se um ao outro, ou defendendo-se um do outro, no território da referência, tido por Benveniste (1989) como da *não-pessoa*. Em síntese, os dois primeiros partidos rivais do Caratinga de outrora alargaram o seu campo de batalha, ao ocupar, no plano da enunciação, todas as suas instâncias de base: actancial e não-actancial.

¹⁵ Reprodução do título de um artigo do jornal **A Epoca**, do Partido dos “Caranguejos”. Caratinga, n.6, 15 jun. 1924.

No intuito de fortificar ainda mais essa ampliação, os jornais de ambos os partidos costumavam incorporar em seus artigos vozes terceiras que, investidas de autoridade, conseguiam assegurar e/ou aumentar a credibilidade e a superioridade da voz de seus representados (*ethos*), contribuindo, ainda mais, para o acirramento de uma guerra alicerçada na força da palavra.

De natureza, espaço e tempo diversificados, os naipes de apoio, buscados tanto entre os eruditos quanto entre o povo com sua decantada sabedoria — expressa, por exemplo, em forma de provérbios, adágios, ditados, etc. —, remetem-nos a outro nível de disputa: o da *erudição* contra o da *experiência/crença popular*. Conforme atestado nas passagens transcritas de jornais dos dois Partidos, já reproduzidas ou a reproduzir aqui, essa concorrência se manifesta em diferentes dimensões de nossa língua, dentre as quais o léxico, a gramática, a semântica e o discurso. Assim, no plano lexical, por exemplo, não é incomum encontrarmos termos como “villegiatura”, em lugar de “viagem de férias”, “sicário”, em vez de “assassino de encomenda”, “pôr a calva á amostra”, ao invés de “desmascarar”, e tantos outros a serem mostrados no correr deste trabalho.¹⁶

No presente capítulo, de início da análise propriamente dita, busca-se, justamente, examinar algumas das estratégias utilizadas no processamento da atividade enunciativa, tal como conduzida pelos representantes e/ou adeptos dos dois Partidos, de “Caranguejos” e “Bacuraus”, inauguradores oficiais da política na cidade mineira do “São João do Caratinga”.

Alicerçado em princípios e pressupostos da Teoria da Enunciação e da Análise do Discurso (vertente francesa), que incorpora aquela, o estudo aqui empreendido foi estruturado da seguinte maneira:

a) na seção subsequente a esta, abordam-se questões concernentes ao gênero e tipo textuais, de um modo particular o político e o midiático, vistos, num primeiro momento, em termos teóricos e, posteriormente, em termos da sua utilização como armas de força argumentativa, destinadas a ataques, defesas e contra-ataques recíprocos de um Partido contra o outro;

b) na terceira seção, que segue de perto o esquema organizacional da segunda, feitas as considerações de ordem teórica, procura-se investigar a maneira como os dois Partidos em rixa conduziram, numa situação de guerra, o processo da enunciação, considerando-se, em sub-seções distintas, as instâncias enunciativa e enunciatária, com seus desdobramentos vocais e seu aparato argumentativo;

¹⁶ Termos/expressões reproduzidos do jornal **Renascença** (n. 255, datado de 16 de março de 1924), já transferido para o Partido dos “Bacuraus”.

c) por fim, na quarta seção, de fechamento do capítulo, tenta-se esboçar um quadro-síntese no qual se pontuam a função e o caráter argumentativo das principais armas enunciativo-actanciais empunhadas na luta interpartidária entre “Caranguejos” e “Bacuraus”.

3.2 Gêneros e tipos textuais: “um *pandemonium*”¹⁷ a acertar

O *corpus* desta dissertação, já se informou, compõe-se de material jornalístico que serviu de suporte para o registro e divulgação de uma longa contenda verbal levada a efeito pelos dois primeiros Partidos políticos que, num revezamento cronologicamente assimétrico, exerceram o comando da cidade de Caratinga. Para uma identificação mais precisa de seu estatuto genérico, busquei, nesta sub-seção, apresentar e comentar o pensamento de alguns especialistas a respeito da noção, função, tipologia e possibilidades combinatórias dos gêneros e tipos textuais, assunto ainda polêmico entre representantes de linhas teóricas distintas. Mesmo que restem tantos pontos a esclarecer, as luzes fornecidas por eles foram de grande utilidade para esta pesquisa, que se ancora, repita-se, em material de dupla face, ou seja, composto por um combinado interdiscursivo que tem como suporte o discurso jornalístico e como figura de proa o discurso político.

Para melhor compreensão desse encaixamento, tomemos como ponto de referência as lições de alguns analistas do discurso dedicados à decifração dos mistérios que ainda envolvem as duas categorias, de gênero e tipo textuais.

3.2.1 “As manhas” dos gêneros e tipos textuais: considerações teóricas¹⁸

A nossa atividade languageira tem como um de seus condutores os **gêneros** discursivos, que se distinguem uns dos outros segundo a intenção comunicativa de quem a aciona e, sobretudo, o tipo de instância social a que estão ligados, o que não significa um cerceamento total da criatividade humana, segundo nos mostra Marcuschi (2002).

A classificação dos diferentes tipos de discurso que permeiam a nossa fala e as nossas produções escritas tem sido uma das preocupações de estudiosos que se têm aventurado a alistar todos eles e a apontar as peculiaridades de cada um. Já na Antigüidade Clássica, filósofos como Aristóteles (século IV a. C.), figura de maior celebridade da Velha Retórica e

¹⁷ Aproveitamento parcial do título do artigo: “Um *pandemonium* descoberto”. In **O Povo**, n. 1, 5 de maio de 1912.

¹⁸ Aproveitamento parcial do título do artigo: “As manhas do farçante”. In: **Renascença**, n. 73, 4 de março de 1920.

ponto de referência obrigatório da Nova, faz alusão, em sua **Arte retórica**, a uma teoria dos gêneros, segundo ele, distribuídos em três tipos distintos um do outro: o **judiciário**, o **deliberativo** e o **epidíctico**. Essa tipologia se pauta por critérios diferenciados, tais como: o tipo de auditório ao qual o orador vai se dirigir, a(s) finalidade(s) que visa a atingir, a(s) espécie(s) de atividade que pretende desenvolver, o tempo que deve gastar com a abordagem do(s) tema(s) previsto(s) e o(s) tipo(s) de argumento que pleiteia utilizar.¹⁹

Tendo em vista a importância da taxonomia aristotélica até os dias de hoje, em que ainda é tomada como ponto de referência por estudiosos interessados em investigar o processo retórico-argumentativo, apresenta-se, a seguir, um Quadro-síntese, que nos fornece uma idéia geral e conjunta da lista e da caracterização dos gêneros discursivos identificados por esse filósofo grego, que tantas janelas abriu para diferentes campos do saber:

GÊNERO DO DISCURSO	CARACTERÍSTICAS				
	Tipo de Auditório	Objetivo do Rector	Ação do Orador	Tempo Referido	Argumento-tipo utilizado
JUDICIÁRIO	Tribunal (de juízes)	Persuadir os juízes de se pronunciarem contra ou a favor do acusado	Acusar/defender a partir do uso de um argumento-tipo caracterizado como de raciocínio silogístico (entimema)	Passado	Raciocínio Silogístico
DELIBERATIVO (POLÍTICO)	Assembléia (em geral, constituída de um público menos culto)	Persuadir que se adote a política indicada pelo orador	Aconselhar/desaconselhar nas questões referentes à cidade	Futuro	Exemplo
EPIDÍCTICO (Discurso de aparato ou de exibição)	Grande público	Reforçar as normas sociais e morais, apresentando, através do elogio e da censura, o belo e o feio	Impressionar pela exibição de seus dotes de oratória, servindo, pois, como uma forma de seu enaltecimento como orador.	Presente	Amplificação

Quadro 3: Tipologia e caracterização dos gêneros textuais arrolados por Aristóteles
Fonte (adaptada): Aristóteles, edição brasileira de 1964.

Depois dos fluxos e refluxos, ao longo dos séculos, no seu desenvolvimento e na sua valorização por parte dos estudiosos da linguagem, em tempos atuais, autores como Perelman

¹⁹ Utilizou-se, aqui, a edição brasileira produzida pela Difusão Européia do Livro (São Paulo, 1964), com tradução de Antônio Pinto de Carvalho.

(1997,1999), inaugurador da Nova Retórica, buscaram reintroduzi-la, aproveitando, adaptando e complementando as lições deixadas por Aristóteles. Em trabalho conjunto com Olbrechts-Tyteca, datado de (2000),²⁰ por exemplo, ele procura arrolar e identificar os diferentes gêneros textuais que costumamos usar no nosso dia-a-dia, aproveitando, na medida do possível, o quadro estabelecido pelo famoso estagirita. Nas mesmas trilhas do mestre e diferentemente dos romanos, que desconsideraram o gênero epidíctico, Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000) optaram por se basear no quadro tripartido de Aristóteles, na tipologia genológica que buscaram apresentar. Dentre as “novidades” trazidas pela Nova Retórica e, de um modo especial, por Perelman (1997, 1999), chame-se a atenção aqui para a que diz respeito ao caráter empírico conferido à *teoria da argumentação*, que passa a ser considerada à luz dos gêneros textuais pelos quais pautamos nossa linguagem, gêneros esses relacionados com práticas sociais distintas.

Objeto de estudo desta seção, os gêneros têm sido concebidos e classificados, na contemporaneidade, de formas diferenciadas, sobretudo a partir dos estudos realizados pelo pensador russo Mikhail Bakhtin, em suas obras datadas de 1929/1986, 1972/1981, 1979/1997 e outras mais. Em coerência com a sua crença de que a linguagem se caracteriza como um processo interacional, ele conclui que os estudos em torno dela devem ser desenvolvidos a partir da função e/ou do tipo de atividade discursiva, tal como manifestada nas diferentes espécies de textos produzidos no interior de sociedades distintas. Dito de outra maneira, para Bakhtin, há uma associação inegável entre os gêneros textuais e as situações sócio-históricas em que são produzidos. Deduz-se daí que, no seu modo de ver, o gênero se define a partir das funções que os textos, na qualidade de formas resultantes de ações intersubjetivas, exercem em sua sociedade de origem. E mais: da complexidade e variedade das ações intersubjetivas resulta uma multiplicidade de gêneros, cuja constituição se deve tanto a ingredientes lingüísticos quanto a fatores extralingüísticos atuantes em circunstâncias enunciativas variadas. No trecho abaixo, transcrito de sua obra **Estética da criação verbal** (1979/1997), fica patente a sua opinião de que as regras de funcionamento dos gêneros textuais dão contorno às estruturas típicas dos enunciados que organizam a nossa fala:

Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma maneira que a organizam as formas gramaticais (sintáticas). Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero

²⁰ Do mesmo modo, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000), em certa medida, adotam a concepção de Retórica defendida por Aristóteles, que a define como “faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão” (cf. ARISTÓTELES, edição brasileira de 1964, p. 22), vista como consequência do aspecto ativo da oratória antiga e entendida como ação discursiva que incide sobre os espíritos, na prática de atos públicos.

e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações. (BAKHTIN, 1979/1997, p. 302)

De uma concepção de gênero como essa, deduz-se, necessariamente, que são vários e distintos os fatores que concorrem para dar ao discurso materializado no texto uma configuração formal específica e uma orientação diferenciada na seleção dos recursos lingüísticos atinentes à(s) finalidade(s) que o regem: de convencimento, persuasão, aprazamento, indução, queixa, denúncia, etc. As particularidades da natureza do gênero, por exemplo, são determinadas a partir de ingredientes como: o tema abordado, o arranjo esquemático, os modos de organização discursiva, a seleção dos recursos lingüísticos (estilo), etc.. Silva (1997, p. 94) aponta os seguintes fatores como passíveis de distinguir os gêneros discursivos uns dos outros: a) a instância social de uso e o contexto imediato; b) os interlocutores, com os respectivos lugares e papéis que representam, numa ação verbal intersubjetiva, mais, ou menos, formal; c) o jogo de imagens e de vozes com que se busca controlar aquilo que pode e/ou deve ser dito; d) a atitude enunciativa reveladora das intenções, expectativas e metas do locutor; e) o registro — formal e informal — da modalidade lingüística a ser utilizada; f) o veículo escolhido para a sua circulação. Em suma, nos termos dessa linha de pensamento, pode-se afirmar que a classificação dos gêneros textuais em tipos e subtipos variados é determinada por regularidades formais, enunciativas e lingüísticas.

Embora considerem o gênero uma espécie de prática sócio-pragmática, constituída na e pela atividade lingüística dialógica, Bakhtin (1979/1997) e outros estudiosos admitem que, por razões funcionais, ele pode ser alterado em sua temática, nos recursos lingüísticos utilizados em seu engendramento, ou em sua estrutura composicional, uma vez que suscetível não só de abrigar outros gêneros relativos a outras práticas sociais, mas também de se encaixar em vários deles.

Diante das considerações feitas, justifica-se, acredito, a abordagem da categoria discursiva de gênero num trabalho como este, cujo *corpus* se caracteriza como genologicamente dúplice, já que resultante da conjugação de duas espécies de discurso: o jornalístico, “hospedeiro”, e o político, “hóspede”. Numa associação híbrida, ambos se mostram, no caso em questão, de tal modo engajados no cenário de guerra aqui investigado que os “digladiadores midiáticos”, representantes de “Caranguejos” e de “Bacurus”, cumprem sua missão guerreira, valendo-se de armas próprias ao discurso jornalístico, com

seus editoriais, notícias, crônicas, reportagens, cartas, etc. Uma observação a fazer é que o estudo da mesclagem desses dois gêneros — e de outras mais exploradas pelos jornais pertencentes a cada uma das facções — possibilita uma reflexão em torno de afirmações como a de Marcuschi (2002), abaixo exposta, acerca do caráter histórico dos gêneros textuais e de sua vinculação com a vida cultural e social:

Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. São entidades sócio-discursivas e forma de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa. [...] Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades sócio-culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita. (MARCUSCHI, 2002, p. 19)

Levando em conta as determinações sociointerlocutivas responsáveis pela produção de gêneros distintos uns dos outros, esse mesmo lingüista, em trabalho datado de 2000, procura estabelecer um quadro genológico hierárquico no qual se englobam (ou deveriam se englobar) todos eles. Contudo, conforme ele próprio reconhece, nos moldes em que se acha preenchido, esse quadro ainda se mostra bastante incompleto tanto em sua listagem quanto na caracterização e delimitação de fronteiras das variedades nele arroladas.

De qualquer modo, esse autor não deixa de dar a sua contribuição, buscando mostrar o grau, maior ou menor, das relações intergenéricas, consideradas tanto numa dimensão horizontal quanto vertical. Dessa sorte, conforme registrado no Quadro nº 4, abaixo apresentado, temos um primeiro nível, de maior abrangência, a que ele chama de **domínio**. Trata-se, no caso, da macrocategoria instituída pelas próprias situações sociopragmáticas e imposta pelas circunstâncias reais da prática comunicativa. Como “domínios”, ele arrola as esferas discursivas de longo alcance, como a científica, a jornalística, a religiosa, a comercial, a industrial, a instrucional, a jurídica, a publicitária, a militar e outras mais. No modo de ver de Marcuschi (2000), esses e outros domínios se caracterizam por traços próprios, determinados pela prática social a que estão ligados, bem como pela modalidade lingüística — oral ou escrita — em que são veiculados. Para que se tenha pelo menos uma noção da taxonomia estabelecida pelo autor, reproduz-se, a seguir, a parte dela correspondente ao domínio discursivo jornalístico, de suma importância para este trabalho, ressaltando-se que o rótulo “domínio” não se aplica, segundo o autor, ao discurso político, que não tem tal *status* (MARCUSCHI, 2000, p. 108):

DOMÍNIO DISCURSIVO	GÊNEROS	
	Modalidades de Uso da Língua	
JORNALÍSTICO	Escrita	Oral
		Editoriais Notícias Reportagens Artigos de opinião Crônica policial Entrevistas Anúncios Cartas do leitor Resumo de novelas Reclamações Capa de revista Expediente <i>Cartoon</i> Errata Charge Programa semanal Agenda de viagem Roteiro de viagem

Quadro 4: Gêneros textuais do domínio jornalístico
Fonte: Marcuschi, 2000, p. 108.²¹

Na crença de que classificações como a de Marcuschi (2000) e as de outros autores – mais, ou menos, próximos à daquele – não dão conta de mostrar o caráter ativo, dinâmico da linguagem, Bronckart (2006) justifica essa insuficiência, mostrando que os estudiosos geralmente se referem:

[...] às produções verbais autonomizadas em relação ao agir geral [...] e negligenciam as que são dependentes ou semidependentes desse agir; de modo que ainda falta um importante trabalho a ser desenvolvido para se identificar e se classificar a totalidade das espécies de discursos efetivos. (BRONCKART, 2006, p. 141)

Independentemente dos “senões” encontrados em qualquer uma das taxonomias, creio que o seu estabelecimento é de suma importância para a compreensão do problema como um todo. Assim, faço minhas as palavras de Mário A. Perini, nome expoente da Lingüística no Brasil, que, de linha descritivista, assim justifica a necessidade de seu estabelecimento pelos pesquisadores:

Grande parte do labor científico consiste em classificar entidades e elaborar justificativas para essa classificação. A ciência não se limita a isso, evidentemente: uma ciência é muito mais que uma classificação de objetos. Mas, em geral, depende de classificações, até mesmo para possibilitar o diálogo entre os cientistas. (PERINI, 1997, p. 39; grifos meus.)

²¹ Com base em respostas a testes aplicados a jornalistas, Bonini (2002, p.131) estabelece um quadro genológico que nos revela o modo como o próprio profissional da área caracteriza e rotula as diversas seções de um jornal.

Entenda-se com isso o seguinte: mesmo que não revele de todo a associação entre o tipo de atividade linguageira e suas determinações sociais, o quadro distributivo de Marcuschi (2000) não deixa de contribuir para melhor entendimento da noção e do modo de funcionamento dos gêneros discursivos no uso efetivo que deles fazemos. Dentre as contribuições, ressaltam-se as que dizem respeito à sua relação com instituições sociais de origem e/ou natureza diferenciadas; às suas convergências e divergências com outros gêneros textuais; à forma como gêneros por vezes tão distintos “dialogam” entre si; ao caráter intrinsecamente miscigenado de grande parte deles; à distinção entre os que são típicos da modalidade oral e os que são próprios da modalidade escrita; ao *continuum* tipológico que interliga essas duas modalidades, etc.

Uma comprovação do valor de quadros como o de Marcuschi (2000, p. 107-110) nos é fornecida, por exemplo, pelo reconhecimento da necessidade de ampliação do espaço conferido ao discurso político. Se aplicarmos os mesmos critérios que ele utiliza para reunir, sob um mesmo rótulo, gêneros (ou subgêneros?) afins entre si, o discurso político, certamente, apresentaria, sim, o *status* de **domínio**, ainda que diferente de outros discursos como o jornalístico, o científico, o religioso, etc. Dependendo, pois, da procedência dessa hipótese, que não me cabe aqui resolver, o *corpus* examinado poderia ser classificado como de domínio discursivo político, uma vez que, mesmo inserido no domínio do discurso jornalístico, abarca uma variedade de gêneros outros, tanto escritos quanto orais.

A par da classificação proposta por Marcuschi (2000), que se alicerça em critérios lingüísticos, funcionais e socioculturais, cumpre-me mencionar outra, também relevante para a análise aqui efetivada. Trata-se de uma das taxonomias estabelecidas por Eni Orlandi que, em trabalho datado de 1987, advoga uma distribuição dos gêneros a partir de dois traços relacionados com a ação linguageira: a tensão interacional, isto é, a troca de papéis ou de estatutos entre os actantes, e a relação entre polissemia e paráfrase, ou seja, a possibilidade de instanciação, ou não, de múltiplos sentidos. Vejam-se os tipos por ela identificados:

a) discurso **autoritário** (*ad mentem actoris*), ou dominante, em que o uso da linguagem, polarizado para o lado da paráfrase, resulta num discurso do mesmo, de reversibilidade zero;

b) discurso **polêmico**, ou de tensão e conflito, em que o uso da linguagem, visando a um equilíbrio entre polissemia e paráfrase, dá origem a discursos de livre interpretação, direcionados pela disputa;

c) discurso **lúdico**, ou de polissemia aberta, em que o objeto do discurso é mantido como tal, num processo de reversibilidade entre os interlocutores.

Se se considerar o *corpus* aqui investigado — de discurso político embutido em domínio discursivo jornalístico — à luz da proposta tipológica dessa autora, percebe-se que ele apresenta as três faces acima expostas, sendo que uma delas, conforme era de esperar, apresenta maior grau de saliência que as demais. Ilustram-nos essa tríplice possibilidade textos como o de abaixo, transcrito de um dos jornais do Partido dos “Bacuraus”. Num jogo entre a ironia, o sarcasmo, a desvergonha, expressos por certos itens lexicais, os “Bacuraus” lançam verdadeiros torpedos contra o líder principal do Partido dos “Caranguejos”, desrespeitando-lhe a face e afetando-lhe o *ethos*, com o fim de comprovar a sua superioridade e, com isso, atrair o eleitorado caratinguense:

(1)

[Título ilegível]

“Vindo da cidade do Manhuassú, acha-se entre nós, bem disposto a proseguir nas suas **tranquibernices**, o **celeberrimo** Antonio da Silva Araujo, o **grande capataz dos ranchos turbulentos**.

O famoso Attila de Caratinga, ao que nos consta, veio alegre e prazenteiro, *tout rempli de soi même*, pois trouxe consigo o definitivo despacho de sua despronúncia, no tocante ao barbaro crime pelo qual foi aqui pronunciado com seus comparsas Antonio Carabineiro, de execranda memória e Agenor de tal, como dos autos se collige, — pelo assassinato barbaramente frio do inditoso Joaquim Fernandes da Cruz.

[...]

Com esse veredictum, pois, fica o nosso vampa garantido para a terceira...

Mas olha, filho! cuidado!...tres vezes na cadeia, é signal de força.

(O Povo, n.30, 22 dez. 1912; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Os **tipos textuais** são vistos por alguns lingüistas — dentre os quais, o próprio Marcuschi (2000, 2002) — como categorias distintas do gênero e, por outros, como equivalentes a ele. Para os componentes do primeiro grupo, os tipos são concebidos como material resultante dos diferentes modos de manifestação lingüística do discurso. Seguidora dessa ala, Jane Quintiliano G. Silva (1997, p. 101), por exemplo, entende que os tipos textuais, diferentemente dos gêneros, configuram-se como *modos* de organização discursiva, que caracterizam a “estrutura interna da configuração textual”. Em outras palavras, para ela, trata-se de categorias que servem para definir a tessitura do texto, de acordo com os padrões do gênero discursivo que instanciam. A adesão a esse modo de pensar, naturalmente, implica, da parte dos pesquisadores, o compromisso de analisar o funcionamento do texto em termos de sua estruturação e organização internas, ou, em outras palavras, o exame da dimensão lingüística configuracional do discurso.

Igualmente defensor da distinção entre gênero e tipo, Marcuschi (2000), conforme dito acima, define e subclassifica essa categoria:

Tipo textual (também designado tipo de discurso) é tomado aqui como um construto teórico que abrange, em geral, cinco ou seis categorias designadas narração, argumentação, exposição, descrição, injunção e, para alguns autores (por exemplo, Adam, 1991), diálogo. Trata-se de um agrupamento pela natureza lingüística do texto produzido. Mais do que textos concretos e completos, são designações para seqüências típicas. (MARCUSCHI, 2000, p. 13; negrito do autor; sublinhados meus.)

Um fato para o qual os especialistas costumam chamar a atenção é o de os **textos** se caracterizarem pela predominância, e não pela ocorrência exclusiva de um determinado tipo. Infere-se daí que não existem textos puros e homogêneos, no tocante à maneira como engendram os gêneros a que costumam se ligar. Em concordância com essa linha de pensamento, assume-se, aqui, a idéia de que a estrutura composicional de qualquer **gênero** discursivo pode se constituir de vários **tipos textuais**, uma vez que pode encerrar em seu interior um conjunto de formas estruturalmente distintas umas das outras, sendo que uma delas sobrepuja as demais.

Tendo em vista que não cabe a este trabalho resolver os pontos obscuros que ainda envolvem essas duas categorias, de tipo e gênero textuais, ratifico, uma vez mais, a posição aqui assumida a respeito de sua definição, classificação e funcionamento. No que toca ao **gênero**, conforme já dito, optei por seguir de perto o pensamento de Marcuschi, que ora repito em nova versão, constante de seu trabalho publicado em 2002, qual seja:

[Os gêneros] caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades sócio-culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita. [...] Caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades lingüísticas e estruturais. São de difícil definição formal, devendo ser caracterizados como práticas sócio-discursivas. Quase inúmeros em diversidade de formas, obtêm denominações nem sempre unívocas e assim como surgem podem desaparecer. (MARCUSCHI, 2002, p. 19-20; grifo meu.)

Pelo que se pode observar, o intervalo de dois anos entre o primeiro estudo de Marcuschi (2000) e o segundo (de 2002) revela-nos uma evolução de seu pensamento em relação às duas categorias. Uma novidade, por exemplo, é a extensão, nesse último, do processo de **hibridismo**, que deixa de se restringir ao gênero discursivo, para abarcar, também, o domínio discursivo. O próprio *corpus* em apreço comprova a pertinência dessa ampliação de escopo, uma vez que decorrente da conjunção entre o domínio discursivo jornalístico e o domínio discursivo político. Como resultado da variação observada em seu grau de proeminência, um deles, do mesmo modo que ocorre com os gêneros, costuma

predominar sobre o outro. No caso dos jornais dos dois Partidos oponentes, esse relevo pode ser determinado pelo próprio assunto ou teor, mais ou menos provocativo, de suas seções. Assim, temos, na quizila levada a termo por “Caranguejos” e “Bacuraus” via periódicos, seções inteiras relacionadas com o domínio discursivo jornalístico, como as destinadas a demonstrar a importância da imprensa, ou do próprio jornal-porta-voz como “sustentáculo da verdade, da justiça e da liberdade”, conforme palavras de um deles. Por outro lado, temos seções típicas do domínio discursivo político, nas quais eram transcritos, na íntegra, atas, relatórios, balancetes, discursos e outros gêneros discursivos mais, que, em princípio, serviam para notificar a população do modo como estava sendo conduzida a ação governamental do Partido eleito.

O novo olhar de Marcuschi (2002) nos revela ainda que não só o domínio como também o gênero discursivo comportam sub-espécies variadas, cujas características são definidas muito menos a partir da forma de marcação lingüística, que por suas funções comunicativas, cognitivas e socioculturais. Relativamente ao *corpus* em questão, sem descartar a primeira, que envolve o léxico, a morfologia, a sintaxe, as relações lógicas, etc., pode-se dizer, a propósito desse desmembramento categorial, que se configuram os **editoriais**, gênero do domínio jornalístico, na briga entre “Caranguejos” e “Bacuraus”, como a grande arma genérica utilizada nos jornais geridos por ambos.

Passando, a seguir, da teoria para a análise dos dados, vejamos a maneira como as duas facções se valeram de “manhas” dessa natureza no “ringue” midiático, onde se deu a inauguração oficial da política na cidade do Caratinga.

3.2.2 “As manhas” dos gêneros e tipos textuais: aplicação ao corpus ²²

3.2.2.1 “No eito” do discurso jornalístico ²³

Ao aplicarmos, neste início de análise do *corpus*, o quadro teórico acima delineado, uma primeira constatação a ser feita acerca da categoria de **gênero** é estarmos, no caso em tela, diante de um discurso político que, engastado em outro, jornalístico, acaba tomando-lhe a feição. De certa maneira, essa função “hospedeira” dos jornais editados por “Caranguejos” e “Bacuraus” é reconhecida por seus redatores que, inúmeras vezes, fazem considerações como a seguinte:

²² In: **Renascença**, jornal do Partido dos “Caranguejos”. Caratinga, n. 73, 4 de março de 1920.

²³ Reutilização do título do artigo “No eito”, do jornal **O Povo**, do Partido dos “Bacuraus”. Caratinga, n. 29, 1º de fevereiro de 1914.

(2) “Collaboração
O JORNAL

Quem desconhece o valor incontestavel desse pedaço de papel em que vem vasado, em caracteres uniformes, o pensamento humano **nas suas variadas manifestações?**

Quem póde negar a somma enorme de proveitos que dimana, em insophismaveis algarismos, dos conceitos emitidos pelos jornaes?

Ninguem.

O jornal, modernamente, influencia grande tem sobre o povo, seja elle o modesto semanario da recondita aldeia do interior ou seja o poderoso diario das grandes capitaes; todos cumprem bem o seu dever, todos seguem a contento a lei geral.”

(**O Povo**, n. 45, 20 abr. 1913; grifos meus.) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Deduz-se daí que, afora algumas exceções — mencionadas na seção anterior —, a guerra política levada a cabo por essas duas facções é sustentada principalmente por gêneros típicos do discurso jornalístico, acima apontados, dentre os quais, o preferido, conforme já se disse, é o editorial, no qual se concentra, com força inimaginável, o veneno que lançam uma contra a outra. A propósito, esse fato não é de estranhar, pois, conforme se pode comprovar em estudos realizados sobre o uso desse gênero entre nós (cf. BARBOSA, 1970; MELO, 1985; ESTEBAN, 1988; ARAÚJO, 2002, etc.), o editorial é o gênero midiático que melhor traduz o ponto de vista, a linha de pensamento, a ideologia de seus editores.

Na situação em foco, de encaixamento do gênero político no domínio jornalístico, suspeita-se que isso se deva ao caráter eminentemente *opinativo* dos editoriais que circulam entre nós. Se assim for, cabe-nos reconsiderar o quadro genológico estabelecido por Marcuschi (2000, 2002), segundo o qual o componente opinativo, além de constituir, por si só, um gênero à parte do domínio jornalístico, também se distingue do *editorial*. Contrariamente, os dados aqui examinados não confirmam a autonomia absoluta de nenhum deles. Os editoriais constantes dos diferentes jornais por mim examinados se caracterizam, em sua totalidade, como de cunho *opinativo*. Confirme-se isso nos seguintes excertos transpostos de jornais dos dois Partidos, que se valem do editorial como espaço bélico em que procuram dar a sua opinião e/ou de proceder a uma avaliação a respeito da gestão de quem se encontra no comando da cidade:

A- Gênero editorial

(3) a- **Jornal do Partido dos “Caranguejos”**

“**Matadouro e açougue**

Não podemos deixar de lançar, nestas linhas, uma accusação ás administrações municipaes passadas, **pelo pouco caso, menospreso** á hygiene publica, tão recommendada nos

tempos hodiernos. [...] Quatorze annos esteve na administração municipal o partido hoje em opposição [dos “Bacuraus”]; o que fez no decurso de tanto tempo, **com recursos pingues**, mormente nos últimos oito annos? **Muito pouco, ou nada, attendendo-se aos seus orçamentos, que ficaram aquém da verdade** [...]”

(*Renascença*, n. 72, 28 mar. 1920; grifos meus)

b- **Jornal do Partido dos “Bacuraus”**

“Ainda com a Camara

[...]

Fallando com a franquesa que nos é peculiar, avançamos a dizer que **n’este triennio nada se tem feito para o embellesamento d’ esta cidade**, isto é, que nós saibamos, foi apenas nivelado [*sic*] no Largo Cesario Alvim, as frentes de duas casas, **cujo melhoramento mais aproveitou particularmente a seus donos do que ao publico em geral. Outros serviços de maior utilidade foram olvidados**, assim como o pequeno corrego Santa Cruz em a sua travessia na rua do mesmo nome, que forma, principalmente no tempo das chuvas, um verdadeiro pantano [...]

Um Caratinguense”

(*Echo da Matta*, n. 52, 9 dez. 1906; grifos meus)

De um modo análogo, as seções do gênero **notícia** são totalmente parciais, uma vez que também veiculadoras da opinião dos redatores dos jornais, de seus partidos políticos representados e da própria comunidade caratinguense. É o que se observa, por exemplo, em textos como os de abaixo, que notificam o leitor de fatos ocorridos em período eleitoral:

B- Gênero notícia

- (4) a- **Jornal dos “Caranguejos”** (Indicação, em reunião do Diretório, de seus candidatos às eleições municipais)

“A REUNIÃO DO P. R. M. LOCAL [ou do Partido dos “Caranguejos”]

Indicação dos candidatos ás eleições de 3 de dezembro próximo.

Domingo ultimo, 29 do presente, teve logar a reunião do Directorio do Partido Republicano Mineiro deste municipio para indicação dos candidatos da situação dominante á renovação da Camara Municipal no proximo quadriennio, e juizes de paz, cuja eleição foi marcada para o dia 3 do futuro mez de dezembro.

A sessão foi presidida pelo Sr. Cel. Antonio da Silva Araújo, Presidente do Directorio e secretariada pelo redactor desta folha — Colombo Arreguy. [...]

Após a reunião, o Cel. Antonio da Silva Araujo mandou servir a todos os presentes **um profuso** copo de cerveja, reinando sempre nessa reunião **a mais viva cordialidade.**”

(*Renascença*, n. 193, 5 nov. 1922; grifos meus)

- b- **Jornal do Partido dos “Bacuraus”** (Menção de fato ocorrido durante um dos períodos de alistamento eleitoral)

“COLLABORAÇÃO

Notas Avulsas

Cousas do recente alistamento eleitoral

Simplesmente vergonhoso e deprimente para uma pessoa que quer se prezar em ser bom empregado publico, correcto, honesto, distincto e até em ser *Major* foi o que presenciou-se no ultimo dia da qualificação eleitoral nesta cidade, com a apresentação do requerimento do alistando João de Caldas Barcellar Sobrinho, em cujo requerimento só se via o atrevimento, a petulância e a imbecilidade nativa do seu signatário!!! [...]
(**O Povo**, n. 37, 16 fev. 1913; grifos meus)

Por se concentrar em acontecimentos diários tomados sob a ótica do redator, o que implica o envolvimento desse com o fato narrado, várias notícias fornecidas pelos jornais dos dois Partidos se confundem com o gênero **crônica** que, segundo Reis e Lopes (2000, p. 88), quando veiculada em jornal, “procura atingir um número relativamente elevado de leitores, junto dos quais o cronista exerce por vezes uma actividade difusamente pedagógica, de contornos ideológicos mais ou menos marcados [...]”. Assim, nos jornais aqui em exame, não são raras as passagens em que o próprio redator identifica o seu artigo como do gênero “crônica” e/ou se auto-intitula “cronista”. Exemplo:

C- Gênero crônica

(5)

“Traços & Pedacos

[...] Mas o **chronista** com a consciencia nas mãos, entende que a seara por onde vem ganhando não é seara alheia [...]. Para a outra **chronica** [...], tratarei de assumpto mais suave, menos escabroso; mas claro, menos escuro; mais ligeiro, menos complicado, menos grave... menos chronico.

(**Povo do Caratinga**, n. 34, 7 maio 1916; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Nesse mesmo tom de parcialidade (ou de subjetividade), as **cartas** — destinadas aos leitores ou escritas por eles — configuram-se, com suas reclamações, reivindicações, críticas, respostas, elogios, etc., como espaço de manifestação da opinião de redatores oficiais e eventuais. Escritas em contexto de guerra, não nos surpreende que funcionem como armas contra o inimigo, quer como instrumentos de ataque, quer como defesa, quer como contra-ataque. Em fragmentos como os de abaixo, por exemplo, caracterizados, respectivamente, como partes de cartas **ao** leitor e **do** leitor, registra-se o emprego de material opinativo, muitas vezes subjacente a atos de reclamações, denúncias, reivindicações, defesas, contra-ataques, etc. No primeiro deles, o redator-profissional (porta-voz do partido representado) dirige-se a um destinatário coletivo, correspondente, no caso, aos habitantes do município; no segundo, um dos leitores do jornal, investido do papel de enunciador, dirige-se, com a animosidade própria às pessoas ofendidas, ao redator do jornal (enunciatário), visto como representante do Partido contrário ao seu.

D- Gênero epistolar

(6) a- **Carta ao leitor** (no caso, Chefe de Polícia do município de Caratinga)

“AO EXMO. SNR. DR. CHEFE DE POLICIA

Este hebdomadario – neste periodo de paz pelo qual vai passando a nossa pacata cidade, e ella – **a florescente e futura** Caratinga, **esta perola ridente e fecunda de Minas Gerais**, - que de males, que de **tristes** acontecimentos não teria, á estas horas talvez, a lamentar o mal dizer!

Imagine-se um vasto e populoso municipio como é o nosso, com uma população quiçá superior a 100.000 almas dentro d’uma area, cujo raio diametral, na sua môr longitude, attinge a mais de 250 kilometros, com um destacamento policial reduzido á 1 sargento e 2 praças. **Realmente que tal facto, não parece facto, – parece fabula; mas, todavia, é real!** [...]

E, em tal situação, para quem apellar? – Para o poder competente que, por isso e para isso, é constituído, senão pela vontade integral, ao menos em nome do povo, do qual, em parcella **avultada e sensível**, fazemos parte nós – o povo do Caratinga.”

(**Echo da Matta**, n. 50, 4 nov. 1906; grifos meus) – Jornal do Partido dos “**Bacuraus**”

b- **Carta de um leitor** (dirigida ao jornal do partido adversário, dos “Bacuraus”)

“Carta fechada

Minha **adorável cavalgada**.

Bons dias!

Li, de fio a pavio, o conjuncto **asneirológico** que, de teu cerebro ou de outro de igual jaez, teu pasquim editou domingo ultimo, espalhando-o sob fanfarras 2 dias depois.

Ví o teu dedo ali, **meu preclaro quadrupede**, si dedo pôde ser uma dura massa que, em todos os da tua especie, serve para serem nella pregadas as ferraduras.

Tu, **meu caro irracional**, tens talento como trinta (não me refiro aos DINHEIROS que um dos teus ancestraes recebeu para vender Christo).

[...]

Estás na posição de INCITATUS — o cavallo que foi consul em Roma, sendo que o tal, tinha brio, tinha vergonha — **cousa que não é comum ás bestas trotonas como tú.** [...]

(**A Epoca**, n. 49, 26 abr. 1925; grifos meus) – Jornal do Partido dos “**Caranguejos**”

Como reforço bélico a esse material opinativo e/ou avaliativo, temos, ainda, nos jornais de ambos os Partidos envolvidos, a exploração de material **humorístico**. O humor, embora poucas vezes se caracterize como seção autônoma, imiscui-se em outras, de gêneros distintos e variados. Tal intromissão costuma ocorrer em títulos de diversas seções consideradas pela tradição como de gênero sério. Trata-se, no contexto em questão, de uma arma poderosa que, fazendo rir o (e)leitor, execra o inimigo, afeta-lhe negativamente a imagem, ou o *ethos*, por meio de deboches, troças, zombarias, críticas sarcásticas e, muitas vezes, impiedosas. Dentre os títulos de teor humorístico — desvelado, quase sempre, a partir

do contexto —, alistem-se os seguintes, aqui distribuídos de acordo com sua origem partidária:

a) de jornais do Partido dos **“Caranguejos”**: “Bem rirá...”, “Jornaleiro de truz”; “As manhas do farçante”, “A basofia do deputado”, “Agenoradas...”, “*Ridendo*”, “Judas”, “O que ‘elles’ roubaram e... comeram”, etc.;

b) de jornais do Partido dos **“Bacuraus”**: “Escandalo policial – D. Juan de fancaria”, “De lenço no nariz...”, “Ministro energumeno”, “Ao Chavêta”, “Ao trampolineiro”, “Ladroeira a valer”, “Coroneis e coroneladas”, “Mãos beijadas”, etc.

Em co-atuação com outros estratagemas de ataque, esse gênero comprometido com o riso chegou a contaminar até mesmo o léxico de cunho antroponímico, sendo explorado por jornais das duas partes contrárias como ferramenta de deboche recíproco. Comprova-nos isso o uso, por ambas as alas políticas, de apelidos, epítetos, antonomásias, comparações, metáforas, etc. que, instanciadores de humor depreciativo, ajudavam a “vexar” ainda mais o inimigo, colaborando, assim, para abalar-lhe a imagem frente à sociedade caratinguense.

Da parte do grupo dos “Bacuraus”, por exemplo, o alvo mais visado era, sem sombra de dúvidas, o Coronel Antônio da Silva Araújo, principal líder do Partido dos “Caranguejos”. Respeitado na região e em geral apoiado pelo governo estadual, o Coronel Silvva Araújo era a figura ideal para representar, metonimicamente, toda a ala “caranguejola” que a facção contrária almejava derrubar. Da munição lexical empregada contra ele pelos “Bacuraus”, mencionem-se, aqui, alcunhas escarnecedores como: “Antoniquinho da Silva”, “Antonho”, “Totonho”, e epítetos/antonomásias como: “scelerado”; “bandido Silva”; “bandido sinistro, alma maldita e cheia de lama”; “hypocrita refinadissimo, criminoso nato”; “o homem da cabeça prateada”; “o pretensioso chefe caranguejo”; “(os cobres do) homem da Itaúna, aqui de Caratinga”; “chefe da família imperial desta pacifica e encantadora Caratinga”; “chefe de uma corja de vadios e velhacos, de entes desprezíveis e repugnantes”; “carantonhas alvares e despudoradas”; “tudo Silva, tudo Araújo, tudo ‘branco’, tudo nobre de sangue azul”; “canhão assestado”; “cacique desthronado”; “transfuga criminoso, acicatado pelo receio, esmagado pela sombra do remorso”; “o celeberrimo Antonio da Silva Araujo, o grande capataz dos ranchos turbulentos”; “raposa velha, impenitente e beata (não é paradoxo), manhosa e astuta, que se acocora por trás dos bastidores”; “sinistro Barba-roxa”; “o verdugo de sangue azul”; etc..Contudo, repita-se, não era o Coronel uma vítima considerada solitariamente. Incorporados a ele se encontravam, sob a mira do rival, os adeptos ou simpatizantes do Partido que liderava, “os aranhas infectos da caranguejola decaída e podre”.

Igualmente hilária e depreciativa é a estratégia anticaranguejista utilizada pelos “Bacuraus”, ao registrar, por escrito, o “defeito prosódico” do Coronel, que palatalizava as consoantes fricativas sibilantes [s] e [z], pronunciando-as como [š] e [ž], respectivamente. Eis-nos, pois, diante de um ataque de ordem pessoal, que, tal como outros, destinava-se a abater o *ethos* desse político. Exemplo:

(7) “Mãos beijadas

[...]

Como dizíamos, o sr. Antonio da Silva Araujo, faz, hoje, dizer no seu orgam que entregou de mil amores e espontaneamente a ‘xua’ Camara ao dr. Agenor, a quem queria corresponder a tantas ‘finejas’ recebidas.”

(**Renascença**, n. 305, 29 mar. 1925; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Todavia, contra todos esses escárnios, sempre vinha, da parte dos “Caranguejos”, uma resposta hiperbolicamente encomiástica em favor do seu líder, assim qualificado em seus órgãos de imprensa: “homem de envergadura moral e política”; “chefe prestimoso de um grande partido que é o dominante”; “chefe de verdadeiro prestígio junto ao governo do Estado, muito estimado da alta política e respeitado entre os seus innumeros amigos aqui no municipio”; “honrado e criterioso presidente da Camara do municipio”; “exemplo de patriotismo e abnegação”; “chefe bom, prudente e trabalhador por excellencia”; “cidadão honrado e administrador criterioso”; etc.

Da parte do grupo dos “Caranguejos”, também houve ataques à facção dos “Bacuraus” e a todos os seus chefes. Seguem alguns exemplos de escolha lexical para desqualificar o Partido dos “Bacuraus”: “politicagem roaz e daninha”; “politica de salteadores e proxenetas”; “politicagem despuorida e sem entranhas”; “regimen de banditismo”; “farra continua”; “camarilha de capangas do potentado”; “bacamartes assassinos”; “dillapidadores, defraudadores, criminosos de toda especie”; “corja que dominava a poder dos cobres e das carabinas assassinas”; “camarilha immoral”; “(os rombos que) os ratos causavam”; “covil de gatunos e ladrões”; “rapinagem e saque”; “aves de rapina”; “mutessarifado otommano, Barateza e seu albergue de malandros, de desocupados, de profissionais do crime”; “prestigio de sangue e dinheiro”; “mandões de aldea”; “garras de ferro asfhixiantes”; “prepotencia absurda”; “baratesismo”; e muitos outros. Nesse sentido, têm-se, ainda, exemplos de expressões usadas para aviltamento e desonra dos chefes da oposição: a) expressões dirigidas ao Coronel Ferreira Santos: “o negregado Barateza”; “trabuco fascinoroso”; “portugues ignorante e ladrão”; “sabujo de alem-mar”; “o portugues, ebrio pela vinhaça”; “indecente

portugues”; “nefasto chefe”; “vendedor de bicho”; “cambista ambulante do jogo do bicho”; “guante opressor de uma pollitica despotica e nefasta, chefiada por um estrangeiro”; etc.; b) expressões direcionadas ao Coronel Joaquim Monteiro de Abreu: “o quase analfabeto que figura no Congresso Mineiro como deputado, o Batata”; “el supremmo”; “o malsinado Joaquim de Abreu, o batata”; “o commico e risivel chefe bacurau”, “o Quinca Abreu”; “‘illustre’ Joaquim Batata”; “a mais poderosa intelectualidade que a Camara mineira viu em seu seo”; “comparsa-mor de Barateza”; e muito mais.

Grande vítima — pelo menos durante certo tempo — foi o Dr. Agenor Ludgero Alves, atingido duramente pelos torpedos verbais difamatórios lançados pelo inimigo — num primeiro momento, os “Bacoraus”; num segundo, os “Caranguejos”, que ele abandonara para juntar-se aos ex-inimigos. Mencionem-se aqui alguns exemplos: “camaleao”; “a negação das esperanças”; “bonzo do pé de barro”; “espantallo do progresso”; “chefe self made”; “tartarino político”; “latinista do beco da cadeia”; “excelso politicóide da terra”; “Judas”; “Iscariote”; “Silvério dos Reis”; “Calabar”; “serpente paradisíaca”; “guante opressor”; “olímpica majestade”; “Bonaparte de fancaria”, “neo-tzar (procura dominar o povo, colocando-o sob) o tacão de suas botas, sob o guante de um rebenque”; “triste personalidade do tristíssimo deputado”; etc. E ainda, a respeito de seu governo, citem-se expressões como: “vilania”; “ardil da thraição”; “canto da sereia”; “felonia”; “mandonismo de aldeia”; “horda agenoresca”; “verdadeira tirania, vontade despotica e soberano reino de um ducado”; “prepotencia do regulo caratinguense”; “regime duro”; “pose fatua”; “megalomania politica do ferro em brása”; “arreganhos de força”; “quartel general de sua aventura política”; “política inteiramente pessoal”; “politicagem vesga, sem ideais, de processos tortuosos”; “armas da felania, da mentira, da traição”; “administração desastrosa, sem o menor proveito para a população”; “uma politica de ferro em brasa e, portanto, efemera, passageira”; “hostes adversas – o sallismo do municipio, o partido que não tolera o egregio Presidente da Republica”; “tartarinos politicos”; “a prepotencia do regulo caratinguense, os seus arreganhos de força para amedrontar o povo”; “a horda agenoresca”; “passes de malabarismo politico”; “mascara da hipocrisia”; “habilidade mozartiana”; “comedia”; “processos tortuosos, intrigas e mistificações”; “latinorio de algibeira”; “agenorescos”; “agenoroides”, etc..Num processo de reversibilidade, contra esses ataques vinha, da parte dos “Bacoraus”, o recurso à hipérbole igualmente elogiosa na qualificação do seu líder.

Tomado, no entanto, em sua globalidade, o gênero humorístico, repita-se, não foi agraciado com um espaço próprio e autônomo nos periódicos editados pelas duas correntes, sendo raros, pois, os casos como os de abaixo, em que se têm, alocadas em espaço

independente, seções de anedota e de piadas, algumas das quais, prenunciadas, metalingüisticamente, em seus títulos.

E- Seções específicas do gênero humorístico

(8) a- **Anedota**

(Sem título)

“Certamente o leitor conhece a anedota [*sic*] do hespanhol que um dia, numa feira, convidou arrogantemente um vallente que se quizesse bater com outro vallente — no caso o nosso próprio heroe [Dr. Agenor Ludgero Alves].

Passeava o olhar atrevido sobre a multidão medrosa, quando surgiu um individuo de musculatura capaz de invejar o Dempsey e o Firpo.

Prompto para lutar, o hespanhol não se perturbou ao considerar o formidável muque do seu antagonista.

E gritou á multidão, engrossada, augmentada, com a noticia do pugilato:

— Não há por ahi 2 vallentes que queriam [*sic*] bater com outros 2 vallentes?”

(**A Epoca**, n. 6, 15 jun. 1924) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

b- **Piada**

“SECCÃO ALLEGRE

Estavam os moradores de certa rua em grande sobressalto por causa do suicidio de um velho.

— Porque se mataria elle perguntou um visinho.

— Dizem que se massava muito.

— Percebo, então foi para se distrahir! ...

Alegrette”

(**Voz da Matta**, n. 31, 31 maio 1908) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Embora considerados separadamente dos gêneros, os **tipos** textuais, que ora passo a enfocar, na realidade, integram aqueles numa relação de determinação por parte dos gêneros. Dessa sorte, os editoriais, por exemplo, verbalizam-se, preferentemente, por meio dos tipos dissertativo e argumentativo, o que, obviamente, não significa uma exclusão pura e simples dos demais.

Vê-se, pois, que os gêneros e os tipos textuais não aparecem sozinhos, mas em conjugação uns com os outros. Nessa conjugação, um se caracteriza como o de maior proeminência, tendo como suporte os demais com que co-ocorre. A propósito dessa possibilidade de mistura, no *corpus* por mim examinado, uma das combinações de maior recorrência é a que abrange, paralelamente aos tipos textuais dissertativo e/ou argumentativo e/ou dissertativo, o **narrativo**. Tal conjugação, cumpre dizer, não é de estranhar, uma vez que a narração, quer de um fato, quer de um evento, quer de um acontecimento se constitui num dos argumentos mais fortes de “prova exemplar” de que se vale o enunciador para

demonstrar/comprovar a veracidade do seu *dictum* ao interlocutor. Vista sob a perspectiva desse último, percebe-se que a incorporação de narrativas a textos argumentativos se configura como uma das técnicas destinadas a persuadi-lo, a fazê-lo aderir às idéias do gerenciador do ato linguageiro.

No caso do material aqui em estudo, artigos como: “Mais uma falcatrua” (in: **O Povo**, jornal dos “Bacuraus); “O pleito de Veadinho”; “A farsa eleitoral em Veadinho”, “Esperança gorada” (in: **A Época**, jornal dos “Caranguejos”), etc. têm pronunciado, em seu próprio título, essa coligação intergenérica que, não raras vezes, traduz o sentimento, o ponto de vista do redator — porta-voz, ou não, do partido que representa — a respeito do fato que narra. É o que se observa, por exemplo, em textos como o de abaixo, editado num dos jornais do Partido dos “Bacuraus”, do qual se transcreve aqui o seguinte excerto:

(9) **Incorporação de narrativa em texto dissertativo-argumentativo**

“Mentira crassa

É extranhavel a convicção de Antero Chaves, quando no requinte da sua degradação moral, degenerada em sentimento passional por um partido defunto que não mais se ressuscitará, quis mais uma vez offuscar o renome, o prestígio do cel. Joaquim Monteiro de Abreu. Sob o improprio pseudonymo de — “um caratinguense” —, abaixo de um de seus colossos, no “Diario de Minas”, órgão que se edita em Juiz de Fora, sob a chefia e redacção do sr. Estevam de Oliveira, vê sua convicção não convicta. **Naquella nota sobre Caratinga, concebeu o tal caratinguense a genial idéa, fructo de um cerebro acainado, de tornar publico em todo o Estado um caracter de mentiroso, de falso, de sem pudor do conhecido homem de bem, cel. Joaquim de Abreu, cujo caracter é meretissimo não só no municipio de Caratinga, em toda a sua amplidão, como perante os homens de maior valor em Bello Horizonte, Rio de Janeiro e Espirito Santo. [...]**

(**O Povo**, n. 4, 16 maio 1912; grifos meus) — Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Outro tipo textual alicerçado na narração é o humorístico, que se constitui numa das armas de maior potência na guerra entre “Caranguejos” e “Bacuraus”, que se valem do ardil de “fazer política”, “fazendo rir o (e)leitor”. Mais ou menos sub-reptício, o veneno desse humor, conforme visto acima, chega a ser expresso nos próprios títulos dos jornais editados pelas duas facções. No texto denominado “Eternos foliões” — do jornal **Renascença**, já sob a administração do Partido dos “Bacuraus” —, por exemplo, o redator o utiliza na narrativa que insere em editorial destinado a atacar o líder maior dos “Caranguejos”, o Cel. Antônio da Silva Araújo:

(10) **Incorporação de matéria cômica em artigo do gênero editorial**

“Eternos foliões

Se não nos falha a memoria, ha questão de quatro ou cinco annos, uns pandegos — foliões de quatro costados, na Capital Federal, achando que os tres dias de folguedos carnavalescos eram

insuficientes, endereçaram ao prefeito do districto um requerimento solicitando os seus bons officios junto aos poderes competentes para não prolongar o triduo momesco, mas crear um novo carnaval, que seria, segundo o alvitre na petição consignado, nos dias que se succedem ao sabbado de alleuias á primeira terça feira após a ressurreição.

O prefeito, achando talvez chiste na estulta pretensão desses moços, deixou todavia de tomar a sério o que pediam e negou-lhes “os bons officios”. [...] Se o carioca soubesse!... [...] Se o carioca soubesse que neste longinquo pedaço das alterosas, independente de requerimento e pistolões, o Carnaval é sempre cousa da “epoca”, francamente teria inveja de nós *outros* que aqui habitamos [...] Queremos nos referir a essa fantochada política de protestos sobre protestos, mascaradas, palhaçadas, burradas de todo o feito e quilate que o municipio vem presenciando de certo tempo para cá.”

(**Renascença**, n. 304, 22 mar. 1925) – Jornal do Partido dos “**Bacuraus**”

Com esse exemplo, encerra-se, aqui, a apresentação e análise de alguns dos gêneros do domínio jornalístico que, transformados em armas de maior ou menor potência, ajudaram “Caranguejos” e “Bacuraus” a levar à frente a sua disputa verbal. Dediquemo-nos, a seguir, ao exame desse mesmo instrumental, de caráter genérico, no âmbito do gênero **político**.

3.2.2.2 No “eito” do discurso político

No modo de ver de Corten (1999), o **discurso político** engendra a construção de um espaço de representação, no qual se configura um estatuto de realidade e se formalizam, em consequência, visões rivais, nos casos de discriminação entre amigos e inimigos.

Em primeiro lugar, observa esse autor, forças políticas em competição determinam a natureza da circulação discursiva, que se caracteriza pela concorrência e pela co-ocorrência de diferentes versões textuais. Trazida ao espaço público, à vista de todos, tal situação se manifesta por meio de um relato que não só nos fornece dados a respeito da sociedade em que se acha inserido — refletindo, assim, sua situação histórico-social —, como também dispõe as facções contrárias que tentam se impor e alcançar sua legitimação como força delegada. Tendo em vista que a circulação desse gênero discursivo se particulariza por esse modo específico de concorrência, não se pode atribuir a vitória de uma força sobre a outra, ou seja, considerar que apenas um dos “relatos” seja verdadeiro. Na verdade, de acordo com esse pesquisador, o discurso político compreende um jogo de procedimentos cujo intento maior é garantir o efeito de persuasão sobre o destinatário. Sempre que se configura uma nova cena de representação de força — o que geralmente ocorre pela reversão de uma situação política anterior —, o enunciador procura efetuar um reprocessamento e uma rearticulação dos enunciados em circulação, o que nos remete a uma das especificidades do discurso político: a sua dinâmica própria.

Outra particularidade desse gênero textual apontada por Corten (1999) é a sua

capacidade de discriminação do outro no ato da encenação discursiva. Inserido num contexto de disputa, o discurso da ala oponente, nega e exclui naturalmente o discurso do rival, por meio do estabelecimento de violenta controvérsia, que visa à obtenção e/ou à manutenção do poder. Com isso, os sujeitos envolvidos no processo enunciativo são definidos pela sua inclusão ou exclusão numa ou noutra fileira.

No que tange a essa assimetria entre os protagonistas do ato discursivo, outro grande pensador, Michel Foucault (2000) repara que não se trata de uma prerrogativa do discurso político. Ao contrário, ela se estende a qualquer situação de produção linguageira, uma vez que as manifestações discursivas estão ligadas à sua *instituição* de origem, espaço do poder e controle de todo dizer. Em outras palavras, para esse filósofo, os procedimentos de controle e de delimitação do discurso põem em jogo o “poder” de um modo tal que a interpelação do parceiro por parte do enunciador ou produz um efeito positivo, que resulta na sua qualificação como sujeito capaz de executar uma ação, ou, então, um efeito negativo, que redundará na sua desqualificação / rejeição como sujeito. No primeiro caso, de prevalência do consenso entre as partes, tem-se a contenção tanto do dizer em si, quanto da desqualificação do outro. Já no segundo, de predomínio do dissenso, tem-se uma ameaça ao domínio e à verdade do *nós* consensual. Tal estado de coisas resulta numa distribuição dos participantes do ato discursivo em grupos de conflito, que acabam empreendendo um jogo de oposição, assim prefigurado: de um lado, o *grupo inclusivo* “*eu/nós*”, ao qual cumpre coagir com o grupo constituído por “*tu/vós*”, identificando-se com ele e dele se aproximando; de outro, o *grupo exclusivo* “*ele/eles*”, que, segundo Benveniste (1989), difere do primeiro, caracterizado como *de pessoa*, configurando-se como *de não-pessoa e não-sujeito*.

Sustentado por uma concepção negativa do outro, o discurso político, objeto de estudo do presente trabalho, da mesma forma que tantos outros, constrói-se a partir de uma polémica explícita — prevista no quadro taxonômico de Orlandi (1987) — que, por sua vez, é produzida em situações de debate por meio do antagonismo e, ao mesmo tempo, do tom de enfrentamento das respostas (réplica) dadas aos ataques do adversário. Nesse jogo de desvalorização sucessiva do outro (*ethos* e *pathos*) e de tentativa de imposição de autoridade — outro tipo de discurso constante do quadro da autora supracitada —, a parte atingida se defende com tal veemência que a relação discursiva de tensão e disputa acaba gerando um estado de violência que ultrapassa qualquer norma ética e moral. Uma das conseqüências desse estado de coisas, segundo os entendidos, é que o discurso protagonizado por partes rivais acaba nos mostrando, na repetição das mesmas espécies de armas empregadas nos ataques e contra-ataques, mais pontos de convergência que de divergência entre os

envolvidos. Em seu trabalho de 1997a, Dominique Maingueneau assim se refere a esse paradoxo:

*O exercício da **polêmica** presume a partilha do mesmo campo discursivo e das leis que lhe estão associadas. É preciso desqualificar o adversário, custe o que custar, porque ele é constituído exatamente do **Mesmo** que nós, mas deformado, invertido, conseqüentemente, insuportável.* (MAINGUENEAU, 1997a, p. 125; grifos meus)

Esse recurso à desqualificação do adversário é encontrado até mesmo em gêneros que, comuns ao discurso **político**, deveriam, em princípio, ser simplesmente transcritos, sem nenhuma intervenção do redator. Isso se verifica em textos como os de abaixo — do gênero “balancete” e “ata”, respectivamente —, transcritos do *corpus* aqui estudado, que, fugindo à praxe, são antecedidos de comentários pessoais da parte do jornal em que aparecem reproduzidos:

(11) a-

“O BALANCETE

Publicamos hoje o balancete da Camara Municipal desta cidade no periodo de Março a Junho do corrente ano.

Os dados que ahí estão, á mostra, para que não se diga que a politica actual absorveu toda a arrecadação do municipio, são a prova patente e frisante de que o presidente da camara [Cel. Antônio da Silva Araújo] tem imprimido honestidade sem par na distribuição do dinheiro que o povo paga com tanto sacrificio.”

(**Renascença**, n. 41, 3 ago. 1919) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

b-

“Novo Directorio Politico

Realisou-se, no dia 31 do p. findo mez de maio, em o vasto salão do edificio da camara municipal d’esta cidade, à noite, uma magnifica reunião politica, em que tomaram parte os proceres da politica dominante [dos “Bacuraus”], conjuntamente com o povo, para assentarem as bazes do novo directorio politico do novo directorio politico do Partido Republicano caratinguense [...]

Dando parabéns, como nos cumpre, ao povo pela acertadissima escolha que tiveram a felicidade de fazer – chamando à tóna os homens de sã conciência, de character rijo e de tradições lisonjeiras, para aqui transcrevermos gostosamente a acta. [...]

(**O Povo**, n. 6, 9 jul. 1912) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Esses e outros artigos do gênero político, ou de gêneros discursivos outros, confirmam a inevitabilidade da desqualificação do interlocutor, em cenário enunciativo de disputa e rivalidade. Em sua desavença interpartidária, “Caranguejos” e “Bacuraus” chegaram a um nível tal de linguagem que, para defender seus pontos de vista e promover a queda do adversário, não se importavam de valer-se de armas verbais que chegavam ao desregramento, como já se viu acima. Em face disso, pode-se dizer que o discurso político construído, em cenário de briga, pelos dois primeiros Partidos políticos caratinguenses se configura como

autoritário, correspondendo, pois, a uma das espécies arroladas por Orlandi (1987). Além disso, caracteriza-se também como contraditório, uma vez que, se, por um lado, confere legitimidade ao poder alcançado por uma das partes, por outro, desqualifica o adversário, questionando ou negando aquilo que diz. O seguinte excerto, transposto de um dos artigos constantes do *corpus*, assim se refere, metadiscursivamente, a esse tipo de “jogada” interlocutória:

(12) **“O reconhecimento**

Nesta campanha [de disputa da Presidência da República pelos candidatos Arthur Bernardes e Nilo Peçanha], porém, é que se viu, como um triste atestado dos nossos tempos e dos nossos costumes políticos, na frase do Dr. Arthur Bernardes, **a supremacia e o domínio da traição, do achincalhe, da falsificação, da calúnia e da intriga.** [...]

(*Renascença*, n.º 178, 18 jun.1922; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Outro traço do discurso político digno de menção é a sua capacidade de remissão a uma memória polêmica, manifestada, muitas vezes, por meio da repetição de uma série de controvérsias. No *corpus* aqui apreciado, essa característica se manifesta explicitamente em vários gêneros de artigos, principalmente naqueles que figuram em jornais editados pelo Partido dos “Bacuraus”.

Um contato com todo o material a que tive acesso — aqui recortado, em razão de seu grande volume — não deixa a menor dúvida de que, durante todo o tempo de sua caminhada política até a sua morte, o Coronel Silva Araújo, líder da ala dos “Caranguejos”, foi a vítima predileta, o alvo por excelência dos insultos e vitupérios do Partido inimigo, que nem mesmo lhe poupou a figura e vida pessoais.

É o que se pode ver em exemplos como o que se segue, bem como em outros mais aqui já registrados:

(13) **“AINDA OS CALUMNIADORES**

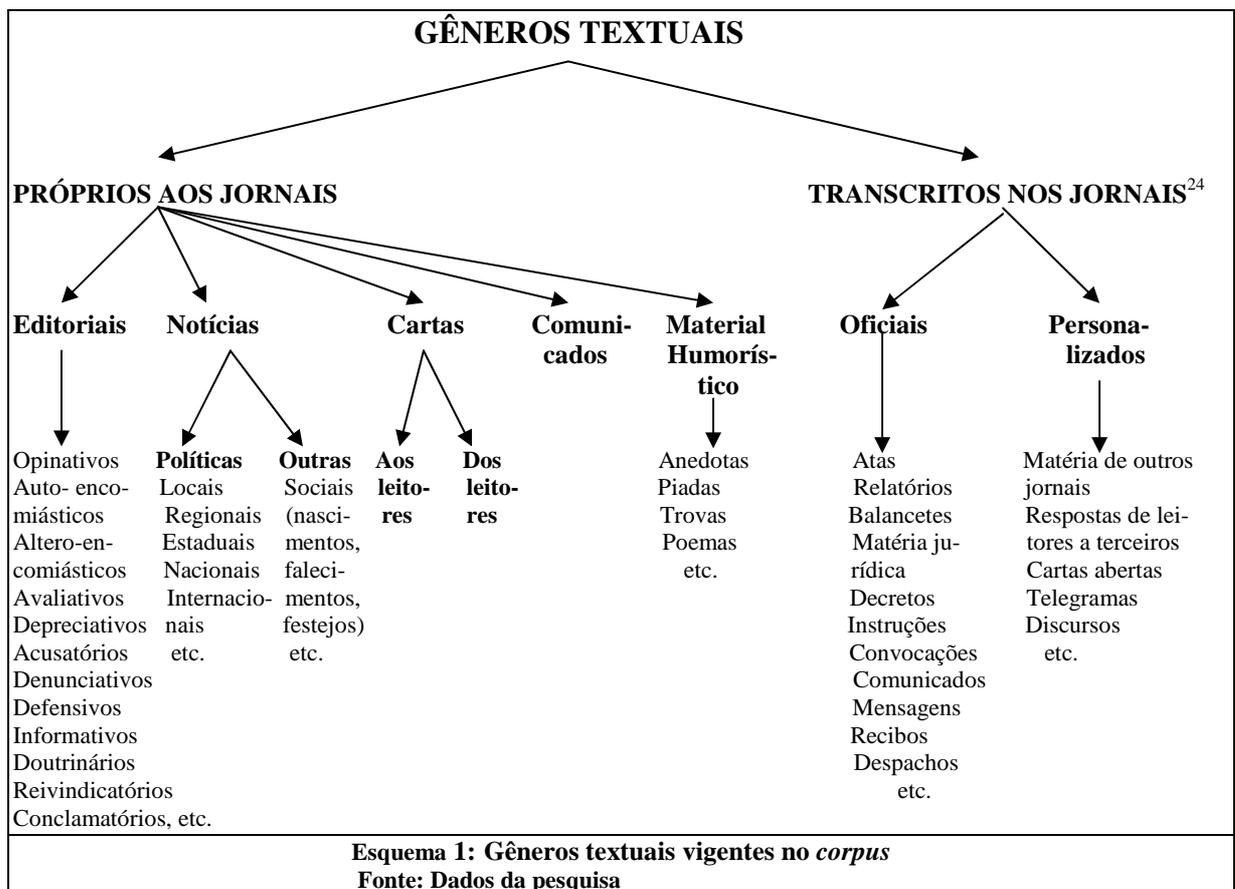
**O único responsável por tudo...
Quem é elle?**

[...] Os caudilheiros da intriga, desvergonhados e atrevidos, sem nos contestarem as duras verdades, voltam de novo na degradante faina de calumniarem os homens collocados e de bem na nossa sociedade, repisando as mesmas asserções mentirosas, repetindo as mesmas falsidades e asneirolas sem se importarem com o testemunho publico. [...] Como sempre, as suas acusações torpemente falsas voltam-se contra o alvo onde jamais esses pigmeus podem ascender. Coitados! Quem nasceu para toupeira ... [...] Assim, com meias palavras, como deve ser em regra de civilidade, ao referirmo-nos a eles, temos usado os qualificativos de **turunas, luciano, ex-chefe-mor, o homem da cabeça prateada, comendador de Cristo ou da Malta**, etc., etc. Sim, temos usado esses meios termos. Mas agora resolvemos a mais, porque o nosso municipio, o nosso Estado, enfim, não podem continuar a serem assim ludibriados por menos de meia duzia de baixos

intrigantes, **cuja cabeça, com pratas ou sem elas, arvorando-se em gigante, não passa de tortulho.**”

(Echo da Matta, n° 30, 4 fev. 1906; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Em face da riqueza e extensão do *corpus* investigado, procurei, no esquema apresentado abaixo, fornecer uma visão mais completa e conjunta dos gêneros (e subgêneros) — dos domínios jornalístico e político — utilizados como armas de combate por ambas as partes contendoras:



Embora, em meio a todo esse “fogaréu”, surgissem, aqui e ali, algumas propostas de paz, a rivalidade entre as duas facções políticas, conforme mostrado no capítulo anterior, ia-se tornando cada vez mais calorosa, sobretudo em sua última fase, iniciada com a transferência do Dr. Agenor Ludgero Alves, protegido do Coronel Silva Araújo, para a ala inimiga, que tanto o perseguira. Encerrada, oficialmente, em 1930, com a implantação da chamada “República do Café com Leite”, essa rivalidade contaminou com tal força a população caratinguense, que,

²⁴ Os gêneros apresentados como inseridos nos jornais são, em sua maior parte, próprios do discurso **político**.

durante muito tempo, ela comandou certos hábitos, procedimentos e ações de algumas das famílias que tiveram membros seus envolvidos na guerra chegada até nós graças ao trabalho da imprensa.

Dito isso, encerro esta seção, na qual procurei mostrar algumas estratégias bélicas exploradas por “Caranguejos” e “Bacuraus” no território dos gêneros e tipos textuais. Veiculadas em espaço discursivo jornalístico, o seu emprego, como se pôde ver, foi de grande valia para ambas as partes, que tinham como meta conquistar o eleitorado caratinguense, ainda que às custas do aniquilamento das forças inimigas.

Em co-atuação com esse tipo de armamento, temos outro, examinado na próxima seção, que concerne à atividade enunciativa efetivada por interlocutores política e pessoalmente inimigos um do outro.

3.3 Jogo interacional: “um entrevero” a destrinçar

3.3.1 As “*manhas*” da enunciação: *considerações teóricas*

Em sua obra **Introdução à lingüística da enunciação**, Valdir Flores e Marlene Teixeira asseveram que, com o conceito de enunciação,

[...] consolida-se o estudo que busca evidenciar as relações da língua não apenas como sistema combinatório, mas como linguagem assumida por um sujeito. As marcas de enunciação no enunciado têm a especificidade de remeter à instância em que tais enunciados são produzidos, fazendo irromper o sujeito da enunciação.
(FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 12)

Pelo que se pode ver, tal modo de encarar a língua coloca em xeque a exclusividade conferida pela tradição ao enunciado, ou seja, ao sistema formal da língua, procurando substituí-lo por um modelo de análise que leva em conta o **processo** enunciativo, o lugar do *eu* — e também do *tu*, acrescentaria eu, na esteira de Bakhtin (1979/1997) — , figura discursiva instanciadora das diferentes práticas languageiras. Não se conclua, com isso, que tal mudança de enfoque signifique conferir à ação enunciativa maior importância, ou independência, relativamente ao sistema lingüístico. Atentos a essa possibilidade de interpretação, Mari, Silva e Mendes (1996, p. 49) deixam claro que “a análise do processo enunciativo, embora esteja comprometida com práticas sociais de linguagem, continua sendo

uma abordagem lingüística; uma abordagem que busca sua fundamentação conceitual e operacional em instrumentos concebidos na esfera da linguagem”.

No caso da pesquisa aqui empreendida, não foi difícil perceber que o jogo enunciativo gerenciado por “Caranguejos” e “Bacuraus”, da mesma forma que o genológico, teve importância capital para a construção de uma imagem positiva — e também negativa — de cada um dos dois partidos envolvidos. Essa construção se deu, no caso, a partir da realização de duas operações básicas, antagônicas entre si: de auto-encomiasmo e de desqualificação da parte contrária, conforme nos é dado ver em fragmentos como o de abaixo:

(14)

“DOUS ANNOS

[...]

Sempre nos incitou o sentimento pelo progresso, pela liberdade, pela moral e pela virtude. O applauso justo e leal, nunca foi regateado na modesta tenda que assentamos n’ este arraial longinquo, onde o pavilhão que desfraldamos ficou sempre immaculado da lama que a injustiça lhe arremessou e inacessível ás pedras com que a malevolencia pretendeu em vão derribal-o. [...]

Eis o que fizemos, eis o que faremos sempre, – eis porque nos odeiam os maus, mas porque nos bendizem os bons. Estamos satisfeito. [...]

(**Echo da Matta**, n. 52, 2 jun. 1904) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Para a devida realização da tarefa aqui proposta, procurei valer-me, preferentemente, das lições de dois dos precursores dos estudos voltados para a enunciação: o pensador russo Mikhail Bakhtin (1929/1986, 1972/1995, 1979/1997) e o lingüista francês Émile Benveniste (1988, 1989). Além deles, também foram consultados autores como Pêcheux (1997), Orlandi (1996, 2001) e Charaudeau (1999) — sob óticas diferentes, têm-se preocupado em decifrar o modo de processamento dessa operação e os efeitos de sentido que podem provocar.

Na Teoria da Enunciação, de Benveniste — cujos trabalhos foram desenvolvidos, na área da Lingüística, à luz do pensamento de Bakhtin —,

a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso. Por isso, eu propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se o meu eco — ao qual digo tu e que me diz tu.” (BENVENISTE, 1988, p. 286; grifos do autor)

Tendo em vista que: a) a polaridade entre *eu* e *tu* não implica igualdade nem simetria; b) o *eu* tem sempre transcendência em relação ao *tu*; c) nenhum dos dois termos é concebido sem o outro; d) ambos são complementares entre si e reversíveis um ao outro; e) o referido (*ele*) tem o seu valor determinado pelo fato de que faz parte, necessariamente, de um discurso

enunciado por um *eu*, Benveniste (1988) identifica e categoriza as seguintes personagens centrais do “drama” enunciativo: o **EU**, pessoa subjetiva; o **TU**, pessoa não-subjetiva, e o **ELE**, não-pessoa.

Com base em princípios e pressupostos da Semiótica, outro estudioso de renome, Pêcheux (1997), até certo ponto acata as idéias de Benveniste (1988, 1989), de que diverge, no entanto, no que concerne à concepção dos *actantes* do processo enunciativo. Para o primeiro autor, tanto o locutor quanto o alocutário, ao se manifestarem de acordo com o papel que exercem numa formação social, entendida como lugar de onde se fala, na verdade, fazem-no a partir de uma “imagem” que têm de si mesmos, de seu interlocutor e do referente. Dentre tais “formações imaginárias”, esse autor ressalta a importância da “imagem” que o **locutor** faz do **alocutário**, de quem espera obter uma determinada resposta — o que se aplica perfeitamente à guerra verbal aqui estudada, na qual os combatentes procuram depreciar o rival, afetando-lhe a imagem frente a cidadãos de quem deseja angariar votos.

Essa idéia de que o locutor-sujeito deixa passar em seu discurso uma “imagem” de si mesmo com o propósito de obter a adesão do interlocutor, cumpre lembrar, já havia sido defendida por Aristóteles, em sua Retórica (**Arte retórica e arte poética**, edição brasileira datada de 1964). Trata-se, na visão desse filósofo, do “*ethos* oratório”, ou seja, de uma realidade discursiva identificada por meio de marcas lingüísticas e/ou extra-lingüísticas próprias à ação enunciativa então produzida. Por sua vez, a imagem de um alocutário antagonista, construída pelo locutor, que o encara numa posição inversa à sua, constitui, segundo ele, o *antiethos*, de tal forma que, se o locutor se autoqualifica positivamente, expressa, com isso, uma opinião em princípio oposta à do adversário. No caso do confronto político entre “Caranguejos” e “Bacuraus”, teríamos, então, a seguinte situação: no momento em que o articulista, visto como representante de um dos dois Partidos e tomado em seu papel discursivo de locutor, afirma ou nega algo a respeito da facção adversária, ou de algum de seus adeptos, automaticamente, o contrário de seu *dictum* lhe é imputado pelo inimigo.

No que tange à instância do *referente*, Pêcheux (1997) a identifica com base no mesmo tipo de “jogo” imagético efetuado pela instância actorial. Nesse caso, segundo ele, o locutor parte sempre do pressuposto de que a imagem (o conhecimento) que o alocutário tem do referente seja distinta, ou, até mesmo, contrária à sua.

Um dos inauguradores dos estudos sobre o discurso político entre nós, Osakabe (1999) resume e explica essa situação, ao afirmar que “é o pressuposto de o ouvinte ter uma imagem distinta do referente que justifica da parte do locutor a produção do seu discurso”. Conclui-se, daí, que, em situações de contradita, como a que envolve “Caranguejos” e “Bacuraus”, o

locutor argumenta não só para apresentar ao alocutário a imagem que ele, locutor, faz do referente, mas também, e principalmente, para levá-lo a aceitar essa imagem e, conseqüentemente, recusar a do locutor opositor. Dessa maneira, observam-se, na instância da recepção, a partir do *pathos*, as paixões que a instância produtora pode provocar na receptora.

Na análise que faz do discurso midiático — um dos gêneros que co-atuam com o discurso político —, Charaudeau (2006) vê, a seu próprio modo, a composição e o funcionamento da operação enunciativa. Embora reconheça que todo ato de comunicação envolve duas instâncias, uma de produção e outra de recepção, ele entende que, no que tange ao discurso midiático, a situação é bem mais complexa. Assim, em seu modo de pensar,

*[...] a instância de **produção** deve ser considerada de modo diferente, ora como organizadora do conjunto de sistema de produção, num lugar externo, ora como organizadora da enunciação discursiva da informação. A instância de **recepção** também deve ser desdobrada: de um ponto de vista interno à instância midiática, é designada como destinatário — a “instância-alvo”; de um ponto de vista externo, como instância de recepção propriamente dita, com uma atividade própria de consumo, é designada como “instância-público”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 72-73; grifos meus)*

No esquema a seguir, busca-se apresentar, de uma forma sintética, o quadro tipológico propugnado por esse autor quanto aos componentes, actantes ou não, da operação enunciativa própria ao discurso midiático, quadro esse seguido de perto na análise do entrevero entre “Caranguejos” e “Bacuraus”, que, de certo modo, não deixa de corresponder a uma ação publicitária de cunho partidário-pessoal:

PROTAGONISTAS DA ENUNCIÇÃO

A- Instância de produção ou “instância midiática”

Co-enunciadores:

- | | | | |
|---|---|---|--|
| { | a. equipe responsável pela saúde econômica da empresa e de sua organização competitiva; | | |
| | b. equipe de programação; | | |
| | c. equipe de redação das notícias; | | |
| | d. equipe de jornalistas
(<i>fornecedores de informação e descritores-co-mentadores</i>) | { | generalista
especialista
de escritório
de campo
correspondente
enviado especial, etc. |
| | e. operadores técnicos | | |

B- Instância da recepção

- | | | | |
|---|------------------------|---|-------------|
| { | a. “destinatário-alvo” | { | intelectivo |
| | b. “receptor-público” | | afetivo |

Esquema 2: Actantes da operação enunciativa própria ao discurso midiático

Fonte (adaptada): Charaudeau, 2006.

Certamente, a par do componente subjetivo, correspondente à instância actorial, os **conhecimentos pressupostos** são condição *sine qua non* para o sucesso da comunicação desejada. No caso específico do *corpus* aqui focalizado, essas pressuposições dizem respeito à cisão interpartidária entre “Caranguejos” e “Bacuraus”; à representação do jornal como arma midiática usada por um partido contra o outro; à necessidade de obter a adesão do (e)leitor; à “demolição” da figura do opositor, como forma de impingir ao (e)leitor a imagem que deve fazer dele, etc.

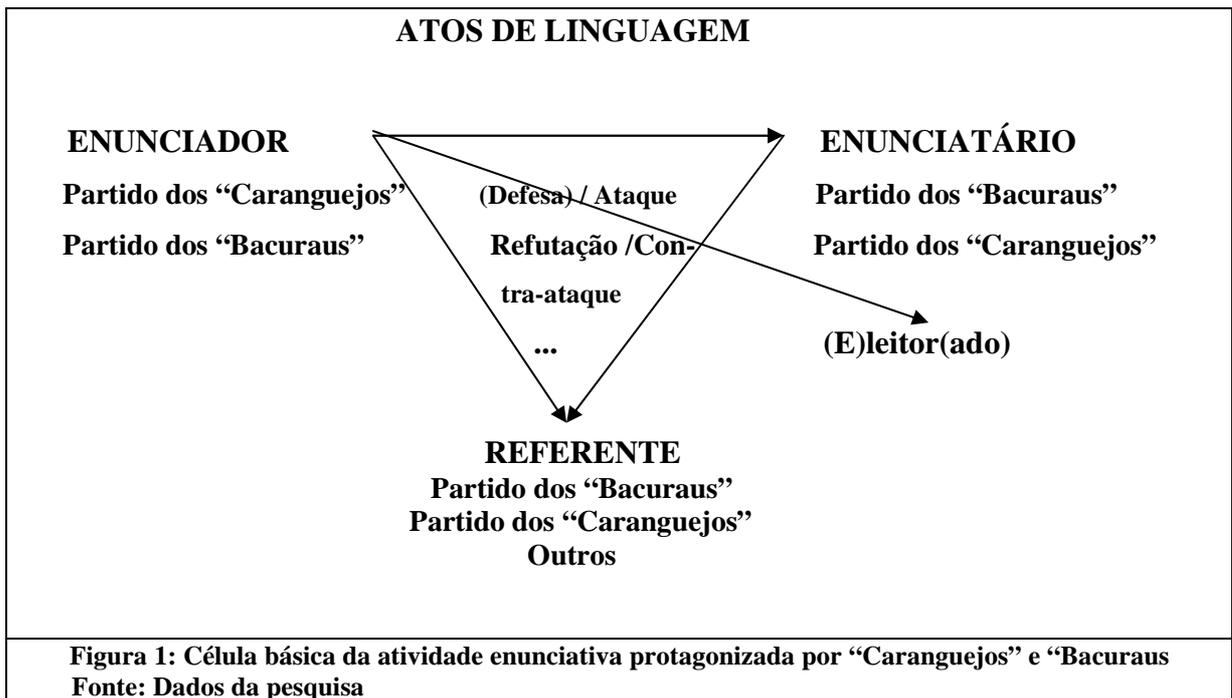
Outra característica do material analisado é a maioria dos artigos publicados pelos dois partidos litigantes ter como ponto de convergência a observância de valores fundados no preferível, e não no real — fatos, verdades e presunções —, nos termos, é claro, da perspectiva de visão e da opinião própria de cada um deles. Com isso nos são revelados o ponto de vista, as intenções, a ideologia engendrados no discurso por eles produzido. Dessa

sorte, os valores dos sequazes dos Partidos dos “Caranguejos” e dos “Bacuraus” estavam sempre ligados a uma determinada *persona* e ao seu grupo político, bem como aos acontecimentos, tais como vistos pelos articulistas dos jornais. Relatados nos jornais, esses acontecimentos integravam a ação argumentativa, servindo para preparar o raciocínio de um auditório particular, o que, em última instância, significa que não se caracterizavam como argumentos por provas.

Feitas essas breves considerações de ordem teórica, vejamos, a seguir, como a instância enunciativa correspondente à ação linguageira das duas facções políticas oponentes foi utilizada como arma de combate de uma contra a outra.

3.3.2 As “*manhas*” da operação enunciativa: aplicação ao corpus

Grosso modo, pode-se dizer que a célula-padrão correspondente à ação interlocutória realizada pelas duas alas políticas aqui em estudo apresenta a seguinte configuração:



Para melhor acompanhamento do processo de composição e da atuação bélica de cada uma das instâncias envolvidas nessa operação, procuramos, neste capítulo, concentrar a atenção nas duas figuras do universo actorial — enunciador e enunciatário — deixando para o último a abordagem do delocutário — instância do referido.

3.3.2.1 Primeiro “regimento”: a instância de produção

No nível da **emissão** do discurso, temos, como ser responsável por sua instauração, a figura do **enunciador** que se caracteriza, no caso do material aqui focalizado, em princípio, como **redator** profissional do jornal porta-voz do partido de que é representante.

Entretanto, na realidade, essa situação não é tão simples como se pode pensar à primeira vista, uma vez que essa entidade discursiva pode não só se manifestar em faces diferenciadas, como também ter o seu papel assumido por indivíduos outros que não têm o seu *status* profissional. No tocante à sua multiface, os redatores fixos dos jornais das duas alas rivais se desdobram, pelo menos, em duas figuras básicas: a de redator-como-tal e a de redator-pessoa-do mundo, predominando, de longe, a primeira sobre a segunda. Essa era, por sinal, a situação mais previsível num contexto de disputa, em que é mais que natural o envolvimento das partes com aquilo ou aquele que defendem e contra aquilo ou aquele a que se opõem.

Vejam-se, abaixo, dados ilustrativos dessas faces alternativas:

A- Auto-desdobramentos do redator

(15) a- Redator-como-tal

“TOPICOS

[...]

Deixei já registrado quaes eram os horrores que asphyxiavam o prospero e futuoso municipio de Caratinga, enquanto á nefasta chefia de Barateza e seus comparsas, durante annos. De vendedor de *bicho* subiu á Presidente da Camara!

Mas **eu demonstrei** que no juiz de direito encontrou elle braço forte. Hoje é fazendeiro abastado e rico de haveres. [...]

Não acabou ahi, porém, a desonestidade. E note que **estou trazendo para esta columna** cousa de pouca monta. [...]

NEOPHITO.”

(*Renascença*, n. 128, 28 maio 1921; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

No caso em pauta, a “face redatora” do enunciador é marcada, na materialidade lingüística, por meio de:

i- elementos dêiticos — pronominais e verbais — de primeira pessoa do singular: “Deixei já registrado”; “eu demonstrei”; “estou trazendo”;

ii- termos e expressões avaliadores e modalizadores: “o prospero e futuoso municipio de Caratinga”; “nefasta chefia”; “braço forte”; “fazendeiro abastado e rico”; “cousa de pouca monta”;

iii- termos e expressões auto-identificadores: dêiticos de 1ª pessoa do singular (“deixei”; “eu demonstrei”; “estou”); referência metadiscursiva à sua função de redator (“Deixei já registrado”; “eu demonstrei”; “estou trazendo”); assinatura da matéria através de apelido (“Neophito”).²⁵

b- Redator como ser-empírico

“Em torno de uma chronica

Entre uns livros que **comprei** recentemente, veio um do festejado poeta Augusto de Lima – ‘Noites de Sabbado’.

Um dos **meus** amigos mais dedicados se achava perto de **mim** quando **abri** o embrulho que o continha.

Olhou-o e **me** disse, com a franqueza que lhe é habitual, que não apreciava prosa de poeta.

Eu lhe **disse** que elle não devia gostar de poesias porque prosa de poeta é poesia.

Elle nada **me** respondeu. **Fui** para casa e **comecei** a ler “Noite de Sabbado”. **Encontrei** logo uma chronica cujo titulo é – Viver é confiar.

Li-a. Modifiquei o meu juízo. Augusto de Lima deixára alli de ser poeta para se transformar em philosopo. [...]

MAX”

(A *Epoca*, n. 9, 6 jul. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Em sua face de “pessoa do mundo”, o redator do texto acima se vale da auto-referência para nos relatar um fato que efetivamente vivenciou. Indiciam esse lado empírico marcadores da seguinte espécie:

- i- o próprio relato de uma experiência vivenciada por ele;
- ii- elementos dêiticos de primeira pessoa do singular: “comprei”; “meus”; “mim”; “abri”; “me”; “eu”; “disse”; “fui”; “comecei”; “encontrei”; “li”; “modifiquei o meu juízo”;
- iii- termos e expressões avaliativos e modalizadores: “mais dedicados”; “com a franqueza que lhe é habitual”.

B- Multiplicação vocal na instância do enunciador

Outra espécie de multiplicação vocal nesse espaço se dá por meio de sua ocupação por vozes mais ou menos ligadas aos partidos representados pelo jornal. Dentre as que têm uma ligação mais direta, mencionem-se as seguintes:

- a) a do enunciador-partido político em si (ou locutor I, nos moldes do quadro proposto por DUCROT, 1987), equivalente, na situação em tela, aos dois partidos políticos rivais;

²⁵ Na maioria das vezes, essa entidade discursiva prefere se manter no anonimato, não revelando seu nome, ou, então, escondendo-se à sombra de apelidos bizarros como: Vademecum”, “Jamape”, “X.X.X”., “Onitnama & Cia.” (palíndromo de Amantino), “Repórter”, “Sentinela”, “D. Gil”, “Jocar”, “Allegrette”, “Zeb”, etc., ou, até mesmo, de nomes emprestados de figuras expoentes da literatura ou da história, como: “Flaubert”.

- b) a do enunciador-jornal, representante midiático de cada um deles;
- c) a do enunciador-redator, ser-do-discurso acima considerado, responsável pela produção do texto, por delegação de seu representado.

Os dados a seguir ilustram, respectivamente, as duas primeiras possibilidades ainda não comentadas aqui:

a- Enunciador partido - político

(16) “Ao Eleitorado do Município

O **Partido Republicano Municipal de Caratinga** vem, mais uma vez, lembrar ao eleitorado do município, que nos dias 12 e 13 deste mez realizar-se-ão eleições para Presidente do Estado, Senador Estadual e Senador Federal. [...]

Tem o **Partido Republicano Municipal de Caratinga** o mais vivo interesse pelo pleito a realizar-se, e por esse motivo, pede com insistência e com o maior empenho, a todos os amigos, correligionarios e eleitores para não se absterem de votar.

[...]

Para Presidente do Estado é candidato do Partido Republicano Mineiro, ao qual **nos achamos filiados**, o honrado Dr. Fernando de Mello Vianna, a quem **os dirigentes do P. R. M. local estão ligados** ainda por laços de velha amizade e da mais viva sympathy.

[...]

Recommendando aos correligionários do município nomes tão fulgurantes, o **P. R. M. local espera** que o eleitorado acuda ao seu appello com o mais vivo entusiasmo. [...]

(A *Epoca*, n. 21, 5 out. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

A marcação lingüística dessa modalidade vocal é feita por meio de:

i- elementos dêiticos — pronomes e flexão verbal e nominal de 1ª pessoa do plural: “nos achamos filiados”;

ii- formas “embreadas” — no caso, resultantes da substituição da 1ª pessoa pela 3ª do singular: “O Partido Republicano Municipal de Caratinga vem [...]”; “o P.R.M. local espera”; “seu appello”;

iii- termos e expressões modalizadores, intensificadores: “o mais vivo interesse”; “pede com insistência e com o maior empenho”; “nomes tão fulgurantes”; “com o mais vivo entusiasmo”.

b- Enunciador – órgão jornalístico

(17) “O Povo

Inicia hoje a **sua** primeira publicação este modesto semanário cujo nome epigrapha estas linhas. [...]

A falta de um jornal aqui é comparável á falta do pão quotidiano em qualqaer [*sic*] lar. Assim, pois, **aparecendo** hoje na arena jornalística “**O Povo**”, **estamos certos**, será **ele bem recebido** por toda a população caratinguense que se resente immensamente da falta de um defensor intransigente dos seus direitos e que saiba elevar á altura de que é digno o nome desta importante e futura cidade.

(**O Povo**, n. , 5 maio 1912; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Do mesmo modo que a voz do enunciador-partido político, a do jornal é expressa, lingüisticamente, por intermédio de:

- i- elementos dêiticos de primeira pessoa do singular e do plural: “este modesto semanário”; “estas linhas”; “estamos certos”;
- ii- SNs “embreados” – substitutos, em 3ª pessoa, de dêitico de 1ª pessoa: “a sua primeira publicação”; “será elle bem recebido”;
- iii- modalizadores, intensificadores: “modesto semanário”; “será elle bem recebido”; “imensamente”; “defensor intransigente”; “importante e futuosa cidade”.

Tal como previsto no quadro taxonômico defendido por Charaudeau (2006), acima exposto, a instância produtora pode também ser ocupada por seres outros, diferentes do redator profissional. Identificadas aqui como enunciadores/redatores *ad hoc*, elas são, em geral, bem-vindas nos jornais tanto dos “Caranguejos” como dos “Bacuraus”. Dentre elas, têm presença mais constante as autoridades — governamentais e não-governamentais; os líderes dos partidos políticos; os leitores — caratinguenses, ou não; os redatores de outros jornais, etc. Vozes agregadas, elas se manifestam, mais comumente, por meio do gênero epistolar, do qual costumam se servir para tornar públicas suas críticas, queixas, reivindicações, sugestões, afrontas ao rival, loas aos líderes dos partidos, ou aos partidos em si, etc. Nos excertos abaixo, são dados exemplos de alguns de enunciadores/redatores *ad hoc*, manifestados **individualmente**:

c- Enunciadores-redatores *ad hoc*

i- Individuais

(18) Autoridade do governo

“A MENSAGEM (telegrama do Presidente da República)

Do Exmo. Sr. Presidente da República, recebeu o nosso Director o seguinte telegramma:

‘Cel. Antonio da Silva Araujo,
Presidente Directorio P.R.M. Caratinga.
Palacio Cattete — 21. —

Agradeço penhorado os seus confortadores protestos de solidariedade nesta hora em que a Patria exige cooperação leal e dedicada de todos os bons brasileiros.

Affectuosas saudações
ARTHUR BERNARDES’

(A *Epoca*, n. 12, 27 jul. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

(19) Líder de um dos Partidos (carta de desmentido e esclarecimento)

“AOS MEUS AMIGOS

Science das explorações políticas que se fazem em torno do **meu nome** com relação ás eleições municipais de 3 de dezembro proximo futuro, **declaro** em publico e de uma vez por todas que não existe entre **mim** e o P. R. M. de Caratinga de que é Presidente o Cel. Antonio da Silva Araujo e ao qual **estou** filiado, qualquer desintelligencia ou scisão latente.

Agenor L. Alves”

(Renascença, n. 193, 5 nov. 1922; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

(20) **Leitor anônimo** (carta de queixa e denúncia contra o Partido da situação)

“Ainda com a Camara

Em 1897, no declinio do segundo triennio da **nossa** vida municipal, **assistimos** á entrada triumphal do terceiro triennio, que iniciou a sua administração em Janeiro de 1893.

[...]

Todos crêram, e **nós** também, ou pelo menos **alimentamos** a feliz esperança de uma nova orientação que d’ahi por diante seria dada aos publicos negocios do municipio; de forma, que a **nossa** supposição, segundo os traços delineados pelos ascensôres, era bem fundada: — **pensavamos**, como todos os que aspiram o bem publico, ver o municipio em condições lisongeiras, isto é, vel-o livre dos pesados encargos, os quaes lhe teem tolhido e continuam a tolher a sua marcha progressiva. [...]

Um Caratinguense”

(Echo da Matta, n. 41, 18 maio 1902; grifos nossos) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Esses e os demais artigos escritos por terceiros — reveladores do espírito democrático das duas partes litigantes — têm marcados, de um modo geral, os seus redatores através de recursos lingüísticos como:

i- elementos dêiticos de 1ª pessoa do singular e/ou do plural: “agradeço”; “declaro”, “estou”; “assistimos”, “tivemos”, “alimentamos”, “pensávamos”; “meus amigos”, “meu nome”, “mim”; “nós”, “nossa”;

ii- termos e expressões modalizadores, opinativos e avaliativos: “penhorado”, “affectuosas”; “triumphal”, “vehemente”, “feliz”, “lisongeiras”; “rico”, “desentranhado”, “triste”, “um mutessarifado ottomano dentro de uma republica soberana – estava a bradar por um golpe de morte”, “soberana”, “tremenda”, etc.;

iii- auto-identificação por assinalamento (assinatura) do nome verdadeiro ou de apelido: “Arthur Bernardes”; “Agenor L. Alves”; “Um Caratinguense”; “*Correio da Matta*”.

Por fim, cumpre lembrar a presença, nesse mesmo espaço reservado ao enunciador-redator, de uma **voz genérica**, coletiva, advinda do povo. No material examinado, ela se mostra dividida em dois grupos diferenciados em termos de seu escopo: um, de âmbito mais restrito, correspondente à voz da comunidade caratinguense; outro, de caráter mais amplo, representante do povo considerado em sua totalidade. Os fragmentos abaixo nos fornecem uma idéia desse tipo de preenchimento do espaço da produção:

ii- Vozes coletivas

▪ De comunidades específicas

(21) Povo do Caratinga

(Título ilegível)

“[...]”

Tranquillamente, **iamos nós**, caminho do futuro, com o desassombramento dos fortes e o garbo alviçareiro dos crentes.

Tínhamos a vida feliz dos posov [povos] que possuem uma justiça forte e **iamos seguros** de **nossos** direitos; nesse tempo, Eros era o genio que atravessava abençoando os **nossos** dias de trabalho.

Veio depois Antheros e com elle o espezinamento da justiça.

[...]

Os **nossos** direitos foram calcados; o **nosso** trabalho paralysado.

No fundo verde das **nossas** mattas, abottoou a flor vermelha do sangue; na tranquillidade luminosa dos **nossos** arraiaes, alastrou-se a floração purulenta da discordia; o hymnario claro do **nosso** progredimento foi desharmonisado pela nota falsa da intriga. [...]”

(**O Povo**, n.7, 18 maio 1912; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

▪ Povo em geral

(22)

“As nossas pontes

O homem vale pelos seus actos, pelas suas qualidades nunca; o mesmo se dá com uma corporação municipal: ella se mede pelo que faz, pelos melhoramentos introduzidos no municipio, pelos beneficios derramados na população, pelas obras que fez construir. [...]”

(**Renascença**, n. 73, 4 abr. 1920; grifo meu) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Com base nos dados acima e em outros mais já expostos, ou constantes dos jornais consultados, percebe-se, do ponto de vista do enunciado, que o redator-coletivo é lingüisticamente indiciado por meio de recursos como:

i- elementos dêiticos de 1ª pessoa do plural: “**iamos nós**”, “**tínhamos**”, “**iamos seguros**”, “os nossos direitos”, “o nosso trabalho”, etc.

ii- termos e expressões modalizadores, opinativos, avaliadores, etc.: “tranquillamente”, “caminhos do futuro”, “com o desassombramento dos fortes e o garbo alviçareiro dos crentes”, “feliz”, “luminosa”, “purulenta”, “desharmonisado”, etc.

iii- “máximas” (“O homem vale pelos seus actos, pelas suas qualidades nunca.”), etc.

Apesar de reconhecer a incompletude do quadro aqui esboçado, acredito que ele é capaz de fornecer, pelo menos, uma idéia geral acerca da composição e do modo de funcionamento da instância produtora, tal como “montada” e utilizada por “Caranguejos” e “Bacuraus”. Embora, em princípio, essa composição aparente ser livre, democrata, sem restrição nenhuma aos autores e aos textos a serem publicados, na realidade, não é isso que os

dados nos mostram. Ao contrário, percebe-se, sim, uma seleção baseada tanto no *status* e na corrente política do pretense enunciador, quanto no conteúdo de seu artigo, conveniente, ou não, aos interesses do partido representado pelos jornais.

Como prosseguimento desta análise da instância actorial, considere-se, a seguir, a atuação de seu segundo protagonista, o **enunciatário**, na briga entre as duas correntes políticas investigadas. Para tanto, convém lembrar que, de acordo com o princípio da reversibilidade, mencionado por Orlandi (1986, 1987), essa figura discursiva demanda um estudo que a enfoque em sua dupla face, ou função: a de entidade receptora, instaurada, para tanto, pelo enunciador, e a de ser responsivo, que interage com seu interlocutor, manifestando-se, também, no papel de enunciador.

3.3.2.2 Segundo “regimento”: a instância da recepção

Similarmente ao que se pôde ver no setor reservado ao enunciador, o do **enunciatário**, considerado, naturalmente, no contexto em pauta de desavença política interpartidária, pode, ou deve, ser encarado sob duas perspectivas de ordem funcional: a do receptor propriamente dito e a de replicador dos ataques que lhe foram feitos pelo inimigo.

Consideremos, num primeiro momento, a primeira figura, de **enunciatário propriamente dito**. Nos moldes do quadro de Bronckart (1999), essa entidade se desdobra, funcional e discursivamente, em duas categorias: a de “**destinatário-alvo**” — correspondente, no caso, ao partido político atacado — e a de “**receptor-público**” — equivalente aos (e)leitores do município caratinguense. Tal subdivisão, considerada no âmbito do material pesquisado, tem, por si só, um caráter previsível relativamente à maneira como é interpelada cada uma de suas partes. Como resultado de tudo isso, temos a ampliação e fortificação desse espaço, tão bem aproveitado por “Caranguejos” e “Bacurus”, que dele se serviram para, de um lado, combalir o inimigo, e, de outro, conquistar a simpatia do (e)leitor caratinguense. Esses dois procedimentos são vistos, a seguir, em sub-seções separadas.

A- O “destinatário-alvo”

Ao voltar a atenção para a figura do “destinatário-alvo”, pude logo perceber que, no caso do material consultado, ela apresenta possibilidades distintas de desmembramento, muitos dos quais similares aos da instância enunciativa. Um deles, de nível primário, incide

sobre o enunciatório em si, que ora se manifesta como **enunciatório como-tal**, ora como enunciatório **pessoa-do-mundo**, conforme exemplificado a seguir:

a- Considerado em seus auto-desdobramentos

i- Como ser-do-discurso

(23) “Portugal d’ Agora

[...]

Ao “nobre” articulista, entretanto, fazemos um unnico, aliás insignificante pedido:

— Para outra vez, muito embora a epoca o permita, não nos **apareça fantasiado** [usando apelido]; **erga** a viseira, **sr. da napoleonica descendência !”**

(*Povo do Caratinga*, n. 20, 11 out. 1917; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

ii- Como ser-do-mundo

(24) “Ao Trampolineiro

[...]

Não és político? **E a casa que ganhaste** e que os Escrivães não quizerão passar a escritura, no valor de 600\$000, para **seres** o chefe do grupête de ciganos? **E as inumeras cartas que escreveste a diversos mandando que trabalhassem no pleito de 31 de Março? Hypocrita! hypocrita! hypocrita! És qual Judas Iscariotes que vendeu christo [*sic*] por 30 dinheiros; **tu miseravel, vendeste a Justiça por uma palhoça de 600\$000!**... E o assassinato de Joaquim Fernandes? **Ficaste por fora**, não é?**

Fernando José de Sousa”

(*O Povo*, n. 2, 18 maio 1912; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

b- Considerado a partir de seus co-enunciadores

Em outra dimensão, de preenchimento da instância por diferentes vozes, encontramos, no exercício do papel de enunciatório-alvo, seres distintos como: a) o partido político rival; b) o jornal do partido político rival; c) o redator — oficial ou *ad hoc* — do jornal do partido político rival; d) determinados membros do partido político rival; etc.

Acresça-se a esses casos a ocorrência instável de figuras como: autoridades governamentais e não-governamentais, jornais/redatores de outras localidades, leitores de jornal do partido abraçado, leitores de jornal do partido rival, etc. Os excertos abaixo transcritos ilustram os casos de maior ocorrência:

i- Partido político rival

(25) “As Eleições

[...]

É assim que, neste município, outr'ora tão agitado e revoltado quanto hoje pacífico e prospero, as forças numerosas e unidas do Partido Dominante [dos “Bacuraus”] vão, cada vez mais, — gradativamente, progressivamente, accentuando a harmonia de sua conjunção, o descortino de suas vistas, o valor de seu peso real. **Já não valem entre nós a intriga politqueira, a dissidia dos descontentes, a ambição demeritosa, a calunnia infamante, a injuria deprimente** [Partido dos “Caranguejos”]; o que pôde viver e evoluir em Caratinga, hoje em dia, é o Reinado da Paz e do Progresso, da Conciliação e da Concordia!

José de Mira-Mundo”

(O Povo, n. 35, 15 mar. 1914; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

ii- Jornal do Partido político rival

(26) (Título ilegível)

“Cada dia que passa mais se avoluma a convicção que nutrimos de que **a nossa collega local [Renascença]** não quer saber de graças comnosco.

Já no nosso ultimo numero salientamos a **su**a indelicadeza deixando de noticiar o nosso apparecimento, como si o noticiario de um jornal pudesse collocar-se á mercê de emergencias da politiquice aldeã.

Hoje, voltamos a ataca-la lembrando-lhe mais um dos pequeninos princípios da ethica jornalística.

É assim que **lhe** temos enviado, pontualmente, todos os numeros do nosso semanario sem que, no entanto tenha tido **a collega** a lembrança de retribuir a distincção e a gentileza que **lhe** dispensamos.

Porque0? Será por ventura a missão **da collega** mais importante e mais digna que a nossa? Só o publico poderá responder.”

(A Epoca, n. 5, 8 jun. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

iii- Redator-profissional de jornal do Partido político rival

(27) “DESAFFRONTA

Acabamos de ler o artigo fundamental, que o jornal desta Cidade “O CARATINGA” nos *mimoseou* em 22 do corrente!...

Esse artigo cuja penna não pôde encobrir o doentio e desordenado espirito de **seu auctor**, nem occultar o pretencioso **cerebro que o concebeu, não mereceria** uma resposta cabal e energica se o veneno que traz **em suas garras de abutre**, não pretendesse manchar a pureza e o brilho do nome portuguez.

[...]

Conclue o irrisorio rabiscador d’essa peça confusa e inverossímil, que, *felizmente* poucos são por aqui os representantes da Terra das *cebollas!*

[...]

A nossa Terra produz cebollas, mas também é fecunda n’outras bellas producções, que confundindo á iniquidade dos invejosos, desperta a **lingua desbragada dos calumniadores!**

Lazaro F. Leite do Val.”

(Echo da Matta, n. 2, 24 out. 1898; itálico do autor; negrito e sublinhado meus)

Jornal do Partido dos “Bacuraus”

iv- Leitor/colaborador de jornal do partido adotado

(28) “DOUS ANNOS

[...] Reiterando os leaes agradecimentos de hoje aos **nossos benevolos leitores e colaboradores**, que durante dous longos annos nos **dispensaram o seu valioso concurso**, terminamos este por testemunhar-lhes aqui solemnente que o *Echo* continúa a ter **n’elles** a mesma confiança e **d’ elles** aguarda os mesmos apoio, affecto e lealdade. [...]

(Echo da Mata, n. 52, 2 jun. 1904; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

No tocante às **estratégias lingüísticas** utilizadas pelos dois Partidos na interpelação do “destinatário-alvo”, observa-se uma preferência pelo uso de formas de 3ª pessoa, ao invés da 2ª, que seria de esperar. Essa opção, também registrada na instância enunciativa, corresponde ao processo conhecido como de *embreagam actancial* que, de acordo com Fiorin (1996, p. 84), “consiste na neutralização de oposições no interior da categoria de pessoa”, sendo muito usada na linguagem cotidiana, na oficial, na científica, etc. Com isso, temos, como um de seus efeitos, o distanciamento interpessoal, imposto, no caso, pelo enunciador no intuito de desmerecer seu interlocutor. Do ponto de vista lingüístico e enunciativo, esse modo de representação tem, como principal característica, a diluição das marcas de “pessoalidade” (o apagamento do *eu* e do *tu*) e de “subjetividade” (o apagamento do *eu*), através do recurso a itens designativos da instância do referido. Dessa sorte, do ponto de vista da indiciação lingüística, o enunciador não interpela diretamente o seu interlocutor, mas, sim, indiretamente, por intermédio da terceira pessoa, que, assim, passa a referir ambígua e simultaneamente.

Segundo interpretação de Barthes (1975, p. 32), o *ele* empregado em lugar do *eu* ou do *tu* é, por excelência, o pronome da distância, passível de ser usado “como uma espécie de ênfase, como se eu me desse tal importância que eu dissesse ‘ele’ falando de mim, seja como uma espécie de mortificação: dizer ‘ele’ falando de alguém [ou, melhor dizendo, a alguém] é torná-lo ausente, mortificá-lo, torná-lo morto”.

Todavia, dependendo do grau de animosidade entre as partes, as interpelações são, por vezes, expressas de uma forma direta, por meio de dêiticos de 2ª pessoa. Além disso, como reforço, eles costumam vir acompanhados de adjetivação, termos e expressões avaliativas, modalizadoras, opinativas (de teor ofensivo) — o que, certamente, diga-se de passagem, não é uma prerrogativa dessa instância, mas se estende às outras mais.

Como prosseguimento do estudo da figura do enunciatário-alvo, concentremo-nos, agora, na do “enunciatário-receptor-público”, apontada no quadro de Charaudeau (1996) como dotada de estatuto discursivo próprio, diferente do co-enunciatário básico.

B- “Receptor-público”

Por se constituir no alvo principal cobiçado pela instância de produção — composta, no caso, por “Caranguejos” e “Bacuraus”, cuja desavença se explica justamente por seus interesses eleitoreiros —, o “receptor-público” tem um estatuto discursivo diferente do “destinatário-alvo”. Se este corresponde ao interlocutor a ser eliminado por armas verbais de

diferentes tipos e efeitos, aquele se configura como o “objeto do desejo”, o elemento a ser seduzido, ainda que às custas da desgraça alheia.

A conquista desse tipo de enunciatário, tal como a busca de eliminação do enunciatário inimigo, é feita a partir de estratagemas variados, dentre os quais a exploração de suas diferentes faces. Dentre elas, apontem-se as que se manifestam internamente a essa figura e as que se expressam por intermédio de vozes diferenciadas que ocupam esse espaço. Focalizemos, separadamente, cada uma delas.

a- Considerado em seus auto-desdobramentos vocais

i- “Receptor-público”-como-tal

(29) “Significativo protesto

[...]

Os nossos leitores devem lembrar-se ainda dos *monstruosos aleives*, assacados contra o integro Juiz de Direito desta comarca em um jornal que via á luz na bella e culta cidade de Juiz de Fora, aleives esses que nós esmagamos completamente, por forma decisiva, franca e até honrosa [...].”

(Echo da Matta, n. 52, 9 dez. 1906; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

ii- “Receptor público”-como-ser-empírico

(30) “Correspondencia dos Districtos

[...]

As ARENGAS escriptas pelo correspondente de Renascença no Inhapim, parecem cocegas impressas, e, si estivessem, já não dizemos, enluvadas num estylo, mas, ao menos escriptas em português de gente [...] poderiam, sem desdouro ser assignadas pelo sublime Mark Twain.

[...]

O leitor, si nos acompanhou até aqui, **com a barriga a doer de rir**, já não duvida mais do HUMOR fino dessa correspondência, **sacrificado** um pouco, é verdade, **com aquella chalaça pesada “aos amigos do escuro”**, que faz lembrar logo a pigmentação de algum chefe de partido...”

(A Epoca, n. 1, 19 set. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

b- Considerado a partir de seus co-enunciadores

Além dessa subdivisão vocal correlacionada com a natureza — essencial ou funcional — desse componente enunciativo, várias outras de espécie diferente ajudaram as duas forças políticas adversárias a dar maior corpo e vigor ao seu contingente bélico. Dentre elas, temos, em ordem hierárquica segundo o grau de freqüência (calculado assistematicamente), as seguintes:

- o (e)leitorado/povo caratinguense;
- os líderes/sectários do Partido político rival;

- os jornais do Partido político rival;
- o Partido rival;
- os redatores oficiais de jornais do Partido político rival;
- os redatores “*ad hoc*” de jornais dos dois Partidos;
- os redatores de jornais de outras localidades, ou o próprio jornal em si, etc.

Os textos a seguir constituem exemplos de alguns desses receptores do discurso:

i- (E)leitores caratinguenses e líderes do seu Partido político

(31) “As eleições

Aproveitamos a oportunidade (aliás esperada), para levar *aos nossos distinctos chefes e ao livre e brioso eleitorado do Caratinga* as mais sinceras felicitações pela victoria alcançada nas urnas, que veio, mais uma vez, confirmar o prestígio da Política Dominante.”

(O Povo, n. 35, 15 mar. 1914; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

ii- Equipe recém-empossada no governo de Caratinga

(32) “Aos novos edís

[...]

Continuae esta tarefa dignificadora em que **vos achaeis empenhados**. **Espalhae, espalhae** profusamente a liberdade, a fonte cristallina da Felicidade humana, ao mesmo tempo, a origem racional desse **vosso prestígio inquebrantavel**. [...]

(Povo do Caratinga, n. 19, 16 jan. 1916; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

iii- Partido oponente (dos “Caranguejos”)

(33) “Tendes a palavra ... Convosco não se pode ser generoso

LADRAM-NOS agora aos calcanhares **os rafeiros que outr’ora nos lamberam os pés!**

[...]

Por enquanto, quedamo-nos impassíveis ante os arreganhos quixotescos e repulsivos de **vossa mal contida furia**; vamos presenciar, serenos e inflexíveis, até onde chega a **vossa audacia**, até aonde vai a **vossa impudencia**, até aonde avança o **vosso descaro**. É curto e acanhado o repositório onde **exaraeis as vossas pasquinices**; é pequeno o receptáculo onde **lançais a vossa bilis**; os dias de **vossas iniquidades** estão contados. Portanto, **corifeus da calumnia e da discordia**, á vontade!! (...) **Convosco** não se pode ser indulgente. **Insultae, calumniae** – tendes a palavra...

Lucilio”

(Echo da Matta, n. 52, 2 junho 1904; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Lembrando, antes de mais nada, que esses e outros textos aqui reproduzidos, ou não, expressam atos de **interpelação** da instância interlocutora — “destinatário-alvo” e “receptor-público” —, pontuemos algumas das estratégias lingüísticas utilizadas pelos enunciadores em sua execução.

Conforme se viu acima, um dos recursos preferidos das duas alas oponentes incide sobre o aparato lexical empregado por elas, com o fito de demonstrar a insignificância, a

incompetência, a desonestidade do inimigo, o que servia para garantir a sua superioridade frente ao (e)leitor. Uma das ferramentas aprazíveis a ambas as partes era o uso de termos e expressões de teor ofensivo, afrontoso que, não raras vezes, extrapolavam a compostura, a decência. Muitos deles chegavam a ganhar relevo, espacial e funcional, aparecendo nos títulos introdutórios dos artigos. Dessa forma, eles serviam para anunciar, prospectivamente, a instituição/pessoa visada, o(s) fato(s) abordado(s), os atos — de defesa, ataque, contra-ataque, — produzidos, etc. Também depreciativas eram certas interpelações expressas através de epítetos, antonomásias, apostos, etc. que chegavam a atacar a vítima em sua vida pessoal.

O trecho abaixo, correspondente à primeira estrofe de um poema dirigido a político da facção adversária, fornece-nos uma idéia do recurso a esse tipo de arma:

(34) “De barro, de argilla tu és feito;
Ver e e pó que por esta terra arrastas...
Teu orgulho com isto se contrasta,
És da vareja o *simile* perfeito.
[...]
RAYMUNDO QUADROS”
(**O Povo**, n. 36, 18 jan. 1913) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

A propósito, o jogo de ataque feito com palavras “letais” nos remete ao discurso **lúdico**, um dos tipos constantes da classificação defendida por Orlandi (1986, 1987), acima mencionada. Em face disso, não nos enganemos com o tom afetuoso, terno, amigável de interpelações (no caso, embreadas) como “a nossa collega local” e suas variantes: “a apreciada collega local”, “a amável collega local”, “a (nossa) collega”, etc., utilizadas pelos dois Partidos. Conquanto, à primeira vista, parecessem traduzir um gesto de cordialidade, de fineza, de boas maneiras, no fundo, elas nada mais eram que expedientes destinados a ridicularizar, a insultar, a condenar o inimigo que lhes atacava, igualmente, com a mesma arma – a imprensa – , assim caracterizada por um dos jornais: “o instrumento que mais forte se pôz ao lado da legalidade para derrubar a prepotencia absurda de uma camarilha immoral que vinha desgovernando” a cidade (**O Povo**, n. 41, 9 ago. 1919 – Seção “O balancete”).

Em situações como essa, como em outras mais, era costume privilegiar o emprego de formas **embreadas**, no caso de ordem actancial, no qual se observa uma espécie de “desvio” de indicação gramatical, no qual se troca um elemento de 2ª pessoa por outro de terceira, na interpelação do enunciatário. Valendo-se de tal artifício, aqui já referido, cada um dos Partidos conseguia impor, dentre outras coisas, um certo distanciamento em relação ao seu

opponente, traduzindo, assim, para o (e)leitor — razão maior de tanto empenho combativo — a sua superioridade em relação ao inimigo.²⁶ Tal comportamento é explorado em trechos como o de abaixo, no qual o Dr. Agenor Ludgero Alves, então Presidente da Câmara, ora é interpelado diretamente, ora indiretamente:

(35) “ALTO LÁ!...”

Pela leitura de um editorial do jornal oficial do agenorismo, [...] depreende-se que a Câmara Municipal, em sua última reunião resolveu demitir do cargo de vice-presidente da mesma corporação, o vereador Cel. Antonio da Silva Araujo [...].

Quer o sr. Agenor ouvir um trecho do parecer do eminente Dr. Raphael Magalhães?

Aqui vahe.

[...]

Examine lá, sr. deputado, o volume XIV, á pag. 85, da sua Revista Forense e leia querendo, o accordam ora citado, que virá, estamos certos, trazer-lhe um novo dissabor na sua tristissima carreira politica.

[...]

Qual!... **o bacharel Agenor Alves**, depois do parecer do Dr. Mendes Pimentel, de outro parecer do Dr. Navantino Santos, na questão da empreza auto-viaria e desta ultima RATA de demitir o Vice-Presidente da camara, **deve mudar de profissão, pôr fóra os olhos e tratar de outras coisas mais uteis e mais de acordo com a sua capacidade.**

Há ainda por ahi, muita roça para capinar...”

(A *Epoca*, n. 42, 8 mar. 1925; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Até aqui, foram mostradas algumas das armas usadas pelas duas forças concorrentes para indicar, na materialidade lingüística, a interpelação do enunciatário pelo enunciador. Todavia, não podemos desconsiderar a *reversibilidade* entre essas duas figuras enunciativas, voltando o olhar, ainda que de um modo breve, para o modo de construção das réplicas por parte daquele, então investido no papel deste.

De um modo geral, adiante-se, as respostas, quer à guisa de auto-defesa, quer de contra-ataque, têm o mesmo tom de desrespeito, de menoscabo observado no espaço da produção. No fragmento abaixo, por exemplo, a resposta do interpelado — no caso, o jornal **A Epoca**, do Partido dos “Caranguejos” — caracteriza-se como um ato de crítica (e de resposta “na mesma moeda”), expresso metalingüística e intertextualmente, à má qualidade do estilo de linguagem do jornal **Renascença**, do Partido dos “Bacuraus”:

(36) (Sem título)

“Monteiro Lobato, escrevendo sobre a claresa do estylo, qualifica-o de servo, de escravo, que deve ter as qualidades dos bons serviçaes: brevidade, simplicidade, humildade, fidelidade,

²⁶ Não nos esqueçamos de que, dependendo do *status* do enunciatário, o emprego de formas “embreadas” serve para indicar um sentimento de respeito da parte do enunciador.

passividade; **ha porem** – continúa – **os servos mal educados, que ficam a maçar o leitor com exhibições alheias ao caso.** [...]

Será o grande autor do Urupês leitor da RENASCENÇA? **o estylo ali, é tudo quanto há de mais pernóstico, si estylo póde ser um mistiforio, uma embrulhada, verdadeiro angú de caroço mal arranjado.**

Pois foi numa dessas tiradas, dignas do Padre Vieira (de matal-o na certa, outra vez) que **os philologos da rua de lá**, disseram que ‘estamos DIFAMANDO (sic) a lingua patria e a sua respectiva grammatica’.

[...]

O interessante é que na mesma pagina, dentre outros escriptos de analyse mais difficil do que a dos Luziadas e da Nova Floresta, **diz lá textualmente o jornal local: ARREGIMENTA-SE OS BATALHÕES, ESTUDA-SE OS PLANOS.**

Si os grammaticos ou philologos da rua e do becco da cadeia, dão essas patadas na mãe...lingua, que faremos então nós, pobres estudantelhos, santo Deus!...”

(A *Epoca*, n. 41, 1º mar. 1925) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Esse exemplo, em que a resposta codifica, simultaneamente, atos de defesa e de ataque, configura-se como prototípico dessa situação de réplica, nos diferentes artigos dos jornais dos dois Partidos que tive a oportunidade de consultar.

3.4 Conclusão: “De farpa a argumento”

Na Introdução à obra **Atos retóricos**, Halliday (1988, p. 9), sua organizadora, afirma, sob o ponto de vista do enunciador, que “quem quer exercer influência usa da palavra para acusar ou defender, criticar ou enaltecer, explicar, propor e justificar realidades conhecidas ou pretendidas. Assim o fazem políticos, governos e organizações, no seu discurso cotidiano de sobrevivência”. Por outro lado, sob a perspectiva do enunciatário, assevera que “quem é governado, afiliado, liderado é também protagonista de *situações retóricas* e público-alvo do discurso dos que buscam, detêm e desejam manter poderes.”

Da parte da pesquisa aqui efetuada, percebe-se que essas e outras idéias da autora coadunam-se perfeitamente com o “problema” discursivo eleito como seu objeto, que enfoca uma situação de conflito político interpartidário, expressa em jornais também divididos entre si conforme a facção a que deviam servir. Daí, poder-se afirmar que a peleja levada a cabo por “Caranguejos” e “Bacuraus” constitui, por si mesma, um ato retórico, uma vez que motivado por um desejo comum a duas forças rivais: o do exercício do governo de Caratinga, acessível, pelo menos, em princípio, apenas a uma delas. Esse estado de competição explica, embora não justifique, penso eu, o *venenum* contido nas farpas — representantes metonímicas dos diferentes tipos de armas usados pelas duas correntes políticas — lançadas, em movimento recíproco, por ambas. Entendendo-se, tal como Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000, p. 4), que a argumentação compreende um conjunto de técnicas que permitem “provocar ou

augmentar a adesão dos espíritos às teses que são apresentadas ao seu assentimento”, pode-se concluir que os ataques de “Caranguejos” contra “Bacuraus”, e vice-versa, nada mais são que estratégias argumentativas por eles utilizadas — muitas vezes, de um modo exagerado, hiperbólico —, com o fito de arrebanhar eleitores para os seus respectivos partidos. Vistas em si mesmas, as próprias operações de ataque, réplica (em forma de defesa e/ou contra-ataque), tréplica e assim por diante instanciam atos retóricos que, por sua vez, apresentam um leque de variação determinado pelo tríplice alvo de suas intenções: a de preservação da face, a de aviltamento da face do inimigo e a da conquista de votos dos (e)leitores caratinguenses.

Neste capítulo, examinaram-se algumas das técnicas relacionadas com duas categorias de análise: a dos gêneros e tipos textuais vigentes no *corpus* selecionado e a do processamento da atividade enunciativa pelos seus protagonistas — enunciador e enunciatário, ou, nos termos de Charaudeau (1988), *sujeito enunciante* (que se encontra no espaço interno inscrito na “encenação do dizer”) e *sujeito destinatário*.

À guisa de síntese conclusiva, retomo, em momentos distintos, algumas das armas integrantes das duas grandes espécies de material bélico, com vistas a mostrar os tipos de argumento que engendram nas operações efetuadas pelos litigantes: de ataque, defesa e contra-ataque. Nesta seção, resgato a primeira categoria, a dos gêneros e tipos textuais. A segunda categoria — a atividade interlocutória — está reservada para a conclusão do capítulo seguinte, que completa, com o tratamento da instância da delocução, o tripé enunciativo.

Portanto, no que tange aos **gêneros**, a própria variedade propiciada pelo discurso jornalístico, já naquela época, e a força publicitária que lhe é própria são por si mesmas ferramentas argumentativas que, formadas de outras tantas, contribuíram para o sucesso de um ou de outro Partido, possibilitando a realização de seu tão alimentado (e disputado) sonho de domínio de poder da cidade do Caratinga. Conjugando, quase sempre, gêneros e tipos textuais diferenciados — correspondentes, de sua parte, a argumentos e atos de fala distintos (de crítica, acusação, queixa, solicitação, sugestão, injunção, promessa, agradecimento, desagravo, esclarecimento, etc.) —, os editoriais, as crônicas, as notícias, as cartas, os poemas, as quadrinhas e, até mesmo, a simples reprodução de matéria de cunho oficial — atas, relatórios, convocações, medidas governamentais, etc. — revelaram-se armas preciosas para o sustento e recrudescência do embate promovido, via imprensa, pelas duas forças políticas reinantes em minha cidade ainda criança.

Tendo em vista que, conforme comentário anterior, o editorial foi o gênero por excelência utilizado por ambas as facções em sua tentativa recíproca de eliminar um ao outro, optei por utilizá-lo como ponto de referência destas considerações conclusivas, às quais cabe

mostrar o teor/poder argumentativo das categorias de análise abordadas neste capítulo. Para tanto, transcreve-se, abaixo, um conjunto sequencial de excertos desse gênero, nos quais se observa um revezamento entre os jornais então circulantes dos dois partidos, em torno de um mesmo assunto/fato registrado por um deles: **A Epoca**, do Partido dos “Caranguejos”.

Para fazê-lo, levei em consideração, *en passant*, a classificação tipológica propugnada por Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000), recortando, principalmente, a parte relativa aos argumentos *quase-lógicos*, que, segundo eles, embora sigam os padrões do raciocínio lógico, na verdade, não têm o mesmo rigor nem o valor conclusivo deles, admitindo, pois, refutações. No *corpus* em questão, merecem especial atenção os que se caracterizam como de: a) ataque; b) defesa e contra-ataque; c) réplica (contra-ataque e defesa); d) trélicas (de contra-ataque e de novo ataque). Conforme se pode constatar nos excertos tomados como exemplo, os próprios títulos que encabeçam os editoriais atuam como argumento, uma vez que, ao fazerem eco — de uma forma integral ou parcial — ao primeiro artigo publicado, acabam despertando a curiosidade do leitor, que busca acompanhar mais uma das quizilas entre as duas correntes inimigas, ansioso por conhecer o seu desfecho. Eis, pois, os dados:

(37) a- **Ataque: Partido dos “Caranguejos”**

“Apoio valioso

Conhecedor do assumpto [transferência do Dr. Agenor Alves do Partido dos “Caranguejos” para o dos “Bacurus”] pela leitura dos nossos editoriaes, sabendo quem é o nosso Director [Cel. Silva Araújo] e informado seguramente da triste personalidade do tristissimo deputado local, o valoroso “Correio de Minas” estuda em palavras de fogo, o ambiente politico d’ esta terra.

[...]

Combate o “Correio” a prepotencia do regulo caratinguense, os seus arreganhos de força para amedrontar o povo e irmanar-se no dominio da politica local.”

(**A Epoca**, n. 37, 25 jan. 1925)

Outros argumentos: testemunho (contra o Dr. Agenor); ilustração/exemplificação (atitude do deputado); autoridade (enaltecimento do *ethos* do Cel. Silva Araújo); desfazimento da face ou *ethos* do inimigo (por insultos dirigidos ao Dr. Agenor), etc.

b- **Defesa e contra-ataque: Partido dos “Bacurus”**

“APOIO VALIOSO?”

“Publicou a coleguita local “airosa e donairosa” uma varia com a mesma epigrafe que encima estas linhas e na qual, mais uma vez, envereda-se pelo caminho bifurcado e escuro de seu decantado “programa patriotico”, barallhando, mentindo, difamando.”

(**Renascença**, n. 299, 10 fev. 1925)

Outros argumentos: ironia (por qualificação de sentido oposto contra o jornal **Renascença** - *pathos*); por autoridade (engrandecimento do *ethos* do Cel. Silva Araújo); desfazimento da face do destinatário-inimigo (por meio de desmentidos e denúncias), etc.

c- **Réplica**: Partido dos “**Caranguejos**” (Contra-ataque e defesa)

“**Apoio valioso**

Do seu silencio tumular, levantou-se o órgão do agenorismo, para responder ao nosso editorial com o titulo acima. [...]

Ora, senhores do “Renascença”. Há aqui nesta boa terra de Caratinga, um coronel também que, um dia, foi cercado por um sujeitinho [Dr. Agenor Alves] que começou a agrada-lo de todos os jeitos e modos.”

(**A Epoca**, n. 40, 22 fev. 1925)

Outros argumentos: ironia (contra o jornal **Renascença** - *pathos*); ilustração/exemplo (Cel. Silva Araújo); autoridade (por engrandecimento do *ethos* do Coronel, chefe dos “Caranguejos”); desfazimento da face (por insulto ao chefe do partido contrário), etc.

d- **Primeira tréplica** : Partido dos “**Bacuraus**” (Contra-ataque)

“**O APOIO...**

Mais uma vez nos foi dada a grande, a ineffavel alegria de presenciar, por ocasião da ultima distribuição de correspondencia na agencia desta cidade, que, o decantado “APOIO” [...]continua a ser “ministrado” aos da grey ou credo politico, em boas e bem apreciaveis dosagens.

Isso nos leva a felicitar calorosamente ao “major” lá da Princesa [Juiz de Fora], pois, conhecendo como conhecemos toda a sua voracidade, toda a extensão e profundidade da sua guela, dá-nos a certeza de que os cobres do homem da Itauna²⁷, aqui de Caratinga, continuam a ser canalizados para as suas algibeiras, paulatinamente.”

(**Renascença**, n. 302, 5 mar. 1925)

Outros argumentos: auto-ironia (em relação aos próprios sentimentos); testemunho (relativamente à “má fama” do “major” Estêvão, responsável pelo artigo); dedução lógica (relativamente à suposta ação do major); desfazimento da face (*ethos*) do referido, etc.

e- **Segunda tréplica** : Partido dos “**Bacuraus**” (Novo ataque)

“**O APOIO...**

Essa coisa, esse producto hybrido de imaginação senil ou puer...il – como melhor o queiram tomar ou traduzir os nossos leitores – e que, entre nós ficou tristemente conhecido por apoio ao partido Silva Araujo, terà, parece-nos, muito breve, o seu epilogo.

[...]

E o epilogo de toda essa pouca vergonha – que outro nome não nos merece – partirá do proprio sr. Estêvão, que não está resolvido a prestar o concurso de sua intelligencia, fabricando apoios e mais apoios a troco de ... brisas. [...]”

(**Renascença**, n. 305, 15 mar. 1925)

Outros argumentos: ironia (em relação ao anunciado “apoio” por parte do jornal de Juiz de Fora, ao partido dos “Caranguejos” e ao apoiante, Sr. Estêvão); por pressuposição (a atitude a ser tomada pelo Sr. Estêvão), etc.

²⁷ Referência à pedra Itaúna, um dos marcos geográficos da cidade, que fica nos limites da propriedade do Coronel Antonio da Silva Araujo.

Certamente, a par das estratégias aqui salientadas, um sem-número de outras compõe o aparato argumentativo bélico construído pelos dois Partidos oponentes. Muitas delas — como a ironia, sátira e metalogismos em geral; a alusão; a seleção lexical; o recurso à autoridade; as exclamações e expressões de valor interjetivo; os períodos tensos; as reiteraões, gradações, antíteses, reticências, etc. — constituem recheios mais ou menos “picantes” do arsenal bélico até agora apresentado.

No dever de complementá-lo, finalizemos esta análise, abordando vozes *externas* ao ato enunciativo propriamente dito, correspondentes, no caso, à instância delocutiva — componente “não-pessoa” do tripé básico do processo da enunciação —, bem como a vozes terceiras, agregadas, com intenções várias, à escrita dos enunciadores-redatores dos jornais dos dois Partidos em desavença.

**4 “OLHO POR OLHO, DENTE POR DENTE”:
FARPAS DELOCUTÁRIAS E INTERTEXTUAIS LANÇADAS
POR “CARANGUEJOS” E “BACURAUS”**

Ao inimigo afaga-se ou destroe-se.
In: **A Epoca**, n. 23, 19 out. 1924.
Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Mortus est pintus in casca.
In: **O Povo**, n. 29, 1º fev. 1914.
Jornal do Partido dos “Bacuraus”

4.1 Introdução: “*In cauda venenum*”²⁸

Segundo Maingueneau (1997, p. 41), “a *enunciação* constitui o *PIVOT* da relação entre a língua e o mundo”, uma vez que “permite representar os factos no enunciado, constituindo ela própria um facto, um acontecimento único, definido no tempo e no espaço” (grifo do autor).

Depois de examinar, em capítulo especial, algumas das armas verbais empunhadas, via imprensa, pelos dois partidos políticos — primeiros de Caratinga —, nos campos do gênero textual e da ação enunciativa, procurei, no presente, concentrar-me no “mundo” do enunciado, levando em conta os “factos” nele e por ele expressos e os co-textos nele enxertados. Em outras palavras, ative-me, aqui, a investigar até que ponto “Caranguejos” e “Bacuraus” tiraram proveito da instância do **referente** e dos discursos emprestados de celebridades de diferentes áreas do conhecimento como as da filosofia, literatura, história, ciência da linguagem, etc., que se configuram, juntamente com personagens de textos ficcionais nesse contexto como vozes **intertextuais**.

No primeiro caso, da esfera **delocutária**, não é de estranhar que, numa situação de disputa ferrenha entre facções políticas rivais, desejosas de obter o aval dos eleitores, o seu ocupante coincida com o ser instituído, representativamente, ou não, como enunciator, em dois tipos diferentes de inter-relacionamento: um, de consenso e outro, de dissenso intrapartidários. Como resultado dessa bifurcação, temos, pelo menos, a concretização lingüística de dois atos contrários entre si: o de defesa e/ou encomiasmo, e o de ataque, mais, ou menos, agressivo. Os excertos abaixo, transcritos do *corpus* aqui constituído, dão- nos, respectivamente, uma idéia acerca dessas alternativas de grande ocorrência nos jornais dos partidos litigantes:

(1)

“O PASSADO E O FUTURO

[...]

Esta terra que ainda não conhecera o grito do Ypiranga senão atravez das historias do Brasil, esta terra viu-se de um momento para outro integralizada definitivamente no territorio brasileiro, com a dupla felicidade de ver os seus destinos entregues **às mãos criteriosas e honradas do venerando cel. Antonio da Silva Araujo**. Respira-se pois agora o ar vivificante da liberdade, gosando cada cidadão de todas as garantias que a lei lhe faculta, **sob a serenidade e a isenção de ánimo de auctoridades justas e corretas**. [...]²⁹

(*Renascença*, n. 69, 24 fev. 1920; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

²⁸ Aproveitamento de expressão usada em texto (sem título) publicado no jornal **A Época**, n. 4, de 1º. De junho de 1924.

²⁹ Entenda-se, aqui, que os elogios são extensivos ao Dr. Arthur Bernardes, então Presidente do Estado de Minas Gerais.

(2) **“Mais uma falcatrua**

[...]

Não podem ter outra carapuça os **chefetes nepoticos da pseudo-oposição** [Partido dos “Caranguejos”]. [...]. **Pseudo-oposição de chefetes nepoticos**, dizemos, porque é **uma oposição que não tem força a opor e um partidinho que se compõe de uma família** [Silva Araújo].”

(**O Povo**, n. 41, 16 maio 1913; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

No que tange à polifonia composta por **vozes intertextuais**, são de grande representatividade segmentos como o reproduzido abaixo, no qual se verifica a incorporação, em forma de discurso direto, da voz literária de Alexandre Herculano:

(3) **“SIGNIFICATIVO PROTESTO”³⁰**

[...]

Não fora, no assumpto, a nossa completa e alias memoravel victoria e esse documento, por si só, demonstraria até á evidencia — tanto a plenitude da nossa rasão e a verdade de nossa franquesa, quanto a negrura da calumnia e a cobardia do insulto de nossos gratuitos detractores, cujos nomes não queremos e nem precisamos repetir, por que nos versos immortaes do grande Alexandre Herculano,

É tempo d’olvidar odios profundos

De guerra deploravel.

O forte é generoso, e deixa ao fraco

O ser inexoravel.”

(**Echo da Matta**, n. 52, 9 dez.1906; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Depois desse preâmbulo, anuncie-se o plano organizacional observado na estruturação deste capítulo, dedicado à análise de mais duas categorias que ajudaram a compor o arsenal de expedientes empregados por “Caranguejos” e “Bacuraus”, em sua longa competição verbal em torno do poder. Procurando seguir de perto o roteiro observado no capítulo anterior, este acabou apresentando o seguinte perfil:

a) numa primeira parte, reservada para as considerações de ordem teórica, enfocou-se, inicialmente, a instância da delocução, terceiro componente do tripé constitutivo do “aparelho formal” da enunciação — para me valer do quadro de Benveniste (1989) — e, posteriormente, algumas das vozes intertextuais aproveitadas por ambos os partidos na construção da trama polifônica que ajudou a compor o aparato bélico por eles construído;

b) numa segunda parte, destinada à análise do *corpus*, propriamente dita, examinaram-se, à luz do caminho teórico escolhido para tanto, alguns dos tipos de arma empunhados pelas duas partes rivais, tanto no campo da delocução, quanto no da intertextualidade, uma das

³⁰ Nesse artigo, já mencionado no capítulo anterior, o Partido dos “Bacuraus” procura defender o Juiz de Direito da cidade, Dr. Feliciano José Henriques, das calúnias que foram lançadas contra ele pela facção dos “Caranguejos”.

estratégias mais recorrentes na trama polifônica tecida nos diferentes artigos selecionados para estudo;

c) por fim, como fecho do capítulo, procedeu-se a uma avaliação do *status* argumentativo das duas categorias abordadas, vistas em seu todo e, também, em suas técnicas internas próprias.

4.2 As “manhas” da delocução e da intertextualidade: considerações teóricas

4.2.1 A esfera da delocução: “Quem é *elle*?...”³¹

Pelo que se sabe, Émile Benveniste foi, provavelmente, o primeiro lingüista a desenvolver um modelo de análise da língua voltado para o processo da enunciação, já incorporado nos estudos feitos por Mikhail Bakhtin (1929/1987). Conforme visto anteriormente, tomando como base duas correlações, a de *personalidade* e a de *subjetividade*, esse autor distingue as seguintes oposições entre os co-participantes da cena enunciativa, actantes e não-actante:

a) no que tange à primeira, a separação entre “*eu/tu*” — pessoas integrantes do nível pragmático da linguagem, definidas no interior do discurso — e “*ele*” — elemento que, desprovido da característica de pessoa — pertence ao nível sintático, pois combinada com uma referência objetiva e independente da instância enunciativa de que faz parte;

b) no que toca à segunda, correlação de *subjetividade*, a separação entre “*eu*” x “*tu*”, sendo “*eu*” interior ao enunciado, exterior a “*tu*” e transcendente a ele.

No estudo que fazem da proposta de análise defendida por Benveniste (1988, 1989), Flores e Teixeira (2005, p. 39) concluem que, no plano do enunciado, existe uma ligação entre a dêixis e a categoria de pessoa, ou seja, o paradigma “*eu/tu*”, bem como entre os elementos não-dêiticos e a não-pessoa, ou seja, o paradigma do “*ele*”.

Na análise aqui empreendida, optei por focar, em capítulos separados, os dois tipos de correlação, atendo-me, primeiramente, no Capítulo 3, à esfera da “pessoa” — subjetiva e não-subjetiva — e, posteriormente, à de “não-pessoa”, tratada no presente capítulo juntamente com o processo de preenchimento do espaço da delocução por entidades que, revestidas de autoridade, são também externas ao agenciamento do ato enunciativo propriamente dito.

Caso levemos em conta que, para Benveniste (1988, 1989), a enunciação resulta de um ato de apropriação da língua pelo locutor que, por sua vez, instaura o outro, alocutário, no

³¹ In **Echo da Matta**, n. 30, 4 de fevereiro de 1906. Lead da Seção “Ainda os calumniadores” – jornal dos “Caranguejos”.

emprego que dela faz, podemos concluir que o processo de referenciação está coligado ao da enunciação. Nesse caso, vale esclarecer, não se trata, na opinião de Benveniste, de uma mera referência ao mundo externo, mas de uma relação entre os dois, mediada pelo sujeito. Daí a sua crença de que “se o ‘sentido’ da frase é a idéia que ela exprime, a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar” (BENVENISTE, 1988, p. 231).

Aluno de Benveniste, Oswald Ducrot levou em frente alguns de seus ensinamentos, dentre os quais a vinculação do estudo da linguagem ao processo da enunciação. Em sua obra **O dizer e o dito**, datada de 1987, ele se opõe à concepção de unicidade do sujeito, desenvolvendo uma noção propriamente lingüística da “teoria da polifonia”, a partir do célebre estudo de Bakhtin sobre a poética de Dostoievski. Nela, aquele lingüista defende a idéia de que é possível identificar diferentes tipos de manifestação do sujeito da enunciação no sentido do enunciado. Uma das implicações disso é que a enunciação pode ser atribuída a um ou mais sujeitos, dentre os quais se distinguem os locutores e os enunciadores, figuras cujas designações não correspondem às que aqui se adotaram, uma vez que o locutor é considerado como o ser responsável pela produção do enunciado, e o enunciador, como aquele que tem registrado o seu ponto de vista.

Nas trilhas de Ducrot (1987) — que se ateve apenas à polifonia manifestada na instância actorial, do locutor e do alocutário —, Bittencourt (1995) procura estendê-la à esfera do referido, ou delocutário, mostrando que, do mesmo modo que aqueles, este admite desdobramentos tanto de ordem interna quanto externa. Assim, no nível **interno** ao referente propriamente dito, temos desmembramentos como:

a) um **delocutário-como-tal**, objeto do discurso, indiciado, lingüisticamente, pela terceira pessoa (Exemplo: “Caratinga já é uma cidade de cinco mil habitantes [...]” – **Renascença**, n. 72, 28 mar. 1920);

b) um **delocutário-pessoa-do-mundo**, considerado no espaço do mundo exterior. (Exemplo: “Character adamantino e impolluto, honesto a toda prova, verdadeiro continuador das grandes virtudes de sua familia, [...] o Dr. Agenor, no espaço de tempo que occupou a cadeira de Promotor de Justiça desta comarca, deixou um largo sulco de sua accção efficientissima nesta terra.” – **Renascença**, n. 103, 14 nov. 1920).

A par dessa multiplicação, encontramos outras que ultrapassam as fronteiras dessa instância, conjugando-a com as duas outras responsáveis pela produção do ato enunciativo, quais sejam, a do enunciador e a do enunciatário. Assim, nesse nível “**inter-instancial**”, observam-se combinações do seguinte tipo:

a) a do **delocutário-enunciador**, em que se verifica a incorporação do discurso de referidos [+humano] na instância pessoal e subjetiva do enunciador (Exemplo: “O escritor francez Henri Lavedan disse, em outras palavras, que Portugal não é conhecido.” – **Povo do Caratinga**, n. 41, 30 set. 1917);

b) a do **delocutário-enunciatário**, em que, através de artifícios como o da “embreagem”, o delocutário é confundido com o enunciatário e vice-versa (Exemplo: “Nas desprezenciosas linhas que ahi ficam não desejamos que alguém vislumbre a menor intenção de susceptibilisarmos a nossa apreciada collega “A Renascença”; o nosso unico e principal intuito é desobrigar-nos do cumprimento de um dever a que não poderíamos nos furtar.” – **Povo do Caratinga**, n. 48, 22 dez. 1918).

Nesse quadro de mutações, lembremo-nos, ainda, dos inúmeros casos em que o enunciador se manifesta, num movimento de auto-referenciação, na instância do referido, ou nela instaura o seu interlocutor (Exemplos: a) “A penna do humilde tracejador destas linhas, como redactor, se verga impotente para delinear em traços firmes e bem lançados, os serviços prestados por esse distincto moço [...]” – **Renascença**, n. 281, 28 set. 1924; b) “Em face deste silencio do Conselho Municipal, não sabemos o que pensar, ficamos todos na maior perplexidade [...]. Attenda-nos a Camara, cumpra o seu dever, para não estarmos a pregar no deserto.” – **Renascença**, n. 87, 30 maio 1920).

Para finalizar esse breve quadro em que se procurou dar uma idéia a respeito do jogo de mudanças e “troca-trocas” que atingem a instância do referido, cumpre-me chamar a atenção para o fato de que, na verdade, tanto ele quanto a intertextualidade, abordada a seguir, nada mais são do que algumas das manifestações — de força argumentativa — de um processo de âmbito maior, que é o da heterogeneidade lingüística.

4.2.2 A esfera da intertextualidade: “*Hodie mihi, cras tibi!*”³²

Segundo reconhecem Charaudeau & Maingueneau (2004, p. 388), “encontramos o termo ‘polifonia’ em muitos contextos diferentes e com muita freqüência com acepções mais ou menos intuitivas ou impressionistas”, o que se explica, na opinião desses autores, “pela maleabilidade da noção, intuitivamente compreensível”. Adotada e adaptada por pesquisadores lingüistas e analistas do discurso, “com freqüência, a polifonia intervém para tratar de problemas associados às diversas formas do discurso citado (ou representado)” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 387).

³² In **O Povo**, maio de 1912.

Estudando, assim como vários outros teóricos, as marcas lingüísticas dos diferentes naipes que se instauram nas instâncias envolvidas na produção do ato enunciativo, Koch (1998, p. 50–57) destaca as seguintes, que serviram de ponto de referência para a escolha das que tentamos aplicar na detecção e apresentação das vozes intertextuais exploradas no *corpus*:

A- No nível do enunciatário

a) o discurso relatado em estilo direto, indireto e indireto livre, em que o primeiro consubstancia um caso de polifonia fraca, uma vez que há um emissor único, mas enunciadores diferentes, a quem se atribui a responsabilidade da fala.³³ As vozes desses locutores são lingüisticamente demarcadas pela dupla enunciação, através de formas de primeira pessoa, indiciadoras de locutores distintos, sendo o emissor propriamente dito responsável pelo enunciado total e o enunciador reportado, por uma parte do enunciado. Já no discurso indireto, no qual o enunciador atua como tradutor de outro, a fronteira entre os locutores se mostra mais obscurecida, uma vez que o enunciador incorpora a fala do outro, sem lhe atribuir uma responsabilidade precisa. Nesse caso, o mais comum é que os modalizadores demarquem a perspectiva de quem fala. Finalmente, no discurso indireto livre, de polifonia não-marcada, o enunciador se manifesta por meio de perspectivas enunciativas diferentes sem demarcá-las – o que resulta numa duplicidade de perspectivas, ou numa mistura de vozes de dois enunciadores, na qual um assume a rejeição de um ponto de vista do outro;

- b) as citações;
- c) as referências;
- d) a argumentação por autoridade, etc.

B- No nível do enunciador

i- Com adesão do locutor

- a) a pressuposição, em que o Enunciador 1 (E1) é responsável pelo pressuposto, e o E2, pelo conteúdo posto;
- b) o parafraseamento, com a presença do intertexto;
- c) a argumentação por autoridade, indiciada por provérbios, ditos populares, que refletem a cultura e os valores de um povo;

³³ Para Bakhtin (1987), o discurso relatado configura-se como uma relação dinâmica de um discurso com outro, constituindo-se, pois, numa estratégia bicefálica (discurso “citante” e discurso citado).

d) enunciados introduzidos pela expressão *não só ... mas também*, em que *não só* introduz a fala do locutor;

e) o uso metafórico do futuro do pretérito (não se assume a responsabilidade do dito), as expressões *parece que*, *segundo X*, que indicam posicionamento pessoal, etc.

ii- Sem adesão do locutor

a) a antífrase; b) a alusão; c) a imitação; d) a reminiscência; e) a ironia; f) a negação; g) as formas de conotação autonímica (expressas em itálico, entoação específica, comentário, glosa, ajustamento, remissão a outro discurso, etc.)

Na análise do *corpus* aqui constituído, já foi possível perceber que grande parte desses recursos faz parte do armamento produzido por “Caranguejos” e “Bacuraus”, no intento de enredar o leitor no jogo interlocutório por eles gerenciado. Afinal, a invasão das diferentes instâncias enunciativas cria uma trama polifônica, que serve de estratégia para disfarçar o princípio autoritário de seu discurso .

Um último esclarecimento a fazer é que, na aplicação desse quadro de descrição e análise das estratégias de apropriação do discurso do outro — determinantes de polifonia —, optei por seguir, na medida do possível, a orientação de Charaudeau (1983), voltando o meu olhar não só para o nível lingüístico e semântico, privilegiados por Ducrot (1987), como ainda para aspectos extralingüísticos. Com isso, tal como aquele autor, procurei conferir a mesma importância tanto à dimensão interna do texto, de objeto de significação lingüística, quanto à sua dimensão externa, de objeto psicossocial, pertencente a uma cultura e estabelecido em situações particulares de ocorrência, num contexto histórico-social.

Veja-se, pois, como instrumental bélico, a instalação de vozes terceiras no discurso litigante produzido por “Caranguejos” e “Bacuraus”.

4.3 As “manhas” da delocução e da intertextualidade: aplicação ao *corpus*

4.3.1 Primeiro contingente: a instância do referido

4.3.1.1 Considerações preliminares

Um dos problemas terminológicos que costumamos enfrentar é o que concerne à diferença entre *referência* e *referente* (ou *referido*). Em seu **Dicionário de análise do discurso**, Charaudeau & Maingueneau (2004, p. 418-419), consideram que “a **referência**

designa a propriedade do signo lingüístico ou de uma expressão de remeter a uma realidade”, ao passo que “o **referente** é a realidade que é apontada pela referência”. No que tange a essa última, os autores costumam identificar diversos tipos de variantes, segundo pontos de vista diferentes. Para Benveniste (1989), por exemplo, um elemento lingüístico pode referir tanto nos termos da situação de enunciação na qual figura, quanto nos termos de sua objetividade e autonomia. Essa repartição corresponde, em termos da marcação lingüística, à distinção entre *referência dêitica* e *referência anafórica*, sendo a primeira associada ao ato da enunciação, e a segunda, ao enunciado que dela resulta.

Neste capítulo, focalizou-se, especificamente, a segunda, relacionada com a instância da delocução, na qual encontramos um leque variado de lexemas que servem como arma de combate ao inimigo. Exemplo:

(4)

“**Bem rirá**

[...]

O deputado local [Dr. Agenor Alves] nunca supportou a notavel e indiscutivel influencia do Cel. Antonio Fernandes [do Partido dos “Caranguejos”], quer no eleitorado deste município, quer perante as figuras mais representativas da alta politica.

Era mister ao deputado **desta infeliz terra** dar o ultimo golpe no bernardismo [...]

Agora porem, não quer o **homenzinho que tem mais eleitores que o céu estrellas**, o reconhecimento do candidato victorioso. [...]

(*A Época*, n. 26, 9 nov. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Em face desse caleidoscópico semântico-pragmático, não é de estranhar a multivocidade encontrada no espaço do delocutário, de que se revelam, a seguir, alguns tipos de manifestações.

4.3.1.2 Desdobramentos vocais

Conforme não poderia deixar de ser, numa situação de guerra como a investigada, a instância do **referido** (ou do delocutário, conforme prefere DUCROT, 1987) tem como seu representante lídimo o Partido político opositor, alvo central da operação de guerra desenvolvida pelo “interlocutor” concorrente. Ligadas a duas práticas sociais distintas — política e jornalística —, ambas as alas são, conforme já visto, referidas, em seus respectivos jornais, ora na condição de Partido político *per se*, ora na da instituição jornalística que as representa, ora na de seu porta-voz-redator — fixo ou fortuito —, ora na de pessoas mais, ou menos, comprometidas com uma delas, ora, ainda, na condição de ser coletivo, (e)leitor, ou não, caratinguense, ou não.

No que toca à relação estabelecida no âmbito dos Partidos políticos, dos jornais e, até mesmo, de seus redatores, constata-se a realização de dois processos distintos de referenciação e, por conseguinte, de marcação lingüística: um, de **auto-referenciação** e outro, de **altero-referenciação**, conforme nomenclatura adotada por Bittencourt (1995, 2005). Os segmentos abaixo correspondem, respectivamente, a essas alternativas, que envolvem, repita-se, a instituição “partido-político”:

(5) Exemplo de auto-referenciação

“RENASCIMENTO

[...]

Livre da antiga situação [quatorze anos de dominio dos “Bacuraus”], Caratinga, dando hoje nova feição á sua vida politica e administrativa, trata exclusivamente de reorganizar, realizando plenamente o seu objectivo de trabalho e de progresso, ao envez de se anular em inuteis contendas esterilizadoras.

Despertados da lucta tremenda, em que se empenharam para a salvação do municipio, os seus actuaes dirigentes já se compenetraram dos seus deveres e tratam, agora de reerguer moral e materialmente a sua terra.

[...]

Com essas praxes sadias no departamento municipal, a par da tolerancia politica que caracteriza a situação dominante, no respeito do adversario e na garantia legal a todos, igualmente, Caratinga, já pela feracidade miraculosa do seu solo dadivoso, já pela energia de seus habitantes, está fadada ao mais brilhante futuro.

(Renascença, n. 77, 2 maio 1920; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

(6) Exemplo de altero-referenciação

“FARÇA E CALUMNIA!

[...]

De resto, essa farça, – salvando excepções rarissimas, aliás honrosas – nada mais é do que, em synthese, a expressão fiel, – a entidade phisica e moral de **uma facção** [Partido dos “Caranguejos”] **cahida, desmoralisada, embusteira, repulsiva, morta!**

Ré mandante e mandataria de todas as infamias e miserias locaes de outr’ora, entre cuja ruina se abysmou moralmente para sempre, – que admira, pois, que da larva immunda em que jaz sepulta, resmungue ainda uns rigidos de rancor e despeito impotentes, que para uns são miserias e para outros comedia?...”

(Voz da Matta, n. 19, 8 ago. 1909; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Pelo que se pode notar, com tal perfil, o quadro de personagens que transitam pela instância do referido apresenta certo grau de previsibilidade, tanto no que diz respeito à identificação de seus participantes, quanto no que se refere ao modo como são consideradas a auto e a altero-referenciação, na materialidade lingüística, a saber: positivamente, no primeiro caso, e, negativamente, no segundo, conforme ilustrado acima e em outros tipos de material aqui expostos.

A seguir, indicam-se, com a devida comprovação empírica, os “freqüentadores” mais assíduos do espaço delocutário, tal como distribuídos em dois grandes grupos: um, de carácter

institucional — Partido político, jornal, órgãos governamentais, órgãos jurídicos, etc. —, outro, de caráter personalizado, ou seja, formado de pessoas tomadas individualmente. Em alguns casos, foi, também, levada em conta a atitude — de respeito ou de desdém — assumida pelo redator-enunciador.

4.3.1.2.1 *O contingente participante*

A- Delocutário institucional

a- *Partido político e jornal*

(7) “A nossa campanha

Motivou o nosso aparecimento a necessidade palpante que se fazia sentir no nosso meio de uma folha que puzesse a nú as arbitrariedades, as prepotencias, as iniquidades, os erros, os desmandos praticados por uma politiquice desenfreada [Partido dos “Bacuraus”] **que, de certo tempo a esta parte, vem infelicitando o nosso municipio, conduzindo-o, inexoravelmente, para o abysmo.**

Há entre os proprios adversarios do **P. R. M. local** [Partido dos “Caranguejos”] muita gente que bate palmas á nossa attitude, reconhecendo-a tão legitima como as que mais possam ser.

Dizemos adversarios do P.R.M. local, porque ninguem ignora que o municipio está dividido, como sempre esteve e nunca deixará de estar, **em duas facções politicas oppostas que o povo conhece pelos nomes de guerra — CARANGUEJOS (os do P.R.M) e BACURA’OS.**”

(A *Epoca*, n. 33, 19 out. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

b- *Câmara Municipal de Caratinga*

(8) “O BALANCETE

[...]

As leis que regem a **nossa Camara** determina [*sic*] a publicação trimestral da receita e despesas effectuadas nesse periodo de tempo, mas essa norma de conducta jamais foi praticada pela politica decahida, uma vez que era preciso encobrir os rombos que os ratos causavam nas arcas do thesouro municipal, produzindo-lhe o depauperamento completo. [...]

(*Renascença*, n. 41, 3 ago. 1919; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

c- *Tribunal da Relação do Estado de Minas Gerais*

(9) “**Supressão da Comarca do Caratinga**

Está de lucto a Alma generosa do Povo de Caratinga”

O **Tribunal da Relação do Estado de Minas Gerais** houve por bem remover d’aqui o illustre e querido magistrado Dr. Feliciano José Henriques, preclaro e recto Juiz de Direito da comarca, e, assim, supprimir esta mesma comarca, que é este colosso de 2.025 leguas quadradas, com mais de 150.000 habitantes laboriosos, ordeiros, pacificos.

[...]

Mas a **Egreja Camara da Representação** apenas vio, ou parece que vio, a pseudo-representação e por ella se houve em sua decisão soberana. [...]

(*O Povo*, n. 9, 4 ago. 1912; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

B- Delocutário individual

a- *Autoridades governamentais, administrativas, políticas, judiciárias, etc.*

i) *Benquistas pelo partido/jornal*

(10) (Sem título)

“Arthur Bernardes, o eminente brasileiro que com raro brilhantismo e inexcédível fulgor dirige o grande Estado que lhe é berço, e que com tanta dedicação e amor tem trabalhado para o seu engrandecimento, Arthur Bernardes, o illustre e criterioso presidente de Minas, faz annos hoje.

[...]

A sua individualidade impressiva e forte, robustecida na fé viva de que trabalhar para o engrandecimento do seu paiz constitue o maximo de dever de todo brasileiro; a sua individualidade de rija tempera tem se imposto de tal fórma no conceito de todos que o seu nome è pronunciado a cada instante como o verdadeiro estadista, o verdadeiro homem capaz de arcar com a durissima responsabilidade de guiar um povo na senda do progresso e da civilisação. [...]

(*Renascença*, n. 42, 8 de agosto de 1919; grifos meus) – Jornal do Partido dos “*Caranguejos*”

ii) *Malquistas pelo partido/jornal*

(11) “Ao Trampolineiro

Minuciosamente, e descendo de minha dignidade, venho ligeiramente mostrar ao publico, quem è o **sandeu togado** que acode pelo nome de Antero Rodrigues Chaves, “**porem sem fechadura**” em cujo **phisico tramposo e epileptico, vêm-se estampados [sic] suas excelentes qualidades**. [...] ‘Vamos! Bom dia, Antero. Já tens mais sangue? Estás arisco; não vens vender a tua palhoça que o Antoniquinho da Silva e outros com ella obsequiaram-te? **A tua mascara negra** será arrancada no campo da verdade.’

[...] não passas de **um macaco** que dança ao toque do pandeiro do teu velho cigano e amigo Vergílio [Cel. Silva Araújo]. [...]

Fernando Josè de Sousa”

(*O Povo*, n. 2, 18 maio 1912; grifos meus) – Jornal do Partido dos “*Bacuraus*”

b- *Cidadãos comuns*

i) *De Caratinga*

(12) “LADROEIRA A VALER

Silverio Januario da Silva e o **Silvestre Augusto Moreira** dão-se intimamente, são amigos para tudo, até para roubar.

Ora, deu-**lhes** na telha na noite de 16 para 17 de andarem por ahi, cidade em fóra, a gozar da placidez luminosa da noite enluarada.

Houve apenas uma differença.

Elles não gostam de passar pelas ruas. Eis porque, **andaram** pelos quintaes e coradouros de roupa.

E não **perderam** o tempo.

Açambarcaram quanta roupa **puderam**. Pudera! E’ tão intenso o frio e as cousas andam tão bicudas... Mas o Cap. Bernardino Coelho, activo delegado de policia, arranjou uma *canôa* e... zas, abischoitou com **os passarinhos** na gaiola.”

(*O Povo*, n. 7, 18 maio 1912; grifos meus) – Jornal do Partido dos “*Bacuraus*”

ii) *De outras localidades*

(13) “Pagodes...”

Nas cidades do interior, quando alguém ou algumas pessoas desejam mostrar a satisfação, a alegria que lhes vae n’alma por um acontecimento qualquer, é costume soltarem-se algumas duzias de foguetes, fazendo-se tambem ouvir uma charanga.

Conta-se que em certo logar de Minas, existia **um individuo** [Dr. Agenor] que se ausentava por longos meses do recanto em que morava.

Ao regressar á terra amiga, gostava de ser recebido com estardalhaço e, com a devida antecedencia recommendava aos seus amigos que preparassem uma bruta manifestação.

Meia legua antes da chegada ao povoado uma sentinella avançada soltava os primeiros foguetes – grito de alarme – para a realização da manifestação encomendada.

Max”

(**A Epoca**, n. 20, 28 set. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Obviamente, assim como ocorre com as figuras discursivas actoriais, o papel de referido pode ser executado por entidades coletivas, que perfazem um âmbito mais ou menos restrito, chegando a outros de maior amplitude. É o que se pode constatar em passagens como as de abaixo, em que o emissor, dirigindo-se ao receptor, busca se revestir de maior autoridade, fazendo alusão ao modo de proceder do povo, de que, até mesmo, acata as lições recebidas:

C- Delocutário coletivo

a- Povo do Caratinga

(14) “**CERTEZA QUE CONFORTA**

[...]

O que mais nos interessa, o que mais interessa **o municipio**, é o progresso de Caratinga.

[...]

Clama o povo e com justa razão, contra o estado das nossas ruas esburacadas, cheias de matto, intransitaveis no tempo das chuvas; clama o povo contra a falta de estradas de rodagem, para a melhoria das quaes o presidente [Dr. Agenor Ludgero Alves] não dá a minima providencia; clama ainda contra a desidia com que são abandonados á sua sorte os pobres districtos – fontes vivas de rendimento para sustentar essa belleza administrativa que ahi se vê; clama o povo, clama ainda, clama sempre e a sua voz não é ouvida. [...]”

(**A Epoca**, n. 44, 22 mar. 1925; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

b- Povo brasileiro

(15) “**A REVOLTA**

[...]

É que **o povo brasileiro** sabe respeitar a sua soberania, prestigiando as autoridades constituídas; é que **o povo brasileiro** sabe perfeitamente qual a missão que cabe às forças armadas que creou e mantém; sabe que ellas são mantenedoras da ordem, defensoras do poder legitimamente constituído, asseguradoras da legalidade — tal a sua missão constitucional. [...]”

(**A Epoca**, n. 13, 27 jul. 1924; grifos nossos) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

c- Povo em geral

(16) **“O nosso aniversario**

[...]

O evoluir **dos povos**, no resvalo de milhares de annos, – desde os primitivos Egypcios á opulenta Roma, até á idade contemporanea – constitue o attestado eloquente ou antes o exemplo vivo da actividade, na vastidão e grandeza de suas concepções e empreendimentos.

[...]

O trabalho é, como bem disse **alguém**, o centro propulsor de todas as aspirações **do homem**: sem elle não haverá vida possível, porque elle é a propria vida.

Leovigildo Alphonse.”

(**O Povo**, n. 52, 15 jun. 1913; grifos meus) – Jornal do Partido dos “**Bacuraus**”.

D- Delocutário peessoa-do-mundo

a- Ladrões

(17) **“LADROEIRA A VALER³⁴**

Silverio Januario da Silva e o Silvestre Augusto Moreira dão-se intimamente, são amigos para tudo, até para roubar.

Ora, **deu-lhes na telha** na noite de 16 para 17 **de andarem por ahi, cidade em fóra, a gozar da placidez luminosa da noite enluarada.**

Houve apenas uma differença.

Elles não gostam de passar pelas ruas. Eis porque, **andaram pelos quintaes e coradouros de roupa.**

E não perderam o tempo.

Açambarcaram quanta roupa puderam. Pudera! E’ tão intenso o frio e as cousas andam tão bicudas... Mas o Cap. Bernardino Coelho, activo delegado de policia, arranjou uma *canôa* e... zas, abiscoitou com **os passarinhos** na gaiola.”

(**O Povo**, n. 7, 18 maio 1912; grifos meus) – Jornal do Partido dos “**Bacuraus**”

b- Um bebê recém-nascido

(18) **“Deu a luz a uma robusta menina, a Ex.^{ma} Snr.^a D. Carmelina Ferraz, digna Esposa do nosso amigo e distincto assignante, Alf.^{es} Nestor da Costa Ferraz.**

Aos pais da **encantadora menina**, enviamos os nossos parabéns.”

(**Voz da Matta**, n. 31, 31 maio 1908; grifos meus) – Jornal do Partido dos “**Bacuraus**”

4.3.1.2.2 As funções assumidas

A par desses e de outros tipos mais de **referidos** — verdadeiro coro orfeônico interno ao ato enunciativo —, mencionem-se os seguintes, instituídos a partir dos desdobramentos funcionais ocorrentes nessa instância.

³⁴ Repetição, sob nova numeração, do exemplo (12).

A- Delocutário-como-tal

Indiciado, lingüisticamente, por formas de terceira pessoa, o delocutário propriamente dito pode fazer referência a seres, objetos, fatos, acontecimentos, sentimentos, ações, etc. que, no *corpus* aqui constituído, costumam ser anunciados, prospectivamente, nos títulos que encabeçam os artigos, a saber: “Os transportes e os cereais”, “A administração do município”, “Camara Municipal de Caratinga”, “Estrada de automoveis”, “Eleição”, “Novo governo”, etc.

Contudo, registram-se casos de transferência intercategorial, em que o referido passa a ocupar o espaço reservado a outras categorias como a do enunciador e a do enunciatário, seres discursivos responsáveis pelo desenrolar da cena enunciativa. Vejam-se, abaixo, algumas dessas possibilidades de transferência inter-instancial.

B- Delocutário-tornado-enunciador

Vinculado, ou não, ao Partido editor do jornal em aparece, o delocutário, conforme já dito, pode exercer outras funções discursivas, dentre as quais a de enunciador, expressa, lingüisticamente, por meio de recursos como o do discurso reportado, quer de uma forma direta, quer indireta. Em razão disso, esse componente tem aumentado o seu espaço na cena enunciativa, promovendo, conseqüentemente, a ampliação espacial do partido político do jornal em que se acha instaurado. Além desse alargamento de espaço, a esfera do referente ganha um novo *status* no processo enunciativo, deslizando de sua categoria de não-pessoa para outra, ativa, tida por Benveniste (1989) como pessoal e subjetiva. Por certo, dependendo do tipo de envolvimento dessa personagem com os partidos em rixa, tal “ascensão” pode ressoar, ao mesmo tempo, favorável à ala em que se acha instalado, e desfavorável e contrária à facção com que se acha envolvida. O segmento abaixo, no qual se verifica esse tipo de deslizamento intercategorial, deixa clara a sua atuação como instrumento de desmoralização da figura e do texto redigido por colaborador anônimo, que havia publicado, no jornal carioca **A Imprensa**, uma “monumental patranha” contra o Partido dos “Bacuraus” e o periódico por ele editado:

(19) **“FARÇA E CAMUMNIA!**

[...]

Mas, em resumo, vejamos o que no amago pôdre e infecto, diz a impagavel, a monumental patranha.

A ‘mofina’ começa por vituperar a ‘Gazeta de Noticias’ [...], cujas informações, afirma, são ridiculas (!). Em seguida, diz que o importante e popularissimo diario Carioca accusa o

recebimento do nosso jornalsinho (textual, o diminutivo), de quem, havia dias, transcrevera um bombástico artigo contra a candidatura ‘hermes’.

Depois, entrando cynicamente no terreno da mentira, – às claras, vergonhosa e descaradamente, prossegue:

— **Que a ‘Voz da Matta’ é órgão oficial do partido chefiado pelo Juiz de Direito (!!!) — partido sem importância alguma** (sic!...) que se existe ainda é devido aos abusos de seu chefe (!!!), que *maioria e cheio de vitalidade e punjança* (oh! irrisão!) é o que, chefiado pelo cel. Raphael da Silva Araujo, apoia a candidatura Hermes-Wenceslao [...]

(**Voz da Matta**, n. 19, 8 ago. 1909; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

C- Delocutário tornado enunciatário

Marcadas, verbalmente, em 3ª pessoa, conforme é próprio dessa instância, as personagens que deslizam do plano do referente para o do enunciatário costumam fazê-lo em duas direções: uma, voltada para si próprios, e outra, para o Partido adversário, que é o expediente de maior grau de ocorrência. Em ambos os casos, tanto os “Caranguejos” quanto os “Bacuraus” se deixam mostrar para o inimigo e para o público leitor ora como Partido político, ora como jornal desse Partido, ora como chefe político, ora como alguns de seus sectários, etc. A primeira alternativa, como era de esperar, corresponde a uma operação auto-encomiástica, realizada em graus hiperbólicos diferenciados; a segunda, por sua vez, configura-se como uma operação de guerra, cuja munição é usada como ataque, acusação, afrontas, provocações, aviltamentos, etc. Como efeito dessa recategorização enunciativa, temos o agigantamento/valorização do *ethos* do Partido enunciador e, ao mesmo tempo, a deslustração do *ethos* do inimigo, a quem se atribuem todos os defeitos passíveis de comprometer a sua imagem frente ao público (e)leitor que se tenta seduzir.

Um exemplo por excelência da aplicação bem sucedida desse tipo de estratagem nos é fornecido por textos como os de abaixo, que, encerrando perguntas ou respostas, deixam às claras a forma como se realiza a interlocução entre actantes em rixa:

(20) a- De “Caranguejos” para “Bacuraus”

“SERÁ POSSIVEL?...”

Com a epigraphe supra, em seu numero de anniversario, **a nossa apreciada collega local ‘Renascença’**, levou ao conhecimento do Exmo. Sr. Dr. Chefe de Policia, solicitando providencias, que Francisco Pinto assassinou a José Domiciano, nas proximidades de Vermelho Velho, municipio de Matipó. [...]

Nós que achamos que o principal papel da imprensa é orientar a opinião publica, combater os excessos e os abusos, profligar os erros e as iniquidades, denunciando-os ás auctoridades competentes, achamos muito razoavel o feito da collega [...].

Si **a collega** nos quizesse dar a honra de uma resposta, nós **lhe** perguntariamos o que por aqui ha feito para a apuração dos assassinatos de Claudio Fernandes, Augusto Rodrigues da Silva, José Fagundes, Antonio Fagundes Gouvêa, José Daniel e talvez outros [...].

Mas nada vale perguntar.

A collega fará como sempre. Responderá com o silencio [...]

(A Epoca, n. 19, 18 set. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

b- De “Bacuraus” para “Caranguejos”

“Tendes a palavra...

Comvosco não se pode ser generoso!

LADRAM-NOS agora aos calcanhares **os rafeiros** [jornais dos “Caranguejos”] **que outr’ ora nos lamberam os pés!**

Batidos, esmagados os primeiros bandidos da honra e da dignidade alheias, eis que nos **surgem** agora de soslaio **outros chacaes uivando furias de rancor e desatino, — phocas de arribação, batidas de outras plagas, desalojadas de outras tocas, corridas de outras praias, que, de *deu em deu*, para cumulo de nossas desgraças, vieram arribar aqui na pacífica e tolerante Caratinga. [...]**

Enxovalhando a arena da imprensa, n’ella entram com o pé esquerdo, avançando em terreno movediço e pantanoso, **com o fim unico de insultar, de maldizer e de aggreidir.**

Por enquanto **quedamo-nos impassiveis** ante **os arreganhos quixotescos e repulsivos de vossa mal contida furia; vamos presenciar, serenos e inflexiveis,** até aonde vae a **vossa impudencia, até aonde avança o vosso descaro.** [...]

Insultae, camunniae; tendes a palavra. [...]

(Echo da Matta, n. 52, 2 jun. 1904; grifos nossos) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Como fecho desta sub-seção, lembro, mais uma vez, que a análise desenvolvida neste e nos demais capítulos incide apenas sobre uma parte da munição verbal usada no espaço do referido, pelas duas primeiras correntes políticas a disputar entre si o governo da cidade de Caratinga.

Uma conclusão a tirar de toda essa desavença é que, na verdade, pelo que nos foi dado inferir do material aqui exposto, ela foi de tal modo acirrada que os papéis enunciativos acabam fundidos um no outro, chegando a provocar embaralhamentos de níveis diferentes, que concernem tanto aos actantes gerenciadores do discurso — enunciador e enunciatário — como à instância do referido que, paradoxalmente, abriga, de um lado, vários hóspedes e, de outro, joga os seus “convidados” no interior de sua própria instância enunciativa.

Com vistas a complementar o quadro até então delineado, consideremos, a seguir, o enquadramento de vozes terceiras que, tomadas, inicialmente como delocutárias, são enxertadas nos textos bélicos de “Caranguejos” e “Bacuraus”, conferindo maior autoridade à instância da enunciação.

4.3.2 Segundo contingente: vozes intertextuais

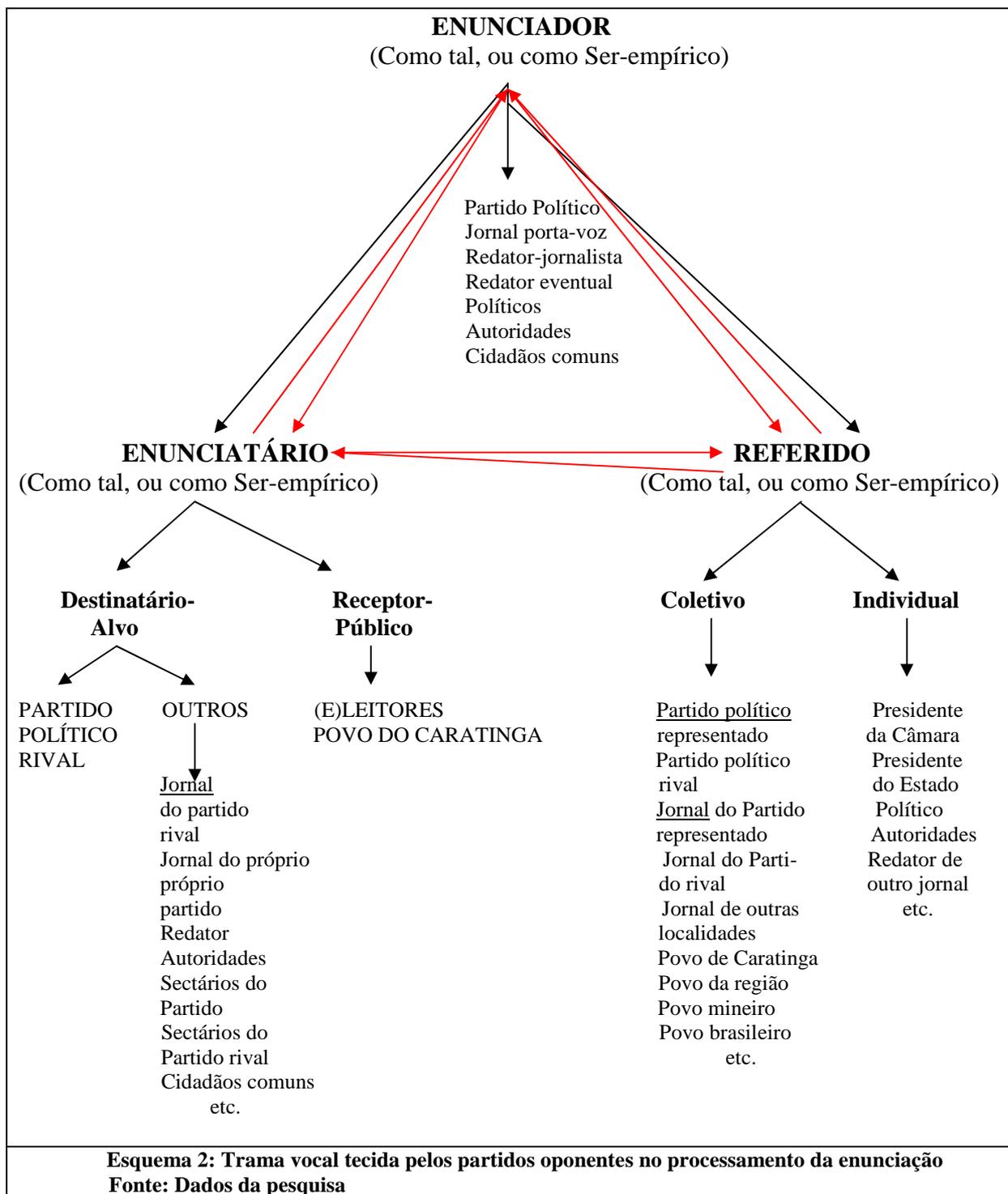
No dizer de Maingueneau (1997, p. 56), “um discurso só raramente é homogêneo”, uma vez que “nele se misturam diversos tipos de seqüências, passa-se do plano embraiado ao plano não-embraiado, deixa-se transparecer de forma muito variável a subjectividade do enunciador, etc.” Essa *heterogeneidade* — dividida, de acordo com Authier-Revuz (1982), em

heterogeneidade representada (em que o discurso alheio é localizável) e *heterogeneidade constitutiva* (em que o discurso é dominado pelo interdiscurso) — abarca, dentre outros fenômenos, o da **polifonia**, termo emprestado à música por Bakhtin (1972/1981), em seus estudos literários, e aplicado à lingüística por Ducrot (1987).

Embora considerada por esse último autor no âmbito da enunciação, no qual, por exemplo, segundo ele, o emissor se desdobra em *sujeito falante*, *locutor* e *enunciador*, a polifonia é aqui tomada numa acepção mais ampla, que abarca tanto a sua manifestação em termos do processo enunciativo propriamente dito, como também os planos lingüístico, textual e, até mesmo, genológico.

No que diz respeito à operação enunciativa, na qual se manifestam desdobramentos vocais, como os mencionados na seção anterior a esta, por parte das instâncias nela envolvidas, foram já registrados e examinados alguns dos papéis discursivos assumidos por elas, na qualidade de representantes de interlocutores inimigos um do outro: “Caranguejos” e “Bacuraus”. Nesse contexto, pode-se dizer que tais papéis se configuram como verdadeiros instrumentos bélicos que tanto servem de ataque à parte contrária, como de defesa e autovalorização da parte enunciativa — o que nos remete, em termos especiológicos, à atuação de outro gênero textual, qual seja, o publicitário, ou, melhor dizendo, de auto-publicidade, realizada, em tais circunstâncias, a qualquer preço, já que movida por uma das ambições do ser humano: o do exercício do *poder*, o do domínio do Outro.

Pelo que se pôde constatar, as conexões, os entrelaçamentos, as dispersões, as concentrações apontadas relativamente aos três grandes naipes responsáveis pelo concerto da enunciação — enunciador, enunciatário e delocutário — têm, como um de seus efeitos de sentido, o da “ilusão referencial”, expressa, por exemplo, pelo uso ambíguo da terceira pessoa, que serve, ao mesmo tempo, para indiciar o enunciador e o referido, caracterizando-se, assim, como uma espécie de elemento híbrido, ou seja, fórico e dêitico (Exemplo: “**Leiam os leitores** o resumo da despeza da Camara, publicado graças a uma tenaz campanha de humorismo, verdadeiras farpas atiradas ao CHEFE da Alliança [Sr. Agenor Ludgero Alves] s.s. nos dissesse e ao povo — em que estava gastando o COBRE do município.” – **A Epoca**, n. 22, 12 out. 1924). O esquema exibido a seguir sintetiza, configuracionalmente, alguns dos imbricamentos constantes dessa dimensão discursiva tão bem explorada pelas duas facções políticas caratinguenses:



Outro tipo de ingrediente vocal explorado pelas duas partes adversárias são os diálogos estabelecidos com outros textos, com outros discursos, com outros autores, coevos e pretéritos. Introduzido por Kristeva (1969/1974), no âmbito dos estudos literários, o termo **intertextualidade**, no contexto em questão, designa ao mesmo tempo uma *propriedade constitutiva de qualquer texto* e o conjunto das *relações* explícitas ou implícitas *que um texto*

ou um grupo de textos determinado mantém com outros textos” (CHARAUDEAU & Maingueneau 2004, p. 288).

Numa conjugação harmônica com o estilo erudito, para não dizer grandiloquente, que caracteriza a maioria dos artigos escritos pelos redatores — oficiais, ou não — dos jornais por mim examinados, muitos dos textos alheios tomados de empréstimo vêm da pena, ou da fala, de autores clássicos, seja da Antigüidade, seja de épocas subseqüentes a ela. A eles se aliam outros concernentes ao próprio jornal representante de determinado Partido, ou a um de seus articulistas, bem como ao jornal porta-voz da ala contrária, ou a um de seus colaboradores. Isso sem falar nas vozes esporádicas provenientes de alguma instituição, de jornais de outras localidades, ou de pessoas tomadas individualmente, que são incorporadas aos naipes mais estáveis do coral constante dos artigos.

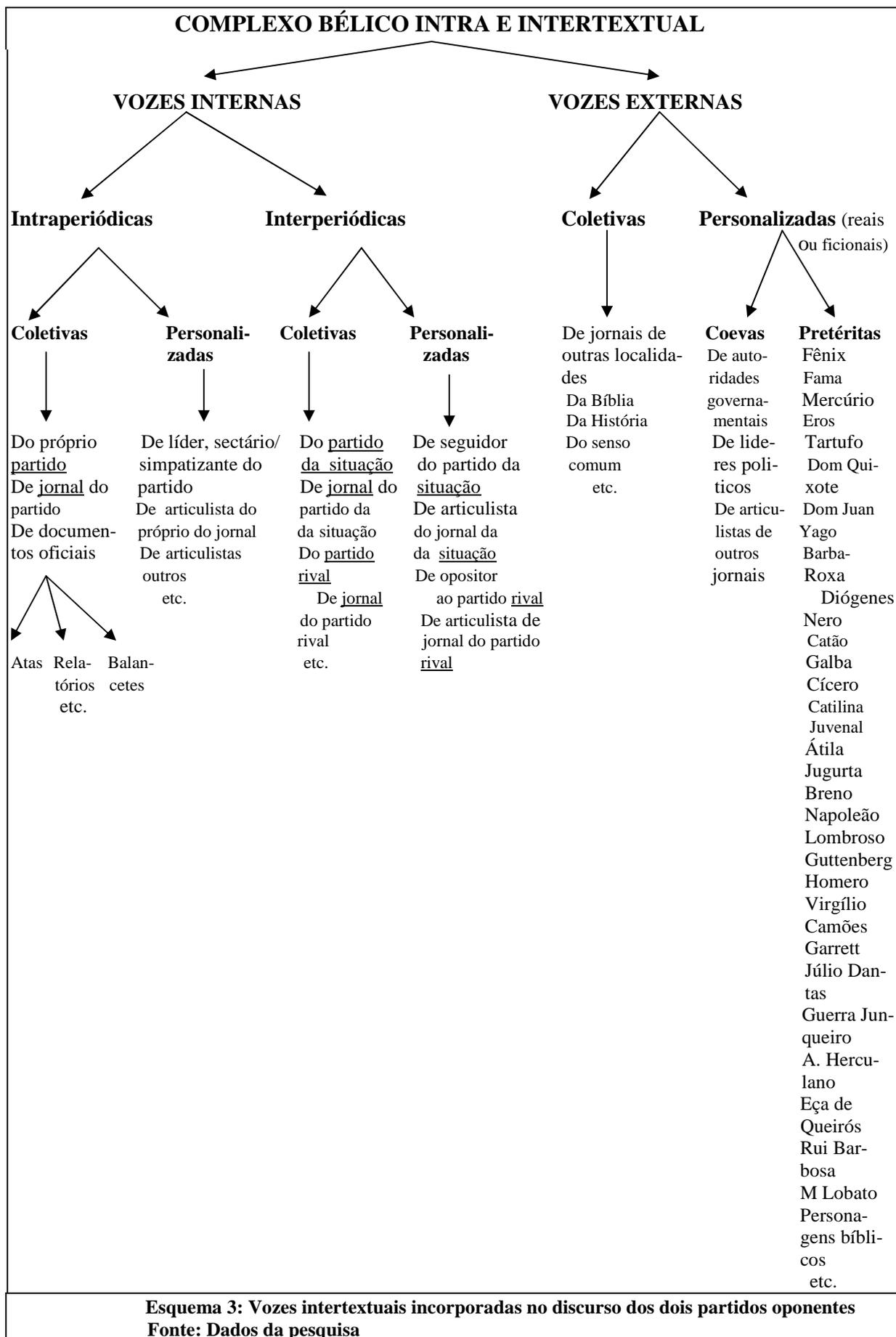
Para que se tenha uma noção mais nítida do modo e dos resultados da atuação desse tipo de vozes intertextuais, procurei distribuí-las e ilustrá-las, a seguir, com base em determinados critérios, alguns dos quais ancorados nos de especialistas como Bakhtin (1972/1981), Maingueneau (1997), Charaudeau & Maingueneau (2004, p. 288). Para tanto, vali-me de uma escala crescente em extensão de domínio que, iniciada num microgrupo vocal, restrito aos partidos em rixa e a seus respectivos jornais, vai-se alargando à medida em que abriga mais vozes externas, local e temporalmente, distintas umas das outras. Assim, além da remissão a nomes de políticos, autoridades, escritores, pessoas mais ou menos conhecidas, etc., coevos a essa primeira guerra política instaurada em Caratinga, são convidados a conferir maior autoridade e confiabilidade ao *dictum* filósofos e escritores da Antigüidade Clássica, excertos da Bíblia, fatos da História, escritores abalizados de um passado mais recente ou de uma fase correspondente ao período de edição dos jornais. Esses e outros ingredientes constam do esquema abaixo que, mesmo incompleto, tem condições de nos fornecer uma idéia geral do “equipamento polifônico” — **intramuros** e **extramuros** — preparado por “Caranguejos” e “Bacuraus” com vistas a denegrir a imagem um do outro:

(21) **Renuncia e eleição de Presidente e Vice-Presidente da Camara**

[...] luctas infrenes, ambições incontidas, odios acirrados, separações na sociedade por causa da hegemonia política, por causa, na gerencia municipal, por causa da presidencia da Camara, que se tornou profissão de muita gente que entendia se enriquecer à custa dos cofres publicos.” .

(**Renascença**, n. 123, 14 abr. 1921) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Veja-se, pois, a distribuição tipológica acima anunciada:



A seguir, procuramos apresentar detalhes da trama vocal que ajudou a dar suporte à luta travada por “Caranguejos” e “Bacuraus”

A- VOZES INTERNAS

À luz das lições de Maingueneau (1997a, p. 64), entende-se por **vozes internas** as que se acham comprometidas mais diretamente com os atos de defesa, ataque e contra-ataque levados a efeito nos jornais representantes dos dois partidos em pendenga e, por **vozes externas** as tomadas de empréstimo a outras fontes mais ou menos alheias a ela.³⁵ As primeiras, pelo visto, restringem-se às pessoas diretamente envolvidas na batalha verbal interpartidária em estudo; as últimas, a celebridades de diferentes áreas, “convidadas” a conferir, com a sua sabedoria e seu alto grau de erudição, maior credibilidade às idéias e à figura do articulista, reforçando, assim, o aparato destinado a persuadir os (e)leitores. Exemplos:

a) Vozes intrapariódicas

São as que se repartem em dois blocos: um, composto por vozes que, já manifestadas em número anterior do jornal de um dos partidos, são retomadas, posteriormente; outro, representado por pessoas comprometidas com um dos partidos, seja como seu líder, seja como seu adepto, seja como seu simpatizante. Exemplos:

(i) Voz retomada do mesmo redator

(22) “TOPICOS

“Deixe já registrado quaes eram os horrores que asphyxiavam o prospero e futuroso municipio de Caratinga, emquanto à nefasta chefia de Barateza e seus comparsas, durante annos! De vendedor de *bicho* subiu à presidente da Camara!”

(*Renascença*, n. 128, 29 maio 1921; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

(ii) Voz reproduzida de outro redator

(23) “Ainda os calumniadores

Eis o que nos aconselha a lealdade, e como se define um programma com dignidade, brio e independencia; — um programma que ainda **Lucilio** referindo-se ao **Echo**, synthetisou **n’ esta estrophe que temos sempre diante dos olhos:**

³⁵ Para Maingueneau (1997, p. 64), a *intertextualidade interna* é a que se verifica entre um discurso e outros do mesmo “campo discursivo”, ao passo que a *intertextualidade externa* envolve discursos de “campos discursivos” distintos.

**Seja a Justiça teu guia;
Teu scopo, — Virtude e Lei.
— Tua divisa, a Verdade;
Teu altar, a Liberdade —
Onde serás sempre rei!”**

(*Echo da Matta*, n. 30, 4 fev. 1906; grifos meus) – *Jornal do Partido dos “Bacuraus”*

b) Vozes interperiódicas

Trata-se de vozes de redatores de jornais de um dos partidos, que são reproduzidas em periódico da ala contrária. Tal situação nos faz prever tanto o teor do texto transcrito quanto o tipo de resposta a ser dada pelo jornal-hospedeiro. O primeiro se caracteriza como de ataque e o segundo, como de defesa e de contra-ataque. Exemplo:

(i) De jornal do Partido dos “Caranguejos”

(24) Referência e reprodução indireta de artigo do jornal dos “Bacuraus”

(Sem título)

Noticiou a nossa collega local [Renascença], o estado lisongeiro de saúde do illustre e preclaro mineiro que dirige os destinos de Minas, o nosso eminente amigo Dr. Raul Soares, transcrevendo as conhecidas declarações feitas à imprensa carioca pelo **leader** da maioria.

In cauda venenum, porem, o noticiarista diz que a publicação tem por fim desmentir os boateiros, que afirmam ser precária a saúde do eminente estadista e político; e que o Dr. Raul Soares não se coaduna com o principio do ‘baraço e do cutello’, aqui outr’ ora largamente posto em pratica. [...]³⁶

(*A Epoca*, n. 4, 1º jun. 1924; grifos nossos)

(ii) De jornal do Partido dos “Bacuraus”

(25) Reprodução de fragmento de artigo insultuoso contra o Chefe do Partido contrário

“Ainda com a Camara

[...] **O primeiro** [Cel Antônio da Silva Araújo], a quem mais tarde os ásperos desenganos pozeram de parte, lançando-o em campo oposto, foi o que fez o triumphal e pomposo discurso que abriu o cortejo a situação; e entre outras bombásticas palavras, disse: — **“que felizmente haviam-se derruído os carunchosos castellos que até ali sustentavam a politica municipal, cuja politica, era de esbanjamento, afilhadagem, tyrannia e escravidão!...”** [...]

Todos creram, e nós também, ou pelo menos alimentamos a feliz esperança de uma boa orientação que d’ahi por deante seria dada aos publicos negocios do municipio [...], pensavamos, como todos os que aspiram o bem publico, ver o municipio em condições lisongieras, isto é, vel-o livre dos pesados encargos, os quaes lhe teem tolhido e continuam a tolher a sua marcha progressiva.”³⁷

(*Echo da Matta*, n. 41, 18 maio 1902; grifos nossos) – *Jornal do Partido dos “Bacuraus”*

³⁶ Na realidade, temos, nesse segmento, a incorporação da voz da sabedoria popular (provérbio latino), do discurso (indireto) do noticiarista do jornal dos “Caranguejos”, bem como do discurso (também indireto) do povo (caratinguense?) — qualificado articulista delocutário como “boateiros” —, dado como justificativa à mentira então publicada.

³⁷ Do mesmo modo que o exemplo fornecido sob o número (43), temos, aqui, a hospedagem de outros tipos de vozes, a saber: a reprodução parcial, em discurso direto, da fala do político insultado, bem como da resposta dada pelo próprio periódico dos “Bacuraus”.

B- VOZES EXTERNAS

Conforme já se comentou, são numerosas e diversificadas as vozes externas que ajudam a compor o aparato bélico dos dois partidos adversários. Em sua maior parte, elas são transplantadas de outros gêneros discursivos, recheando o novo com ingredientes burocráticos, jurídicos, bíblicos, mitológicos, históricos, literários, cômicos, etc. Em razão disso, podemos concluir que, além de intertextual, o discurso “canibalístico” de “Caranguejos” e “Bacuraus” se caracteriza como **interdiscursivo**, entendendo-se, tal como Maingueneau (1997, p. 62), o interdiscurso como “o conjunto de unidades discursivas com as quais ele estabelece relações”, ou como portador de **heterogeneidade**.

Similarmente ao coral de vozes internas, o de vozes externas se distribui em dois naipes básicos: um formado de vozes coletivas e outro, de vozes solistas. Tomando, como ponto de referência, a ramificação apresentada no esquema acima, reproduzem-se, abaixo, dados do *corpus* nos quais se observa a inserção de algumas vozes representativas de outros gêneros de discurso:

a) Coletivas

(i) De jornais de outras localidades

(26) Do **Correio da Matta**, cidade de Ponte Nova

“ ‘RENASCIMENTO

O rico municipio do Caratinga, subvertido sob o império desentranhado de uma politicagem nefasta, havia se convertido, annos para cá, em refugio seguro de delapidadores, defraudadores e criminosos de toda especie. [...]

Mas este triste estado de coisas — um mutessarifado ottomano dentro de uma republica soberana — estava a bradar por um golpe de morte. Esse serviço inolvidavel — reintegrado à communhão mineira um pedaço do seu territorio entregue á pilhagem — prestou-o ao Estado, de modo felicissimo, o governo do Sr. Arthur Bernardes.

Livre da antiga situação, Caratinga, dando hoje nova feição à sua vida politica e administrativa, trata exclusivamente de reorganisar, realizando plenamente o seu objetivo de trabalho e de progresso, ao envez de se annular em inuteis contendias esterelizadas.

— (*Do Correio da Matta*)’ ”

(*Renascença*, n.77, 2 maio 1920; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

(ii) Da Bíblia

(27) Remissão ao **Novo Testamento**

“O POVO

[...]

Foi com trabalho que Jesus, o Nazareno, logrou arrancar a humanidade do abysmo da perdição. [...]

O trabalho e´, como bem disse alguém, o centro propulsor de todas as aspirações do homem: sem elle não haveria vida possivel, porque elle é a propria vida.

Trabalhemos, pois.

Dignus est operarius mercede sua – É do Evangelho.

(O Povo, n. 52, 15 jun. 1913; sublinhado meu) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

(iii) Da História

(28) “DESAFFRONTA”³⁸

Acabamos de ler o artigo fundamental, que o jornal desta cidade “O CARATINGA”, nos *mimoseou* em 22 do corrente!...

[...]

Depois de apresentar um summario confuso, atreve-se a escrever o impugnador gratuito de **nossas glórias historicas:**

‘Colonizados pelo povo mais atrasado da velha Europa e mais [sic] refractario ao progresso das publicas liberdades, muitos são os impecilhos que temos encontrado, na senda da civilização, em consequencia da pessima orientação imbuida em nosso espirito por esses exforçados paladinos do regresso.’

A Historia, desmente de uma forma irrefutavel a mentira d’ esse periodo insolito, lançado por um provocador sem razão n’ em brio. [...]

Assim, como outr’ ora tivemos força e coragem, para rasgar a tanga ao barbaro gentio, encaminhando-o na senda da verdadeira religião, apontando-lhe a estrada da civilização humana, assim continuamos nós nas novas cruzadas, que são as cruzadas do trabalho e do amor, para o aperfeiçoamento e igualdade do povo.

Lazaro F. Leite do Val”

(Echo da Matta [s/n.], 24 out. 1898; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

(iv) Do povo

▪ Provérbios

(29) Transcritos em português

a-

“HYGIENE MUNICIPAL

[...]

Continuaremos a suggerir medidas que visem o progresso e o desenvolvimento do municipio, e em breve, começaremos a analysar a acção administrativa e politica do seu actual dirigente [Dr. Agenor Ludgero Alves].

Diz o adagio que agua molle em pedra dura...

(A Epoca, n. 6, 15 jun. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

b-

“Aos novos edís

[...]

É a lição dos tempos. Os orientadores e dirigentes esforçados, justos, generosos resultaram da experiência que demonstra a fallacidade dos imperativos estereis, safaros.

A bondade faz o amor e a tyrannia gera o odio.”

(Povo do Caratinga, n. 19, 16 jan. 1916; grifos meus.) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

(49) Transcritos do latim

“Ao Trampolineiro

[...] Antero não estava na altura de ser Promotor de Justiça de Caratinga, já pela sua inepcia, já pelo seu temperamento pantanoso de amarellão, necessitando mais de dochmicida [sic] que de Promotoria Publica. “*Ne sutor ultra crepidam*” [...]

³⁸ Nesta resposta dada pelo redator em nome dos portugueses (o redator mesmo era português) radicados em Caratinga contra as insolências a eles dirigidas por jornal inimigo, temos, a par da voz da História, a voz do articulista (expressa em discurso direto), ao qual aquele se dirige.

Coitadinho delle! Está despeitadissimo e desapontadissimo com o que lhe succedeu. Foi buscar lã e voltou tosqueado. O seu despeito prova-se pelas cartas anonymas e assignadas, derigidas [*sic*] a diversas pessoas desta *urbe*. *Verba volant, scripta manent*. Talvez pensasse que o povo de Caratinga fosse insensato, louco e o fizesse seu dirigente politico, porém, estaria muito enganado; aqui felizmente brilha a estrella da paz e transparece o escudo da união eleitoral.”

(**O Povo**, n. 2, 18 maio 1912; sublinhado e negrito meus – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

(30) Transcrito do francês

“**Ao Chavêta**

[...]

Agora continua elle [Antero Chaves] com o mesmo character de embusteiro, de lá por onde anda, em procura do *Titanic*, talvez, vindo, como já disse, com insultos proprios do seu character, contestar os depoimentos das testemunhas que prestaram os seus depoimentos perante o honrado e criterioso delegado militar alferes Sertorio Augusto Fernandes Leão, dizendo que são todos falsos [...]

ah ! ah ! ah ! *Qui casse les verres les paie*. Não será trancafiado também o embusteiro Antero Chavêta? Veremos.

José Alves Sobrinho”

(**O Povo**, n.7, 18 maio 1912; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

▪ **Anedotas**

(31)

“**SECÇÃO ALEGRE**

a- Estavam os moradores de certa rua em grande sobresalto por causa do suicidio de um velho.

— Porque se mataria elle? – perguntou um visinho.

— Dizem que se massava muito.

— Percebo, então foi para se distrahir!”

b- “Comunicação de casamento que faz um individuo a um seu amigo:

— Meu caro, dentro de um mez, tornar-me-hei o homem mais feliz do mundo, — caso-me com *cem contos por quem* ando apaixonado!

Alegrette”

(**Voz da Matta**, n. 31, 31 maio 1908.) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

b) Individuais

(i) De autoridades governamentais

(32) a- Telegrama enviado pelo **Presidente do Estado de Minas Gerais**

“**A Revolta**

[...]

Do Exmo. Sr. Dr. Raul Soares, benemerito Presidente do Estado, recebeu nosso Director o seguinte telegramma, em resposta ao que dirigiu a S. Excia., em nome do P.R.M. local:

‘**Bello-Horizonte, 18. — Muito agradeço confortadoras palavras seu telegramma. Governo está tranquillo confiante na victoria legalidade que é certa e conta neste momento com auxilio todos amigos.**

Saudações cordiais.

Raul Soares’ ”

(**A Epoca**, n. 11, 20 jul. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

b- Excerto do relatório enviado pelo **Ministro do Interior**, Dr. Américo Ferreira Lopes

“A mensagem do Presidente do Estado e o relatório do Ministro do Interior

[...]

Entretanto, para consolo dos opprimidos, paga a pena ouvirmos com atenção merecida, a leitura de tão importante documento, que é o relatório do exmo. sr. dr. Américo Ferreira Lopes o qual, ao assumpto [restauração das comarcas], consagrou um pouco de tempo e patriotismo [...].

‘Accresce que, diz o Ministro do Interior, com a criação dos novos municípios, ex-vi da lei que decretou a divisão administrativa, surgiram novas pretensões mais ou menos fundadas, aspirações com todas as probabilidades de bom éxito, por serem justas, todas ellas demandando o criterioso estudo e decisão do poder legislativo’ [...]

(O Povo, n. 46, 21 maio 1914; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

(ii) De personagens históricos

(33) a- Incitatus

“Carta fechada

Minha adorável cavalgada.

Bons dias!

Li, de fio a pavio, o conjuncto asneirologico que, do teu cerebro ou de outro de igual jaez, teu pasquim editou domingo ultimo, espalhando-o sob fanfarras 2 dias depois. [...]

Tu, meu caro irracional, tens talento como trinta (não me refiro aos DINHEIROS que um dos teus ancestraes recebeu para vender Christo).

Conheço as patadas que dás, minha reverendíssima zebra, a leguas de distancia.

Nunca te metteste nestas enrascadas de pollitica, meu grandíssimo cretino.

Estás na posição de INCITATUS — o cavallo que foi consul em Roma, sendo que o tal, como cavallo, tinha brio, tinha vergonha — cousa que não é commum ás bestas trotonas como tu. [...]

(A Epoca, n. 49, 26 abr. 1925; grifos nossos) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

(iii) De escritores

(34) a- Rui Barbosa

“A VERDADE

‘Nada mais facil — disse **Rui Barbosa**, citando **Max Muller** — que entornar todo um dictionario de baldões, sem o minimo effeito. Uma pagina de labeus, porem, outra coisa não mostra que a bÍlis de um espirito amargo e a consciencia de uma causa fraca.’

A nossa folha, atacando a administração e a politica do sr. Agenor Alves, se tem mantido em um terreno elevado, criticando-lhe os actos, censurando-lhe os erros, apontando-lhe as falhas existentes, procurando promover o bem geral e o progresso do municipio. [...]

(A Epoca, n. 49, 26 abr. 1925; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

b- Alexandre Herculano

“SIGNIFICATIVO PROTESTO

[...]

Não fora, no assumpto, a nossa completa e aliás memorável victoria e esse documento, por si só, demonstraria até á evidencia – tanto a plenitude da nossa rasão e a verdade de nossa franquesa, quanto a negrura da calunnia e a cobardia do insulto de nossos gratuitos detractores, cujos nomes não queremos e nem precisamos repetir, por que, nos versos immortaes do grande Alexandre Herculano,

*É tempo d’olvidar odios profundos
De guerra deploravel.
O forte é generoso, e deixa ao fraco
O ser inexorável.”*

(**Echo da Matta**, n. 52, 0 dez. 1906; grifos meus) – Jornal do Partido dos “**Bacuraus**”

(iv) De personagens de ficção

(35) a- Conselheiro Acácio (Eça de Queiroz)

“O LIBELLO

[...]

E que estylo, santo Deus! Pediram a penna ao **Accacio, o conselheiro do Eça**, escrevendo com a mesma fatuidade vasia e tola, com os mesmos logares communs esbarrando na falta de senso e de critério, emfim, uma revivescencia daquillo que o admiravel estylista portuguez há tanos annos escreveu, creando o typo do patriarcahl e doutrinario conselheiro da coroa portugueza.”

(**A Epoca**, n. 45, 29 mar. 1925; grifos nossos) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

b- D. Quixote (Miguel de Cervantes)

“No eito

[...]

Estas linhas que ahi ficam são a forma legivel que nós pudemos dar á gargalhada homERICA de muita gente deante da situação ridicula de um cretino que se quis fazer de **D. Quixote**.

É o dedo gaiato do povo que aponta a figura pittoresca de um **tolo, feito espadachim**. Ainda è tempo, porem, *Et vous avez voulu...*

Flavius.”

(**O Povo**, n. 29, 1º fev. 1914; grifos nossos.) – Jornal do Partido dos “**Bacuraus**”

Ainda que distantes do número real de falas externas incorporadas pelos jornais dos dois Partidos em conflito, os dados acima, acredito, são suficientemente representativos para nos dar uma idéia dos danos causados um ao outro pela utilização de uma arma de tal natureza.

4. 4 Conclusão: “De farpa a argumento”

A análise da ação enunciativa e da incorporação de vozes de outros indivíduos, discursos e textos como uma dentre as várias armas empunhadas por “Caranguejos” e “Bacuraus” trouxe à baila um quadro de tal forma rico e complexo que lembra uma trama cujos fios se diluem, , hiperbólicos por natureza, por vezes, uns nos outros.

Constatou- se, assim, no que tange à figura do **enunciador** e na dimensão de seu ocupante, que tanto pode corresponder ao Partido Político em si quanto ao Jornal que o

representa, ou ao articulista responsável pela matéria publicada. Por sua vez, na dimensão da “essência” do enunciador, manifestam-se novos desdobramentos que, por exemplo, nos põem diante de um mero porta-voz ou de um ser empírico que não consegue neutralizar o seu envolvimento belicoso.

Essa mesma “arte camaleônica” é produzida na instância **enunciatória** que se desmembra, conforme vimos, numa primeira dimensão, relacionada com o seu papel discursivo, em destinatário-alvo e receptor-público. O grande representante do primeiro é a facção inimiga, alvo, direto ou indireto, das farpas da ala contrária; o do segundo, o (e)leitor, o povo, a comunidade caratinguense, sendo que ambos são interpelados a partir de faces distintas visadas pelo inimigo.

Tanto que o destinatário-alvo, Partido Político, é substituído, numa espécie de ação metonímica, pelo seu representante da imprensa, com o qual se confunde em vários artigos. Do mesmo modo, a concentração de ataques num dos políticos da ala contrária ou em algum outro adversário eventual nada mais é que uma forma metonímica de reduzir o inimigo a zero. Esse aviltamento atinge seu ápice, quando o enunciador ultrapassa as fronteiras do discurso e aterrissa no mundo real, procurando atingir o interpelado em termos pessoais.

Já o receptor-público recebe outro tratamento. Nomeado “amigo”, “caríssimo”, “colega”, “benévolo”, torna-se presa fácil de um “canto de sedução”, no qual o entrelaçamento de vozes enunciativas diversas é uma das grandes armas destinadas a levá-lo a concordar com o seu *dictum* e a mostrar, concretamente, a sua adesão nas urnas eleitorais.

A despeito de seu *status* de figura discursiva não-actorial, o **referido**, pelo que se viu, também se apresenta multifacetado e, sobretudo, espreado na instância da recepção. Certamente, essa invasão não é aleatória, decorre do envolvimento crescente do enunciador em seus atos de defesa, ataque e contra-ataque — o que lhe agiganta, em última instância, a figura e ajuda a garantir a veracidade do que diz.

Em síntese, pode-se dizer que nos deparamos, no que toca ao armamento utilizado por “Caranguejos” e “Bacurus” no plano da enunciação, com dois enunciadores antagônicos que, deslizando, de soslaio, pelas outras instâncias, tornam mais fortes suas afrontas recíprocas trocadas em sistema de revezamento. A contenda poderia ser considerada simétrica, não fosse a situação de autoridade que põe em relevo uma das facções, em cada período de gestão pública. Como qualquer outra, a sociedade caratinguense da época dependia do poder institucional, e os políticos, por sua posição de domínio, conferiam à sua fala maior força, que, afinal, representava para o povo a possibilidade de favores e de segurança de vida.

Contudo cabe uma ressalva importante: naqueles tempos, fazia-se “política de cabresto” e o “chefe” político podia estar, ou não, no exercício do poder.

Passemos das farpas verbais aos argumentos, conforme está anunciado no capítulo anterior e conforme marca prospectivamente o título desta seção – e, da mesma forma, o da conclusão do capítulo anterior –, levando em conta, em continuação, a atividade interlocutória, segunda categoria tomada para a análise do discurso engendrado entre os dois Partidos políticos em disputa no Caratinga de antanho.

Antes de tudo, lembre-se que, sendo retórico o universo político e social no qual se acha imerso, o discurso jornalístico-político-partidário é um discurso de conflito. Caracteriza-se, assim, por enunciados que visam a apresentar os defeitos do outro, no caso, constituído como enunciatário-alvo, de tal modo a transformá-lo em vilão, o que, conseqüentemente, concorre para que o enunciador tenha sua figura reconhecida como superior. Para que se atinja tal efeito simbólico, nesse quadro de confronto, os actantes, ordenados por uma relação de poder, tecem uma trama discursiva na qual não é possível a intercompreensão. Diante do duelo verbal que se instaura, praticamente, não há negociação: trata-se simplesmente de fulminar o adversário, varrendo-o da área de competição. Tal procedimento, na situação considerada, é uma norma, isto é, um hábito que nos é revelado nos enunciados, mostrando-nos que, na encenação discursiva protagonizada por “Caranguejos” e “Bacuraus”, ocorre mera inversão de atores no exercício dos mesmos papéis, de agressor ou de vítima, que se repetem em escala sucessiva. Nos textos selecionados para análise, as estratégias usadas para tal fim — embaciar a face do outro e valorizar a sua própria — levam o conflito entre as duas correntes a atingir uma dimensão que costuma ir contra a evidência dos fatos “objetivos” e reais.

No que diz respeito às formas de expressão de argumentos relacionados mais de perto com o ato interlocutório em si, transcrevam-se, do quadro de Perelman e Orbrechts-Tyteca (2000), os seguintes:

a) as **formas gramaticais variáveis** como: os modos afirmativo e negativo das frases; as modalidades assertiva, injuntiva, interrogativa, optativa; o uso de determinados pronomes, advérbios e adjetivos, etc., cuja escolha indicia uma intenção definida por parte do rector;

b) a **seleção vocabular** que, servindo para expressar a comunhão do orador com o seu interlocutor pelos usos particulares dos vocábulos, compreende as seguintes possibilidades: as expressões negligentes, a mutilação do nome próprio; os clichês; as máximas; os provérbios, etc.;

c) as **figuras argumentativas** ou **retóricas** que, tipologicamente variadas, costumam acarretar, no universo externo, real, a mudança de perspectiva e conseqüente adesão por parte do auditório: figuras de escolha (interpretação, definição oratória, perífrase, antonomásia, prolepse, retificação, correção); figuras de presença (onomatopéia, repetição, conduplicatio, adjectio, amplificação, sinonímia, interpretatio, pseudodiscurso direto); figuras relativas ao tempo gramatical (hipotitose, enálage do tempo); figuras de comunhão (alusão, citação, apóstrofe, comunicação oratória, enálage da pessoa, enálage do número de pessoas), etc.

Esses e outros tipos mais de argumentos (“quase-lógicos”, “baseados na estrutura do real”, “destinados a fundar a estrutura da realidade”, etc.) podem ser encontrados, em maior ou menor grau de freqüência, entre as “armas” empunhadas por “Caranguejos” e “Bacuraus”, em sua disputa verbal pelo poder, conforme se pôde entrever nos próprios dados aqui exibidos. À guisa de ilustração e de encerramento, apontam-se, nesta seção final do capítulo, alguns dos que se caracterizam como argumentos “quase lógicos”, expressos, no caso, por meio de unidades sentenciais.

Ao nos concentrar nesse nível, percebemos claramente, no *corpus* em pauta, a relação que existe entre a variação tipológica e funcional dos argumentos, de um lado, e a variação das modalidades correlacionadas ao seu estatuto configuracional, de outro, a saber: de caráter interrogativo, injuntivo, negativo, etc.. A primeira, interrogativa, corresponde, nos termos de Perelman & Orbrechts-Tyteca (2000) e outros estudiosos mais, a uma técnica dialética de importância retórica especial para o estabelecimento de uma comunhão com o auditório; a segunda, injuntiva, a um expediente suscetível de manifestar uma relação de força do enunciador sobre o enunciatário, configurando-se, pois, como um argumento baseado na autoridade; a terceira, negativa, a um procedimento que serve para denegar o discurso do outro, através do emprego de verbos ilocutórios, de termos e expressões de negação, ou de sentido negativo. Os dados que se seguem nos mostram o valor argumentativo de cada uma delas.

Partindo-se da premissa de que há acordo implícito sobre um fato a respeito do qual se interroga, a resposta a uma pergunta tem como função confirmar esse acordo. O recorte abaixo faz parte de um artigo (datado de 31 de outubro de 1898) de contra-ataque, no qual a comunidade portuguesa caratinguense procurou rebater as duras críticas que foram feitas contra toda a colônia lusitana residente no Brasil pelo bacharel João Batista Gitirana, redator do jornal **O Caratinga**, dos “Caranguejos” (à época, Partido Conservador). Tal generalização, contudo, é fácil perceber, nada mais é que um expediente usado por esse Partido, com vistas a provocar, indiretamente, os portugueses fixados em Caratinga, portugueses esses que eram

proprietários-redatores dos jornais da facção adversária, isto é, dos “Bacuraus” (à época, Partido Liberal):

(38) **“DESAFRONTA**

Acabamos de ler o artigo fundamental [editorial], que o jornal desta cidade “*O CARATINGA* nos *mimoseou* em 22 do corrente!...

Esse artigo, cuja penna não pôde encobrir o doentio e desordenado espirito do seu auctor, [...] não mereceria uma resposta cabal e energica, se o veneno que traz em suas asas de abutre não pretendesse manchar a pureza e o brilho do nome portuguez.

E, sendo este glorioso e abençoado país, descoberto nessas famosas eras, **foi colonizado por uma nação atrasada, refrataria e inimiga do progresso, impugnador inconsciente da historia?...**

São estes gigantes, que deixando um rasto luminoso após si, o teu sopro contraditorio e nulo pretende apagar?...

Não!...O reptil conhece e arrasta-se na lama; a aguia conhece e atravessa livremente as amplidões mais altas do azul!... [...]

Lazaro F. Leite do Val”

(*Echo da Matta*, [s.n.], 31 out. 1898; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Muitas perguntas e respostas encontradas nos artigos consultados servem para dar margem a raciocínios, induzindo a cumplicidade do interlocutor, como no exemplo seguinte:

(39) **“Mais uma falcatrua**

O que fazem esses aranhas infectos da caranguejola caída e podre? Urdir nas trevas, conspirar na sombra contra a sociedade e as leis. É essa a obra das toupeiras, é esse o produto das tarantulas e das viboras. [...]”

(*O Povo*, n. 41, 16 maio de 1913; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

A modalidade **injuntiva**, apesar de não ter como finalidade imediata a obtenção da aquiescência do leitor, manifesta uma relação de força do enunciador sobre o enunciatário, funcionando como um argumento de autoridade e, por implicar relação pessoal, tem efeito eficaz para reforçar a presença daquele. Nos excertos que se seguem, temos, respectivamente, duas variantes de atos injuntivos: uma, dirigida exclusivamente ao destinatário-alvo; outra, em que o redator se inclui em sua instância:

(40) a- **“IGNOMINIA**

Promova beneficios para Caratinga, administre, faça o progresso do municipio, que os ataques e as censuras, que imerecidamente sofre hoje, transformar-se-ão em aplausos. [...]

(*A Época*, n. 21, 5 out. 1924) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

b-

“TRISTE CONLUIO

[...] O sr. Agenor não se quiz conformar com a derrota que soffreu; viu a falta do seu prestígio, mas entendeu que a sua vontade teria que prevalecer.

[...]

Luctemos, mas luctemos obedecendo ás leis que nos regem.

Luctemos, mas luctemos desassombadamente, abandonando os botes covardes e as trahições ignobeis. ”

(*A Época*, n. 29, 30 nov. 1924) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Por fim, no tocante à modalidade **negativa**, recurso usado com vistas à denegação do discurso do outro (no caso em questão, no papel de enunciatário), manifesta-se, principalmente, em discursos de resposta-ataque, que comportam diferentes técnicas de **refutação**. Vejamos alguns exemplos:

(41) a- **Resposta negativa expressa formalmente por lexemas de cunho refutatório**“Significativo protesto**Offerecido:**

Ao Ex^{mo} Snr. Feliciano José Henriques, integerrimo Juiz de Direito d’ esta Commarca

— **Formal resposta** aos infamantes detractores do nosso municipio. — **Digna e vehemente repulsa** dada pelo povo do Caratinga aos ousados calumniadores de sua primeira autoridade civil. — 1093 cidadãos ao nosso lado, corroborando tudo quanto escrevemos sobre o celebre “Caso Luciano”. — Ponto final na questão? ... — Estamos satisfeitos.”³⁹

(*Echo da Matta*, n. 52, 9 dez. 1906; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

b- **Resposta negativa expressa formalmente por meio de operadores lingüísticos e seguida de justificativa**“**AO ELEITORADO**

[...]

Nenhum fundamento têm os boatos de que o governo do Estado retirará o seu prestígio á situação dominante do municipio:

1°) Porque o grupo que se formou há poucos dias, de opposição ao PRM local, nenhum valor eleitoral tem;

2°) Por ser formado dos mesmos elementos aos quaes o governo , em 1918, se viu na contingencia de retirar o prestígio, pela immoralidade administrativa, pela violencia politica e pelo desbarato criminoso dos dinheiros publicos [...]

(*Renascença*, n. 187, 7 set.1922; grifo meu) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

c- **Resposta negativa polêmica em refutação do enunciador a enunciados tomados, virtualmente, como positivos**

³⁹ Toda essa passagem, na qual se sintetizam as principais questões a serem abordadas ou respondidas, corresponde à parte da matéria jornalística conhecida como “lide” (inglês: *lead*).

“Política desarvorada

[...]

O esforço e a dedicação de longos anos **não** caem num dia! A estima popular é um sentimento que se **não** aniquila em uma hora! [...]

(A *Epoca*, n. 10, 13 jul. 1924) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Embora seja a primeira a reconhecer as limitações do quadro aqui esboçado, não posso encerrar este capítulo sem antes fazer referência a uma das “armas” de maior potência da negação: a recusa de qualquer resposta verbal da parte do interlocutor, que opta por se manter em **silêncio**, numa iniciativa muitas vezes mais “bombástica” que o material bélico ruidoso.

Conforme nos mostra a literatura corrente, o **silêncio** faz parte de todo e qualquer processo de significação discursiva, sendo, nas palavras de Orlandi (1986, p. 70), “a própria condição da produção de sentido, espaço ‘diferencial’ da significação, ‘lugar’ que permite à linguagem significar”. Desse modo, é próprio de qualquer processo de interação verbal o recurso a esse estratégia do “não-falar/escrever”, o que serve para demonstrar que o discurso tem uma relação necessária com ele, uma vez que faz o que é dito significar.

Além de se constituir num dos focos de atenção da linha de estudos da Análise do Discurso — já que as noções de interdiscurso, ideologia e formação discursiva encampam o não-dizer —, o implícito, ou o não-dito, é alvo de interesse da Retórica, que, seja em sua versão mais antiga, seja na mais recente, vê nele uma das técnicas de peso da operação argumentativa e, portanto, uma das estratégias de persuasão. Além disso, em coerência com a idéia dessa última vertente teórica, segundo a qual a regra que determina a seleção de dado argumento — ou, até mesmo, a acumulação de vários deles — é a que implica uma “medida justa”, deduz-se que a utilização do **silêncio** como ferramenta da argumentação está relacionado com o contexto, que é o que costuma determinar a conveniência, ou não, do recurso a certos tipos de argumentos. Assim o pensam também especialistas como Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000, p. 544), para quem “pode ser até que a medida justa seja calar-se”.

Conquanto tal princípio da “medida justa” não seja levado a sério na situação discursiva de embate entre partidos políticos em disputa, em vários artigos dos jornais por eles editados é comum a revelação, expressa metadiscursivamente, do quanto o silêncio do inimigo consegue perturbar o jogo interlocutório bélico por eles protagonizados. É o que nos mostram textos como o de abaixo:

(42) “Um pouco de tudo

[...]

A palavra é prata e o silêncio é ouro – disse o conselheiro Acacio ou alguém por ele. **Não sabemos em que moeda – libra, dólar, soberano – é comprada, adquirida a preciosa arte de não falar. Muda e queda como um granito pre-historico, a nossa amavel colega local nada nos responde, nada diz, nada fala.** [...]

(A *Epoca*, n. 7, 22 jun. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

No âmbito do discurso político, que envolve, essencialmente, relações polêmicas, o “silêncio imposto pelo opressor é exclusão, é forma de dominação; o silêncio imposto pelo oprimido pode ser uma forma de resistência”, segundo pensamento de Orlandi (1996, p. 263). Um dos melhores atestados disso nos é fornecido por um dos Partidos diante do silêncio da ala rival que, durante muito tempo, insistiu em não se manifestar a respeito do novo periódico inaugurado por ele — **A Epoca** — em substituição ao que lhe fora tomado — o **Renascença**. Embora alguns excertos desses artigos já tenham sido expostos aqui, vejamos, a seguir, alguns mais, na seqüência em que foram publicados:

(43) a- (Sem título)

“Já sahiram quatro numeros do nosso jornal e, no entanto, a nossa colega local não noticiou o nosso aparecimento, evidenciando assim o desconhecimento de principios comesinhos de ethica jornalistica e faltando ao cumprimento de um dever profissional. [...]

(A *Epoca*, n. 4, 1º jun. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

b- (Sem título)

“Cada dia que passa mais se avoluma a convicção que nutrimos de que a nossa colega local não quer saber de graças conosco.

Já no nosso ultimo numero salientámos a sua indelicadeza deixando de noticiar o nosso aparecimento, como si o noticiario de um jornal pudesse collocar-se á mercê de emergencias da politiquice aldeã.

Hoje voltamos a ataca-la lembrando-lhe mais um dos pequeninos principios da ethica jornalistica. [...]

(A *Epoca*, n. 5, 8 jun. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

c- “Como elles andam...

[...]

Já em um de nossos ultimos numeros pedimos á colega para nos desvendar um mysteriozinho...

Ella silenciou, e, segundo diz o brocardo, quem cala — consente. [...]

(A *Epoca*, n. 6, 15 jun. 1924; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Quebrado, finalmente, o silêncio, o jornal **Renascença** começa a replicar o inimigo, pondo fogo na artilharia de suas agressões, enquanto **A Epoca** aproveita para criticar, muitas vezes em tréplica, a retórica do adversário que, no seu modo de ver, continuava se

esquivando, ao lançar mão de argumentos não condizentes com o conteúdo e o teor das acusações que lhe eram feitas. É o que nos mostram dados como o de abaixo:

(44)

“O libelo

[...]

A princípio o jornal agenoresco conservou-se calado. Como a burra de Balaão, porém, as bordoadas lhe magoaram as costelas e ei-la um dia a zurrar da rua da cadeia. Que defesa fez? Como fulminou o nosso libelo? Desmentiu as nossas asseverações, das quais o municipio em peso é nossa testemunha? Não, senhores! Diz que o coronel está gastando dinheiro; que o coronel pagou; que o coronel há de pagar e outras tolices, asneiras, patadas eguais. [...]

(**A Época**, n. 45, 29 mar.1925) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Em suma, o que foi visto neste capítulo nos leva a concluir que as relações intersubjetivas verificadas num espaço de luta política interpartidária compõem um jogo de persuasão no qual o locutor aparece disfarçado sob as máscaras do enunciatário e do delocutário. Trata-se do fingimento do “lobo vestido de cordeiro” que, exercendo domínio sobre o receptor, tem, por meio de seu assujeitamento, a intenção pragmática de levá-lo a concordar com uma única voz, ilusão forjada na assunção das diversas vozes que permeiam o concerto polifônico instaurado nos discursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: “FIM DA NOSSA MISSÃO”⁴⁰

O jornal, modernamente, influencia grande tem sobre o povo, seja ele o modesto semanario da recondita aldeia do interior, ou seja o poderoso diario das grandes capitaes. Todos cumprem bem o seu dever, todos seguem a contento a lei geral.

Mas, infelizmente, nem todos seguem, á risca, o papel que deviam ter – mentores e guias cuidadosos dos seus leitores – e resvalam, consciente ou inconscientemente, para a perversão dos seus leitores pela emissão de conceitos perniciosos.

Não quer isso dizer o papel que representa o jornal se veja prejudicado com esse abandono de criterio, por que uma ovelha tresmalhada não perde o rebanho e o aprisco não se transforma assim.

In: **O Povo**, Caratinga, n . 45, 20 abr. 1913. Seção “Colaboração – O Jornal”
Jornal do Partido dos “Bacurais”

O aparecimento de um jornal de feição independente — as columnas abertas e francas a todas as reclamações e aos pedidos de justiça do povo — deve sempre ser recebido com jubilo e natural satisfação. [...]

Quarto poder do Estado, na opinião dos publicistas, ou “eucharistia do pensamento”, na phrase lapidar do principe do jornalismo brasileiro, é a imprensa quando bem norteada, um poderoso auxiliar das administrações publicas, de todos aquelles que exercem o poder, orientando-os, apontando-lhes o mao caminho, para que não prosigam nos trilhos tortuosos que conduzem fatalmente ao abysmo.

SCIPIÃO.

In: **A Epoca**, Caratinga, n. 1, 11 maio 1924. Seção “Almenara”.
Jornal do Partido dos “Caranguejos”

⁴⁰ Aproveitamento de parte do título do artigo “3º. Anno: Fim da nossa missão”. In **Echo da Matta**, n. 52, 9 de dezembro de 1904.

Esta pesquisa teve como propósito maior o desvendamento de algumas das características de um discurso que, do domínio político — para usar uma das classificações de Marcuschi (2000) —, foi veiculado no interior de outro, de domínio jornalístico, configurando-se, assim, como um gênero textual de cunho híbrido. Retomada de um tempo pretérito, por meio de pesquisa em órgãos da imprensa do Caratinga de antanho, a matéria de que é constituído o *corpus* examinado torna presente uma apaixonada disputa entre dois Partidos rivais, de “Caranguejos” e “Bacuraus”, primeiros a marcar, oficialmente, a vida política dessa cidade interiorana das Gerais.

A hipótese central que norteou a pesquisa era a de que o funcionamento desse discurso se dava a partir de um jogo interlocutório enviesado e tenso e, por isso mesmo, alicerçado numa urdidura retórico-argumentativa que, operando nos diferentes níveis de um processo enunciativo mais “anti-subjetivo” que intersubjetivo, visava persuadir o (e)leitor caratinguense da época, bem como modificar-lhe o julgamento a respeito da posição e postura políticas mantidas pelos dois Partidos adversários, valendo-se, para tanto, de estratégias lingüísticas e discursivas variadas, feitas “armas de guerra” pelas duas facções inimigas.

Certamente, a análise desse instrumental específico de desentendimento político interpartidário não podia (e não pode) considerar como verdadeiro apenas o discurso produzido por uma das facções em litígio, considerada individualmente, pois que ambas se valiam de um mesmo jogo de procedimentos que, destinados a garantir o efeito pretendido sobre o destinatário, sempre desqualificavam o rival, independentemente de seu *status* político e administrativo. Esse demérito ganhava ainda mais força no período de eleições, quando a disputa pelo poder, então nas mãos do “inimigo”, acirrava a ambição das alas envolvidas que, na voz de seus respectivos jornais, levavam a termo um jogo aparentemente contraditório, ao mesmo tempo de defesa de seu representado e de ataque ao representado do Partido contrário. Dessa sorte, não nos deve causar estranheza que, num mesmo artigo de uma dessas folhas, encontremos algo como o segmento abaixo, de aviltamento de um inimigo político, Antero Chaves, que, escondido sob uma designação toponímica, animou-se a atacar o Presidente da Câmara, Cel. Joaquim Monteiro de Abreu, do Partido dos “Bacuraus”:

“Mentira crassa

É estranhavel a convicção de Antero Chaves, **quando no requinte da sua degradação moral, degenerada em sentimento passional por um partido defunto que não mais se ressuscitará**, quis mais uma vez offuscar o renome, o prestígio do cel. Joaquim Monteiro de Abreu. Sob o improprio pseudonymo de — ‘um caratinguense’ —, abaixo de um de seus colossos, no ‘Diário de Minas’, orgam que se edita em Juiz de Fóra, sob a chefia e redacção do sr. Estevam de Oliveira, vê-se sua convicção não convicta. Naquella nota sobre Caratinga, concebeu tal *caratinguense* a genial idea, **fructo de um cerebro acaínado (sic), de tornar publico em todo o**

Estado um caracter de mentiroso, de falso, de sem pudor do conhecido homem de bem, cel. Joaquim de Abreu cujo caracter é meretissimo não só no municipio do Caratinga, em toda sua amplidão, como perante os homens de mais valor em Bello Horizonte, Rio de Janeiro e Espirito Santo.”

(O Povo, n. 4, 26 maio 1912; grifos nossos) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Pelo que se pode perceber, duas propriedades justificam essa dúplice posição: a de que se trata de um discurso de aparência e a de que esse discurso é de natureza retórica.

Como discurso de aparência, por ele passam as versões ou interpretações da realidade impostas pela ideologia, e não os fatos em si, como no discurso informativo, e nem as essências — leis, princípios que devem reger o conjunto de fatos — , como no discurso científico. Diferentemente, como discurso intrinsecamente retórico, nele o que está em jogo não é a verdade, ou seja, a adequação do enunciado à coisa, mas “uma verdade” relativa, entendida como uma convicção que expressa interesses político-partidários a serem transferidos a um número maior possível de pessoas.

Nesse sentido, a agressividade e a calúnia, usadas com finalidade persuasiva, indiciam as “boas intenções” do Partido, que considera legítima a violência, caso seus “fins sejam nobres”. Daí a insistência dos “Caranguejos” e dos “Bacuraus” em tentar justificar sua falta de escrúpulos, com base no argumento de que ela decorria de seu desejo de “levar o município à salvação” — o que, certamente, servia para amenizar e até mesmo inocentar qualquer atitude agressiva da parte de cada um deles. Conseqüentemente, na situação em pauta, persuadir não deve ser visto como sinônimo de ‘enganar’, uma vez que conseqüência natural da organização do discurso, então constituído para o receptor como sendo portador da “verdade”.

Em face desse tipo de raciocínio, causou-me enorme surpresa a presença, no *corpus*, de passagens como as de abaixo, em que o articulista do jornal lançava mão de tal lógica *ad hoc* com o fito de questionar a veracidade de acusações feitas pelo adversário, em sua respectiva folha:

“Não é justo

As acusações (...) não estão suficientemente fundamentadas, o que equivale a dizer-se que **as mesmas emanam de simples conjecturas ou talvez de meras injunções partidarias.”**

(Povo do Caratinga, n. 48, 22 dez. 1918; grifos nossos) – Jornal do Partido dos “Bacuraus”

“E quando dizemos isso, responde o jornal oficial que estamos **‘mentindo, baralhando e sobretudo DIFAMANDO os casos e as coisas da terra’**”.

(A Epoca, n. 43, 15 mar. 1925) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

“A nossa campanha

Mas não o conquero e jamais o conseguirei, mesmo porque **a verdade sempre venceu e há de vencer ainda a mentira, o embuste e a hipocrisia.** (...) **As mentiras arquitetadas contra nós não enganam a ninguém.** (...) A nossa atitude – reagindo contra as suas mentiras e contra os seus processos pequeninos de fazer propaganda política – se justifica plena e cabalmente. [...]

(A *Epoca*, n.º 23, 19 out. 1924; grifos nossos) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

Feitas essas observações de cunho geral, apresento abaixo, à guisa de “fim de missão”, os aspectos que me pareceram cruciais no entrevero político interpartidário realizado via imprensa pelos dois primeiros Partidos oficiais da cidade do Caratinga.

1- Com vistas a uma melhor definição da natureza e do funcionamento do discurso constituído em tal situação, procurei demarcar o seu enquadramento genológico e tipológico, a partir das regularidades formais, enunciativas e lingüísticas detectadas nos textos selecionados para análise. Assim, alicerçada na classificação proposta por Marcuschi (2000), que é norteadora por critérios como os do *domínio* discursivo, das *modalidades do uso da língua*, pôde-se deduzir que esses textos se caracterizam como do domínio discursivo político-jornalístico, configurando-se, pois, como *híbridos*. Vistos à luz da teoria de gêneros preconizada por Aristóteles (1964 – edição brasileira aqui adotada), que leva em conta o papel exercido pelo auditório, diríamos que esse mesmo material corresponde ao gênero deliberativo.

No caso em pauta, ele visa à persuasão dos (e)leitores, regulamenta as decisões políticas dos Partidos e trata de questões ligadas à coletividade, sendo expresso nos termos de gêneros próprios ao domínio jornalístico, que lhes serve de veículo, como o editorial (de maior ocorrência), cartas ao/do leitor, notícias, reclamações, transcrição de artigos de outros jornais, poemas e, até mesmo, fofocas e anedotas. Quanto aos tipos textuais utilizados, predomina o argumentativo, que tem a função pragmática de auxiliar o locutor-jornalista na sua ação de convencimento e persuasão de um determinado tipo de enunciatário, visto como eleitor em potencial.

A preferência dada aos editoriais no processamento da análise apresentada se justifica pelo fato de eles constituírem um espaço de representação política que explicitamente revela, pelo embate verbal, as oposições partidárias, figurativizadas como de “Caranguejos” e “Bacuraus”. Teve, assim, esse gênero, dupla importância para o presente estudo, uma vez que revela não somente a posição enunciativa de cada instituição jornalística, como também os valores e a ideologia dos Sujeitos-Partidos Políticos, que são os enunciadores fundantes.

2- No exame da construção dos sentidos do discurso aqui focalizado, levaram-se em conta condições de produção tanto internas quanto externas, quais sejam: de um lado, o material lingüístico, o co-texto, o caráter formal e material do sistema interiorizado de regras de produção e compreensão discursivas; de outro, o contexto extralingüístico — tão essencial quanto o primeiro — em que se situam os interlocutores, circunscritos no interior de uma formação social que nos revela a sua posição histórica e sociocultural, além da sua competência ideológica. Essa relação intrínseca, no “fazer languageiro”, entre a materialidade lingüística e a exterioridade, vale ressaltar, acarreta, no modo de ver de alguns analistas do discurso, a ambigüidade do sujeito, que não só se caracteriza como aquele que determina o que diz, mas também como ser determinado, ou assujeitado, pela exterioridade, já que relacionado com um contexto, com o interdiscurso e com as condições de produção e circunstâncias da ação enunciativa. Tem-se, portanto um enunciador — Partido Político, Jornal, Poder Executivo, Povo, etc. — socializado, e não tomado em sua individualidade, uma vez que se sujeita, previamente, ao consenso e à convenção impostos pela modalidade de discurso, com suas intenções específicas.

3- Por pertencer ao domínio da memória, o estudo desse gênero de discurso propicia, como de fato o fez, no caso da investigação que me coube realizar, a emergência de enunciados situados no “interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos”, conforme palavras de Brandão (1998, p. 120). Dessa circunstância deduz-se que uma leitura contemporânea de material originado do passado demanda que se pense o discurso a partir de uma interpretação da história feita por sujeitos historicamente determinados (ORLANDI, 2001). Apesar de tais sujeitos terem sua estabilidade fixada pelas interpelações ideológicas do passado, os enunciados retomados da memória, do já-dito, já não são exatamente os mesmos. As condições de produção e de interpretação vigentes numa comunidade de uma época pretérita da história de Caratinga determinaram um discurso que não se repete, porque situado no passado e enquadrado num contexto totalmente diverso do de hoje. Contudo, não se pode negar que os textos antigos fornecem ao leitor de hoje “pistas” de interpretação que constituem instrumentos legítimos na construção dos significados — o que implica a ocorrência de um diálogo que os une.

Nesse sentido, nunca é demais lembrar o pensamento de Bakhtin a respeito desse diálogo que une enunciados de tempos e espaços distintos:

Um enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação verbal de uma dada esfera. As fronteiras desse enunciado determinam-se pela alternância dos sujeitos

falantes. Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são auto-suficientes, conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera (a palavra “resposta” é empregada aqui no sentido lato): refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecido e, de um modo ou de outro, conta com eles. (BAKHTIN, 1979/1997, p. 316)

4- O conjunto do material jornalístico produzido por cada uma das alas políticas consideradas (de “Caranguejos” e “Bacuraus”) nos mostra que é a força da convicção partidária que sustenta a sua intenção de persuadir, uma vez que detém os verdadeiros valores políticos. Assim, euforizando seus representantes, pela afirmação de seu Partido e, ao mesmo tempo, pela negação do outro, cada uma delas busca fazer prevalecer a sua fala, em detrimento da do inimigo. Tal modo de agir caracteriza o sujeito como ser-manipulador, cujo objetivo é levar o leitor a acreditar que a doutrina por ele pregada é a melhor que se pode ter.

Nesse sentido, a análise aqui desenvolvida acerca do jogo interlocutório entre os dois Partidos caratinguenses possibilitou o desvelamento de diferentes mecanismos — verdadeiras artimanhas — empregados na construção da ação enunciativa, dentre os quais o espriamento de uma instância em outra(s), processo que atinge, com mais frequência, o interlocutor-partido, ou jornal, que se vê ocupando dois espaços discursivos, num mesmo artigo de um mesmo periódico: o do enunciatário e o do referido. Sendo a figura-alvo co-participante da mesma ala política, tem-se, como efeito de sentido, o reforço do encomiasmo a ela dirigida; sendo inimiga, tem-se um ataque dúplice a um alvo único, como os ilustrados em vários exemplos aqui fornecidos. Pode-se inferir daí que, com a formação de uma rede polifônica dessa ou de outra natureza, conforme mostrado no Capítulo 3, o discurso político utiliza um móbil pragmático de dupla face — negativa e positiva — uma vez que, ao dirigir críticas e vitupérios contra o adversário (face negativa), tem como finalidades práticas a conquista da adesão do (e)leitor e a garantia da eficiência da comunicação por esse discurso agenciada.

5- Pelo que se pôde ver, o complexo jogo enunciativo constituído num discurso político veiculado, por sua vez, através de diferentes gêneros próprios ao discurso jornalístico se configura, na verdade, como um dos componentes do aparato argumentativo construído em conjunto por duas forças políticas rivais. Vê-se, a partir disso, que o processo de argumentação vai sendo tecido a partir de um dilema alimentado por duas entidades contrárias e que, por conseguinte, lida com valores e não com verdades: o “retor” de uma ridiculariza a tese defendida pela outra parte, fazendo, assim, valer a sua como a única possível. Em termos mais amplos, no jogo interativo que se desenvolve entre o enunciador-articulista e o (e)leitor,

o primeiro busca pôr em dúvida os valores do enunciador concorrente em potencial (o rival), a fim de mostrar ao seu interlocutor a responsabilidade de seu ato de apoio ao Partido — de “Caranguejos” ou de “Bacuráus” — que se preocupa, realmente, com o bem-estar do povo e com o desenvolvimento de sua cidade. O “retor” é, pois, o mentor, que aconselha, dirige, acusa, repreende o (e)leitor, recorrendo, para tanto, a técnicas de persuasão, com vistas a dar-lhe a impressão de que tem o poder de decidir com plena liberdade.

Sendo assim, o processo discursivo a que nos deu acesso o *corpus* examinado se baseia num jogo de imagens, o que é comum a qualquer tipo de argumentação. No caso em questão, temos, de um lado, a imagem que o enunciador — Partido Político, jornalista ou algum articulista eventual — faz do leitor, que, na verdade, é o determinante das proposições que o primeiro pressupõe serem aceitas por ele, por estarem de acordo com o ponto de vista dele. De outro lado, temos a imagem que o (e)leitor faz desse enunciador, visto por aquele como detentor do conhecimento, formador de opinião, representante da ideologia de um Partido Político — o que nos leva a concluir que os objetos de adesão, ou objetos de acordo, constituem a premissa inicial, o ponto de partida de uma argumentação, ou tese. Lembremos, aqui, alguns dos procedimentos utilizados pelos dois Partidos, nessa arena de tamanha repercussão.

5.1- Conforme se pôde mostrar, inúmeras e variadas estratégias retórico-argumentativas são exploradas pelos litigantes em seus respectivos jornais. Uma delas, das mais correntes, é a que concerne às formas de manifestação da heterogeneidade, por exemplo, o discurso reportado, o interdiscurso, que, de sua parte, servem como contra-evidência à visão monológica da linguagem, demonstrando, ao contrário, o seu caráter diversificado e dinâmico. Visto como materialização de um discurso resultante do “desconcerto” entre vozes antagônicas, o *corpus* investigado nos remete a um quadro em que se delineia negativamente, repita-se, a figura do adversário, assim expressa, metadiscursivamente, na seguinte afirmação, transcrita de um dos jornais por mim consultados:

“A nossa campanha

[...] A força contrária, até então silenciosa, resolveu fallar tambem e surgiu na arena da lucta, tendo como armas a Verdade, o Direito e a Justiça.

Percebeu que contra ela [a força contrária] se levantava o lema maquiavelico que assim se enuncia: — **‘AO INIMIGO AFAGA-SE, OU DESTROE-SE’**”

(A *Epoca*, n . 23, 19 out. 1924; grifo nosso) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

5.2- Na qualidade de discurso pragmático, a disputa verbal entre dois Partidos políticos rivais conta, ainda, como não poderia deixar de ser, com uma arma valiosa, que é o componente lexical, que funciona como instrumento vivo de luta. Não é à toa, pois, que os artigos dos jornais de “Caranguejos” e “Bacuraus” se mostrem tão recheados de termos eruditos, de figuras retóricas como a metáfora, a metonímia, a hipérbole, o aposto, o epíteto, a antonomásia, etc., que se constituem, com seu tom irônico, maledicente, escarnecedor, sarcástico, em instrumentos poderosos na provocação ou aumento da irritação do inimigo.

5.3- Ligado às condições de produção, outro recurso é a exploração do ridículo e do cômico, um dos recursos polifônicos presentes, com grande vigor, no material que me foi dado consultar. Construído por um móbil de natureza hedonista, esse tipo de estratégia serve para disfarçar, no prazer pela comicidade, pelo fazer rir, a virulência dos ataques de uma ala inimiga contra a outra. Em vários artigos, o convite ao riso acaba sendo feito de um modo explícito por seu produtor, conforme nos comprovam exemplos como o de abaixo, no qual a forma de soneto contrasta com o tema tratado, o que lhe confere um tom hilariante:

“RIDENDO ...

Credenciais

Ridendo... Eis a bandeira que nos guia!
Debaixo dela, querendo o Onipotente,
Aqui ‘staremos, leitor, semanalmente,
Terçando as armas da **Troça e da Ironia**.

Não falta assunto á nossa Musa irreverente,
Pois de brigueis temos tão boa companhia,
E um bacharel tão ridic’lo é que a chefia, –
Que não nos custa rir á custa de tal gente.

Certo, jaês, leitor, depois disso expendido,
Não ser, de fato, **o nosso humor**, empresa louca,
Principalmente se guardares no sentido,

Que o teu dever é **rir** também, até ... chorar!
Quando achares para isso a graça pouca,
Pede ao vizinho que ria em teu lugar ...

Marimbondo

(In: **A Epoca**, n. 43, 15 mar. 1925; grifos meus) – Jornal do Partido dos “Caranguejos”

No exercício da persuasão, a exploração da crueldade, característica desse humor engendrado por meio do jogo de metáforas dignas do “décor” da época e pelo uso de recursos como os epítetos, a imitação do jeito de falar, revela-nos, claramente, o modo como o adversário é hostilizado.

5.4- Outra arma a mencionar é a ironia, que se constrói por meio de um enunciado contraditório, no qual o enunciador subverte seu próprio enunciado anterior, de modo a

produzir um efeito de sentido oposto ao que está sendo enunciado à primeira vista — o que significa que sua interpretação depende do reconhecimento do implícito por parte do enunciatário, a quem cabe recorrer ao contexto instaurado desde o início de sua enunciação. Na construção da ironia, ressalte-se o papel fundamental exercido pela *lexia*, que se vê, muitas vezes, explorada em sua ambigüidade.

5.5- Outro recurso a destacar é o do exagero, que, constituindo uma apresentação retórica, está marcado pelo estilo hiperbólico e pela ênfase decorativa. Sendo retórico, o discurso político é mais bem cuidado que o texto meramente informativo, pois as conotações fazem parte do seu poder de atrair.

À guisa de encerramento, apresentamos abaixo uma síntese do modo como “Caranguejos” e “Bacuraus” se digladiaram numa arena recém-nascida, cognominada, em razão de “seu clima ameno, seu território extenso, suas águas cristalinas, puras, excelentes, sua população ordeira, laboriosa e pacífica” (cf. **O Povo**, n. 3, 13 jul. 1913), “Princesa de Minas”:

a) como se viu fartamente, os artigos examinados nos mostram a evolução de uma luta política entre inimigos políticos figadais, que procuravam destruir uns aos outros por meio de violentos ataques, marcados por graves impropérios, dentre os quais a apresentação do rival a partir de injúrias e difamações. Tecendo uma malha de perfídia e de calúnias, o uso da tática de apresentar, como arma única de defesa, ofensas de cunho pessoal tem como um de seus efeitos a expressão de um sensacionalismo aviltante, o que poderia terminar, no caso em pauta, por macular o processo político e enodoar, com suspeitas infundadas, a reputação e a biografia dos adversários, caso não soubéssemos, nos tempos de hoje, que essa era uma prática discursiva comum naqueles tempos tumultuados da história dos pequenos municípios mineiros;

b) do mesmo modo, também se pôde ver que a argumentação característica do discurso pesquisado se assemelha a um duelo, visto como mecanismo de enganação, de humilhação, de morte, por meio do qual se busca, além da adesão do (e)leitor, a vitória sobre o adversário, ora resumida na seguinte frase constante de um dos jornais dos “Caranguejos”: “O povo está conosco, a causa é justa, nossa vitória é certa” (cf. “Começo do fim”, in: **A Epoca**, n. 22, 12 out. 1924). Nesse sentido, se é verdade que o debate político sempre implica confronto, também é verdade que os textos analisados estão longe de atuar de forma neutra, respeitando os pactos da ética. Considerada a obsessão de humilhar e fazer rir, uns canibalizando os outros pela violência das agressões, esse discurso traz a marca de uma

verborragia autofágica. Assim sendo, considerando a insistência e a virulência dos ataques, se o que cada um diz a respeito do outro fosse verdade, todos estariam com a razão, e nenhum deles mereceria a nossa comiseração. Resta-nos, pois, indagar o seguinte: se a manipulação dos interesses políticos não serve à verdade, seria, então, uma forma de corromper o leitor, ou apenas uma inocente forma de atacar o adversário?

Com essa pergunta, encerro um trabalho ainda primário, no meu modo de ver. Contudo, embora não faça uma análise exaustiva do material de pesquisa (não tive a pretensão de fazê-la, nem de esgotar o assunto tratado), espero ter fornecido uma idéia de como se processava, no passado, sobretudo no interior de nossa Minas Gerais, o embate entre forças políticas contrárias, que culminava em desavenças pessoais. Que a lacuna aqui não preenchida constitua um desafio para mim e para outros pesquisadores de dar prosseguimento à retirada do pó que insiste em encobrir a memória lingüística de nossos antepassados.

REFERÊNCIAS

I- RELATIVAS AO *CORPUS*

A- FONTES PRIMÁRIAS

a) Jornais do Partido dos “Caranguejos”

(i) **Renascença:** 1919 - 1921.

(ii) **A Epoca:** 1924 - 1925.

b) Jornais do Partido dos “Bacuraus”

(i) **O Combate:** 1892.

(ii) **Echo da Matta:** 1898, 1902, 1904, 1905, 1906.

(iii) **O Povo:** 1912 – 1914.

(iv) **Povo do Caratinga:** 1916-1918.

(v) **Renascença:** 1924-1925

B- FONTES SECUNDÁRIAS

CONTENTE, M. C. Moretzsohn Alves. **Bicho do mato, menina do interior...** Rio de Janeiro: Sel, 2000.

SAYGLI, Monir Ali. **História de Caratinga.** Caratinga: Ana Pontes, 1998.

VAL, Lázaro Denizart do. **Cronologia da região de Caratinga.** Brasília: Alvorada [s/d].

II- RELATIVAS ÀS OBRAS TEÓRICAS

ANSCOMBRE, J. C. Dynamique du sens et scalarité. In: LEMPEUR, A. (Org.). **L’argumentation.** Liège: Mardaga, 1991, p. 123 – 146.

ANSCOMBRE, J. C.; DUCROT, Oswald. **L’ argumentation dans la langue.** Liège: Mardaga, 1993.

ARAÚJO, Cíntia Regina de. **O domínio discursivo do jornalismo escrito:** um estudo sobre o editorial. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética.** Tradução Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pur une approche de l' autre dans le discours. **DRLAV**, Paris, n.26, p. 91-151,1982.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi et al. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-79.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1927/1986.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoievski**. Tradução Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1972/1981.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução (a partir do francês) Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1979/1997.

BARBOSA, A. **Técnica dos editoriais**: para o curso de jornalismo. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

BARROS, Diana Luz Pessoa, FIORIN, José Luiz (Org.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: EDUSP, 1999.

BARTHES, Roland. A retórica antiga. In: COHEN, J. et al. **Pesquisas retóricas**. Petrópolis: Vozes, 1975.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luíza Néri. Campinas: Pontes, 1988.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. Tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989.

BITTENCOURT, Vanda de Oliveira. Do discurso publicitário de origem popular: o anúncio de videntes. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 2, n ° 3, p. 69 – 100, jul./dez. 1995.

BITTENCOURT, Vanda de Oliveira. Diálogo intersemiótico no jornal paulistano **Diabo Coxo** (século XIX): linguagem verbal x linguagem chargística. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2005. Inédito.

BONINI, Adair. **Gêneros textuais e cognição**; um estudo sobre a organização cognitiva da identidade dos textos. Florianópolis: Insular, 2002.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Subjetividade, argumentação, polifonia**; a propaganda da Petrobrás. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. Tradução Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

BRONCKART, Jean-Paul. Os gêneros de textos e os tipos de discurso como formatos das interações propiciadoras de desenvolvimento. In: BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de**

linguagem, discurso e desenvolvimento humano. Tradução e organização de Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matencio. São Paulo: Mercado de Letras, 2006. p. 121-160.

CAMPOS, Maria Helena Rabelo. **O canto da sereia;** uma análise do discurso publicitário. Belo Horizonte: Editora da UFMG/ PROED, 1987.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino;** imprensa e ideologia no jornal **O Estado de S. Paulo.** São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CERVONI, Jean. **A enunciação.** Tradução L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática, 1989.

CHARAUDEAU, Patrick. **Langage et discours:** éléments de sémiolinguistique (théorie et pratique). Paris: Hachette, 1983.

CHARAUDEAU, Patrick. **Grammaire du sens et de l' expression.** Paris: Hachette, 1992.

CHARAUDEAU, Patrick. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, Hugo et al. (Org.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso.** Belo Horizonte: Carol Borges / Núcleo de Análise do Discurso, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político.** Tradução Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso.** Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CITELLI, Adilson. **O texto argumentativo.** São Paulo: Scipione, 1994.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão.** São Paulo: Ática, 2001.

CORTEN, André. Discurso e representação do político. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso.** Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999.

COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique. **Langages.** Paris, n.62, 1981.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político;** derivas da fala pública. Tradução Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi et al. (Org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-15.

DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica lingüística;** dizer e não dizer. Tradução Carlos Vogt. São Paulo: Cultrix, 1977.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito.** Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. **Provar e dizer**: linguagem e lógica. Tradução Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima Gonçalves Moreira, Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global Universitária, 1981.

ECO, Umberto. **Lector in fabula**. Trad. São Paulo: Perspectiva, 1986.

EGGS, Ekkehard. *Ethos* aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**; a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005. p. 28-56.

ESTEBAN, Moran Torres. **Generos del periodismo de opinión y crítica**: comentário, columna y editorial. Espanha: Universidad de Navarra, 1988.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**; as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à lingüística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2000.

GOFFMAN, Erving. A elaboração da face. Uma análise dos elementos rituais na interação social. In: FIGUEIRA, Sérvulo Augusto (Org.). **Psicanálise e ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era de comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GRICE, H. Paul. Logic and conversation. In: COLE, Peter; MORGAN, J. (Org.). **Syntax and semantics**; speech acts. New York: New York Academic Press, 1975. V. 3, p. 36-48.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas: Pontes, 2001.

HALLIDAY, Tereza Lúcia (Org.). **Atos retóricos**; mensagens estratégicas de políticos e igrejas. São Paulo: Summus, 1988.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999.

JULLIARD, J. A política. In: NORA, P.; LE GOFF, Jacques (Org.). **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1983.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1997.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1998.
- KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LE BART, Charles. **Le discours politique**. Paris: PUF, 1988.
- LEMPEUR, A. (Org.). **L' argumentation**. Liège: Mardaga, 1991.
- LOPES, Victor Silva. **Iniciação ao jornalismo**. Lisboa: Dinalivro, 1987.
- MACHADO, Ida Lúcia, MELLO, Renato de (Org.). **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da UFMG, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências da análise do discurso**. Tradução Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997a.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Os termos-chave da análise do discurso**. Tradução Maria Adelaide P. P. Coelho da Silva. Lisboa: Gradiva, 1997b.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução Maria Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Organização: Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Curitiba: Criar Edições, 2006.
- MARAFIOTI, Roberto. **Los patrones de la argumentación; l'argumentación en los clásicos y en el siglo XX**. Buenos Aires: Biblos, 2003.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: o que são e como se classificam?** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000. (Digitado.)
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita; atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.
- MARI, Hugo, MACHADO, Ida Lúcia, MELLO, Renato de (Org.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: FALE - UFMG, 2001. p. 39 – 62.

MARI, Hugo; SILVA, Giani David; MENDES, Paulo Henrique Aguiar. Processo enunciativo: análise de alguns atos de linguagem. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (Org.). **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996. p. 44-70.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político**. São Paulo: Contexto, 2005.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MENDES, Paulo Henrique Aguiar. **Análise do discurso político eleitoral**: dos atos de fala aos processos enunciativos do debate eleitoral. 1999. Tese (Doutorado em Letras) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MENEZES, William Augusto. Faces e usos da argumentação. In: MARI, Hugo, MACHADO, Ida Lúcia, MELLO, Renato de (Org.). **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2001. p. 179 – 200.

MENEZES, William Augusto. Discurso político e gêneros discursivos. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Org.). **Gêneros**; reflexões em análise do discurso. Belo Horizonte: , Faculdade de Letras da UFMG, 2004. p. 243-261.

MEURER, José Luiz. Uma dimensão crítica do estudo dos gêneros textuais. In: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée (Org.). **Gêneros textuais**. Bauru: EDUSC, 2002. p. 17-29.

MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée (Org.). **Gêneros textuais**. Bauru: EDUSC, 2002.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Humanitas, 1999.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org.). **Discurso, argumentação e produção de sentido**. São Paulo: Humanitas, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**; as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1986.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**; princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.

OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PAIVA, Pollianny Pontes. **Humores domingueiros do Diabo coxo, jornal paulistano editado no Século XIX**: um estudo lingüístico e sociocultural. 2002, Dissertação (Mestrado em Letras) — Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997.

PÉCORA, Alcir. A conversão pela política. In: PÉCORA, Alcir. **Máquina de gêneros**. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 91-115.

PERELMAN, Chaïm. **Retóricas**. Tradução Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PERELMAN, Chaïm. **O império retórico**; retórica e argumentação. Tradução Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio. Porto: ASA, 1999.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**; a Nova Retórica. Tradução Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PERINI, Mário A. O adjetivo e o ornitorrinco (dilemas da classificação das palavras). In: PERINI, Mário A. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 1997. p. 39-46.

PINTO, Ziraldo Alves. **O aspíte**; há um jeito para tudo. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

PLANTIN, Christian. **L'argumentation**. Paris: Éditions du Seuil, 1996.

PLEBE, Armando; EMANUELE, Pietro. **Manual de retórica**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Christina M. **Dicionário de narratologia**. Coimbra: Almedina, 2000.

RIBEIRO, Maria Izabel Araújo Faiçal. O discurso político: farpas verbais interpartidárias nos primórdios da cidade mineira de Caratinga. Trabalho apresentado no CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, VI, 2002. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos.

SCHIMITT, Carl. **La notion politique**; théorie de partisan. Paris: Callmann Lévy, 1972.

SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de (Org.). **Jornalismo político**; teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006.

SILVA, Jane Quintiliano G. Gênero discursivo e tipo textual. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 87 – 106, 1997.

SOUZA, Wander Emediato de. Retórica, argumentação e discurso. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Org.). **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: FAE - UFMG, 2001. p. 157 – 179.

TANNEN, Deborah. **La cultura de la polémica**; del enfrentamiento al dialogo. Tradução para o espanhol de Montserrat Bastée-Kraan. Barcelona: Paidós, 1999.

ANEXOS

Somos seres retóricos: utilizamos a linguagem como instrumento de mudança ou reforço de percepções, sentimentos, valores, posicionamentos e ações. Quando agimos como seres retóricos, geralmente estamos respondendo aos ditames de uma situação.

Oradores, empresas e os meios de comunicação de massa fornecem exemplos cotidianos de tentativas de exercer influência com palavras e outros símbolos: discursos, pronunciamentos, cartas abertas, anúncios, sermões, manifestos, editoriais, notas oficiais, posters, campanhas, movimentos “pró” ou “contra” e até mesmo cerimônias e rituais são as modalidades atuais da prática retórica, definida por Aristóteles (1956, p. 24), no século IV a. C. como o uso de todos os meios possíveis de persuasão. [...]

*Quer apliquemos um só critério de julgamento, quer utilizemos um conjunto de critérios para julgar, em última instância, se um ato retórico é **de valor**, devemos perguntar até que ponto ele contribuiu para dignificar, mediocrizar ou degradar a condição humana.*

(HALLIDAY, 1988, p. 121)

ANEXO A

Pequena amostra da versão integral de alguns dos artigos publicados em jornais do Partido dos “Caranguejos”

EM A DATA de hoje RENASCENÇA completa um anno.

Luctando desde o seu inicio a 7 de Setembro passado, pela liberdade desta infeliz terra suffocada por tremendas garras de ferro asphyxiantes, RENASCENÇA vem cumprindo o seu programma, apesar de encontrar os mais fortes obstaculos e as maiores difficuldades possiveis, para as quaes foi mister o dispendio de energia e boa vontade da parte de seus redactores e fundadores.

Tendo por fim unico e exclusivo a defeza dos direitos conspurcados do povo, lutamos denodadamente para que a acção da justiça se fizesse sentir de modo effectivo e que se pozese termo definitivo á propagação inclemente do latrocínio e do assassinato – as duas infamantes e vergonhosas capas de que se serviam os politiquieiros da roça para disseminar o seu prestigio de sangue e de dinheiro”.

In: **Renascença**, n. 45, 7 set. 1919. Seção “NOSSO ANNIVERSARIO”

Jornal do Partido dos “Caranguejos.”

ANEXO B

Pequena amostra da versão integral de alguns dos artigos publicados em jornais do Partido dos “Bacuraus”

Com o presente nº, completa hoje dous annos de existencia o Echo da Matta, longa e trabalhosa jornada pela qual tivemos de enfrentar mais que uma vez penosos sacrificios, e sustentar contra os inimigos da verdade e da justiça, – contra os paladinos do erro e da discordia, luctas que nunca provocamos, mas que, graças á verdade e á justiça com que sempre nos revestimos, nos valeram outras tantas victorias com os applausos sinceros dos homens sensatos de nosso meio. [...]

Cheios de esperanza, de convicção e de firmeza, fechemos o nosso artigo de hoje com as palavras com que, em 11 de julho de 1901, apparecemos pela vez primeira vez no proscenio da imprensa local: — Enaltecer a virtude e castigar os vicios — luctar para vencer! — eis o nosso lemma!”

In: **Echo da Matta**, n. 52, 2 jun. 1904. Seção “DOUS ANNOS”.

Jornal do Partido dos “Bacuraus”

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)